



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO AGRÁRIO

DEISY JOHANNA MORENO ROMERO

***"Não importa onde você nasce,
nem onde você morre, mas onde você luta"***

Relatos sobre os Territórios Camponeses Agroalimentares do
Sarare Araucano

GOIÂNIA - GO

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE DIREITO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

DEISY JOHANNA MORENO ROMERO

3. Título do trabalho

"NÃO IMPORTA ONDE VOCÊ NASCE, NEM ONDE VOCÊ MORRE, MAS ONDE VOCÊ LUTA" RELATOS SOBRE OS TERRITÓRIOS CAMPONESES AGROALIMENTARES DO SARARE ARAUCANO

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
 - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Rabah Belaidi, Professor do Magistério Superior**, em 12/03/2025, às 08:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Deisy Johanna Moreno Romero, Discente**, em 12/03/2025, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5219847** e o código CRC **48983692**.

DEISY JOHANNA MORENO ROMERO

***"Não importa onde você nasce,
nem onde você morre, mas onde você luta"***

Relatos sobre os Territórios Camponeses Agroalimentares do
Sarare Araucano

Dissertação apresentada ao Programa Pós-Graduação em Direito Agrário, Faculdade de Direito, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestra em Direito Agrário.

Área de concentração: Direito Agrário.

Linha de pesquisa: Direito Agroalimentar, Territórios e Desenvolvimento.

Orientador: Professor Doutor Rabah Belaidi.

Coorientador: Professor Doutor Carlos Duarte.

GOIÂNIA - GO

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Romero, Deisy Johanna Moreno

"Não importa onde você nasce, nem onde você morre, mas onde você luta" Relatos sobre os Territórios Camponeses Agroalimentares do Sarare Araucano [manuscrito] / Deisy Johanna Moreno Romero. - 2025.

CXXXIV, 134 f.

Orientador: Prof. Dr. Rabah Belaidi; co-orientador Dr. Carlos Arturo Duarte Torres.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Direito (FD), Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário, Goiânia, 2025.

Bibliografia.

Inclui abreviaturas.

1. Colonização rural. 2. Reforma agrária. 3. Camponeses. I. Belaidi, Rabah, orient. II. Título.

CDU 349.42



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE DIREITO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 11 da sessão de Defesa de Dissertação de DEISY JOHANNA MORENO ROMERO que confere o título de Mestre(a) em **Direito Agrário** na área de concentração em **Direito Agrário**.

Ao/s vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, a partir da(s) 10:00 hs por meio de videoconferência, realizou-se a sessão pública de realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “**"NÃO IMPORTA ONDE VOCÊ NASCE, NEM ONDE VOCÊ MORRE, MAS ONDE VOCÊ LUTA" RELATOS SOBRE OS TERRITÓRIOS CAMPONESES AGROALIMENTARES DO SARARE ARAUCANO**". Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), **Prof. Dr. Rabah Belaidi**(PPGDA/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: **Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira**(UFG), membro titular externo; **Prof. Dr. Carlos Arturo Duarte Torres**(UCO), membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do **trabalho**. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo **Prof. Dr. Rabah Belaidi**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Rabah Belaidi, Professor do Magistério Superior**, em 07/02/2025, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Rodrigues De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 20/02/2025, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

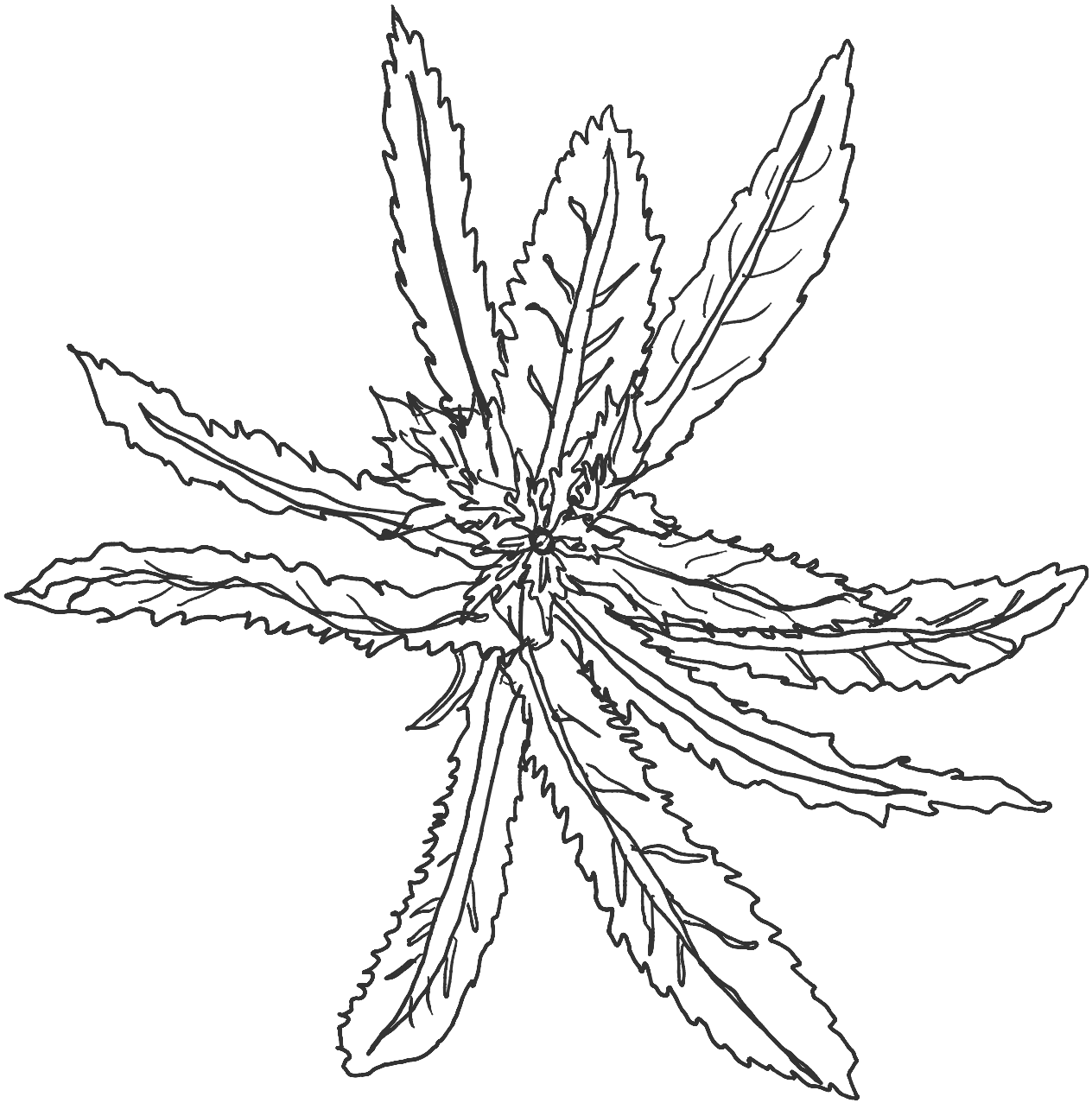


Documento assinado eletronicamente por **Carlos Arturo Duarte Torres, Usuário Externo**, em 10/03/2025, às 00:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



2025

*Para Fausto (1955 - 2019).
Graças a seu exemplo e força
Consegui chegar a este ponto em minha vida,
não apenas viva, mas com um senso maior de vivê-la.*



*Ilustração do cimarrón ou coentro macho,
uma erva popular na região do Sarare.
Johanna Moreno (2020)*

Agradecimentos

A gratidão é infinita pelo amor e apoio de cada uma das pessoas, animais e territórios que me cercaram e acompanharam durante os cinco anos de meu mestrado.

À Safira, minha mãezinha e companheira incondicional, à Diani, minha irmã e amiga, duas mulheres que aliviam as preocupações de minha alma e de meu corpo. Jeí meu irmão, a linda Ana Mile e Mile minha comadre, um lar que zela por meus passos.

A toda a minha família, que esteve unida em momentos de preocupação e profunda ausência devido à partida de meu pai e à minha doença.

À equipe médica de cuidados paliativos e ao St. Ignacio Hospital por salvarem minha vida em duas ocasiões, minha gratidão por curarem e acalmarem meu corpo quando estava em suas mãos.

Aos amigos da quimioterapia, hospitalização e internação, alguns sobreviveram e outros não, mas me deram palavras sinceras e momentos únicos em que a incerteza nos uniu.

A todos os camponeses, líderes sociais, companheiros e amigos araucanos que me orientaram, cuidaram de mim e permitiram que eu ouvisse suas experiências.

À Asociación Nacional Campesina José Antonio Galán Zorro (ASONALCA), especialmente Joana e Mariana, Carlos, Alexander, Jazmin e Robinson, Dixón e Daira, Audias, Vladimir e Deisy, Nixón, Dona Rubiela e Don Juan de Dios, Don Quique, Ricardo e Miguel.

Ao Movimiento Político de Masas Social y Popular del Centro Oriente de Colombia (MPMSPCOC), a Sonia, Marcela, Paola, Omar, Emiro, Daniel, Jeimer, don Manuel (RIP), Erney e Lauri.

Aos amigos do Coordinador Nacional Agrario (CNA) que me deram a confiança e o carinho para realizar esse projeto no território araucano, em especial Roa e Noraldo.

Uma menção especial aos professores de Cubará, Dom Egídio, Elsy, seu filho David e a gatinha Lilith (RIP), que me aconselharam e sanaram minhas dúvidas durante os fins de semana em sua roça, com delícias culinárias como pato, frango e arepas, sentados à grande mesa de madeira que foi montada para nos receber.

Aos meus amigos e colegas do mestrado que me ensinaram o valor da amizade e do carinho uns pelos outros: Giovanna, Liliane, Pedro e Rafa, Gabriel, Rafinha, Jéssica, Wannesa, Karla, Thais e Sara.

Aos meus professores que incentivaram meu intelecto: no Brasil, Rabah Belaidi, Vera Lucia Salazar, Claudio López Maia, Carlos Federico Mares, José Ribeiro, María Cristina Vidotte e na Colômbia, Carlos Duarte, Carlos Páramo, Cesar Cohecha, William Chavarro e Daniel Libreros.

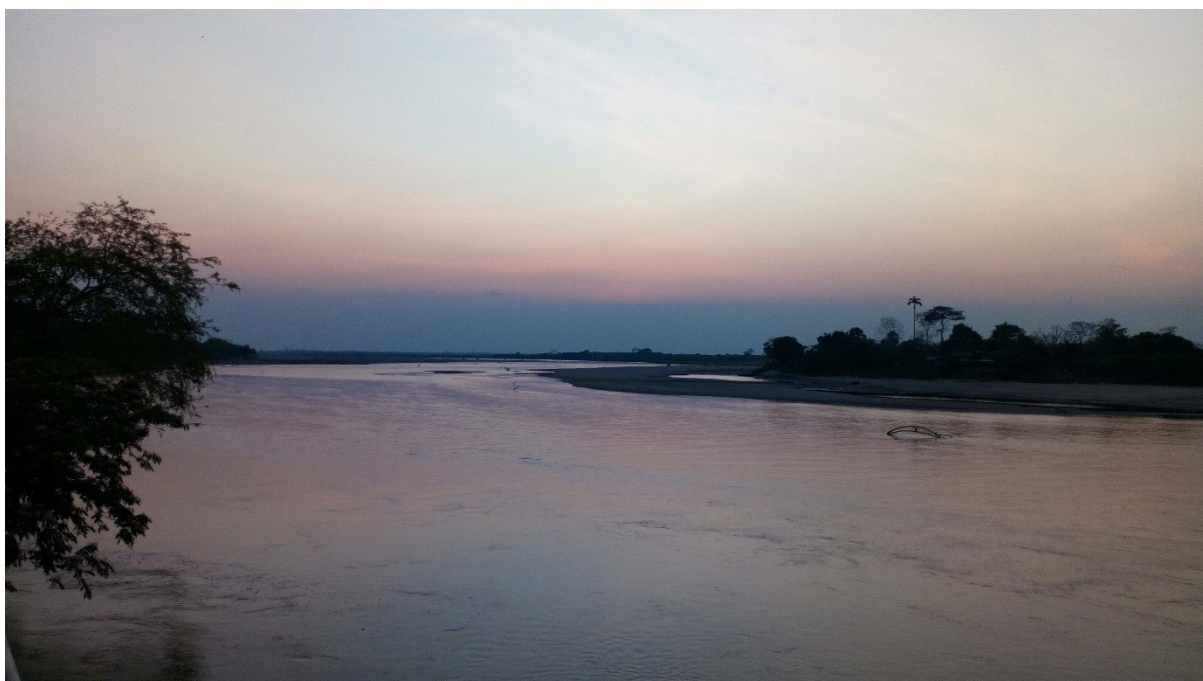
Aos animais que me deram o presente de sua alegria, como minha Gaby (RIP) e Palomo (RIP), Jô (RIP), Caramelo, Gavilán e os filhotes, os Victorinos e sua ninhada de coelhos, os vários cães de Don Juan e o frango Brayan.

Aos territórios que me acompanharam nos momentos de solidão.

A Goiânia e suas árvores gigantes como o Flaboyant e as Gameleiras, a Belém pelos sabores da pumpunha e do açaí e seus mares de água doce, a Salvador por sua música e energia, ao Rio de Janeiro por suas formas inconfundíveis entre morros e maré, desigualdade e beleza, a Foz do Iguaçu, pelo Paraná que define seus limites e pelas cachoeiras superlativas.

A Arauca, uma terra que encanta pelo perfil do Cocuy, o pôr-do-sol é exuberante entre os pântanos do Lipa, as *cocoras* vermelhas brilhantes contrastam com os tapetes de flores amarelas na beira da estrada e o rio Arauca entre tons de rosa combina com a vegetação exuberante da fronteira com Venezuela.

Por fim, agradeço à vida, à doença, à dor e à morte.



Rio Arauca, Arauquita. (Autor: Johanna Moreno, 2020).

Resumo

A região do Sarare tem sido palco de disputas territoriais por sessenta anos e, em resposta a isso, foram criados os Territórios Camponeses Agroalimentares (TECAM) como um instrumento para o reconhecimento dos modos de vida camponeses araucanos que historicamente foram invisibilizados pelo Estado colombiano e por outros sujeitos no território. Neste trabalho, usando métodos qualitativos, foram documentados os relatos dos habitantes do Sarare para analisar o impacto dos conflitos territoriais em sua identidade camponesa. Em conclusão, os vilarejos onde os TECAM foram declarados são representativos do campesinato porque foram o epicentro da colonização, do plano de reforma agrária, do extrativismo e da organização camponesa, todos processos que os definem como colonos, *jornaleros* e camponeses do Sarare.

Palavras-chave: Colonização rural, Reforma agrária, Camponeses.

Resum The Sarare region has been the setting of territorial disputes for sixty years, in response to this the Territorios Campesinos Agroalimentarios (TECAM) were created as an instrument for the recognition of farmers ways of life that have historically been invisible by the Colombian state and other subjects in the territory. In this research, using qualitative methods, the stories of the inhabitants of Sarare were documented to analyze the impact of territorial conflicts on their farmer identity. In conclusion, the villages where the TECAM were declared are representative for the peasantry because they were the epicenter of colonization, agrarian reform plan, extractivism and farmer organization, all processes that define them as colonists, laborers and farmers from Sarare.

Keywords: Rural colonization, Agrarian Reform, Peasants.

Tabela de abreviações

Agencia Nacional de Tierras	ANT
Asociación Nacional de Usuarios Campesinos	ANUC
Asociación Nacional de Trabajadores de Hospitales, Clínicas y Consultorios	ANTHOC
Asociación Juvenil y Estudiantil Regional	ASOJER
Asociación Nacional Campesina José Antonio Galán Zorro	ASONALCA
Corte Interamericana de Derechos Humanos	CIDH
Ejército de Liberación Nacional	ELN
Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia	FARC
Instituto Nacional de Reforma Agraria	INCORA
Instituto Nacional de Desarrollo Rural	INCODER
Occidental Petroleum Corporation	OXY
Planes de Desarrollo con Enfoque Territorial	PDET
Reforma Rural Integral	RRI
Territorio Campesino Agroalimentario	TECAM
Unidad Agrícola Familiar	UAF
Unión Patriótica	UP
Zona de Reserva Campesina	ZRC

Tabela de anexos

- 1991|Resolução da INCORA
- 1993|Resolução 069 INCORA - Reserva Territorial Especial do Rio Lipa
- 1995|Ato de compromisso de realocação entre os camponeses e a OXY - INCORA.
- 2010|Acción de Tutela Rad. 2010-353
- 2011|Sentencia Consejo de Estado Rad. 2010-353-01
- 2013|Proteção policial dos bens dos agricultores
- 2014|Decisão da Suprema Corte Rad. 2014-53-01
Sentença Suprema Corte de Justiça Rad. 2014-54-01
Decisão da Suprema Corte de Justiça Rad. 2014-55-01
Decisão da Suprema Corte de Justiça Rad. 2014-56-01
Tribunal de Arauca. Sentença da Tutela
Tribunal Promíscuo Rad.2014-186-00
Conselho de Estado Rad. 2014-075-01
- 2014|Resolução 1735 da Governadoria de Arauca
Despejo policial por ocupação de fato em favor da OXY - suspensão do processo
- 2015|Auto 12 de fevereiro: Lançamento do processo de lançamento
Março: Recurso de reconsideração da OXY
Março: Diligência
Abril: Sanções ambientais da CORPOORINOQUIA
- 2017| 15 de janeiro: Abuso de força contra dois camponeses.
- 2018| 7 de outubro: Declaração do Território de Agricultura Agroalimentar da Lagoa Lipa

Tabela de conteúdo

Agradecimentos.....	5
Resumo.....	8
Tabela de abreviações.....	9
Tabela de anexos.....	10
Índice.....	11
Prólogo.....	12
Multiculturalismo e territorialidades camponesas.....	103
Introdução.....	14
Aspectos metodológicos.....	25
Etnografia em meio a um conflito armado.....	27
Capítulo I. Análise espacial dos territórios camponeses.....	102
3.1 Declaração do problema e definição do problema.....	103
3.2 Pluralismo jurídico.....	103
3.3 Geografia e legislação.....	117
3.3.1 Justiça espacial.....	118
Capítulo II. A identidade Sarare.....	30
1.1 A estrada para Sarare foi aberta pelo colono.....	31
1.2 O jonalero não vai mais para a fazenda.....	39
1.3 O Sarare é um camponês.....	42
Capítulo entrevistas com fotografias.....	48
Capítulo III. Conflitos espaciais em Sarare: estudos de caso.....	53
2.1 Insurgência e perseguição.....	54
2.2 A fazenda no meio da selva.....	62
História do campo.....	64
2.3 Enterrar com óleo.....	72
História do campo.....	75
Capítulo entrevistas com fotografias.....	97
Considerações finais.....	102
Referências bibliográficas.....	126

Prólogo. Anotações da lei agrária na Colômbia

Na Colômbia, o ramo do direito agrário não costuma ser incluído no currículo acadêmico das faculdades de direito ou em cursos de pós-graduação específicos. É uma especialidade com atuação bastante limitada na administração da justiça, pois as questões agrárias são resolvidas principalmente perante a autoridade fundiária conhecida como Agência Nacional de Terras.

O juiz natural para esses casos é geralmente o civil e, excepcionalmente, o contencioso administrativo quando as disputas não são resolvidas pela autoridade fundiária. Os casos agrários não costumam ser resolvidos por meio de ações e processos judiciais; portanto, são os mecanismos de guerra e ilegalidade que ordenam essas questões de importância para as comunidades rurais.

A legislação agrária colombiana foi transformada nas últimas décadas devido ao fim do conflito armado e à assinatura do PFA entre as FARC e o governo nacional.¹ Esse processo levou a reformas sociais estruturais baseadas no reconhecimento da concentração de terras como causa estrutural do conflito armado, bem como da pobreza alarmante nas áreas rurais e do desenvolvimento deficiente do setor agrícola, carente de tecnologia, conectividade, infraestrutura eficiente e mercados locais.

A Constituição Política de 1991 promove um modelo multicultural de direitos para as comunidades tradicionais, dividido entre comunidades étnicas, como indígenas, negras e raizais, e comunidades culturais, como o campesinato. Assim, o reconhecimento dos direitos territoriais é diferenciado pela lei e pela administração pública por meio de regulamentos especiais e preferenciais.

O regime fundiário é regulamentado pela Lei 160 de 1994, que estabelece o sistema nacional de reforma agrária. Ela desenvolve instituições agrárias, a proteção de terras não cultivadas, o regime de propriedade coletiva e terras comunais,

¹ Citação da AFP

processos administrativos e outras ferramentas legais para implementar a reforma agrária.

Apesar das ferramentas legais, a concentração excessiva da propriedade da terra dentro da fronteira agrícola não foi revertida, e o parcelamento excessivo de lotes de terra de tamanho insuficiente para a produção de alimentos continua. Como resultado, a fronteira agrícola tem se expandido sem grandes restrições ambientais ou interculturais, motivada por planos de colonização agrária caracterizados por condições precárias para as comunidades transumantes.

No âmbito da AFP, foi emitido o Decreto Lei 902 de 2017 para regulamentar o RRI, que promove o acesso à terra e a formalização da propriedade.² Ele também determina a criação da jurisdição agrária para garantir os direitos territoriais das comunidades camponesas e étnicas, que são as principais vítimas do conflito armado, de acordo com os relatórios da Comissão da Verdade.

² Guerra contra o campesinato.

Multiculturalismo e TECAM

A Constituição Política de 1991 estabeleceu um modelo multicultural de direitos na Colômbia, baseado no reconhecimento de garantias legais e políticas, com base na diferenciação étnica e cultural. As comunidades indígenas, afrodescendentes e camponesas eram, em sua maioria, populações rurais que até então haviam sido excluídas da sociedade civil colombiana, pelo menos no pacto político nacional. As consequências desse fenômeno são apresentadas por Carlos Duarte (2015) em "Desencuentros territoriales: la emergencia de los conflictos interétnicos e interculturales en el departamento del Cauca", onde ele afirma:

Assim, na estrutura do multiculturalismo operacional colombiano e na ausência de um exercício de planejamento interétnico e intercultural do uso da terra que integre as diferentes visões e interesses existentes nos territórios, vários conflitos sobre a terra e a igualdade de direitos entre os diferentes atores rurais se agravaram e começaram a surgir (p.42).

A partir dessas observações, Duarte destaca o surgimento de conflitos territoriais de natureza interétnica e intercultural como resultado desse modelo constitucional, que desenvolve normas especiais e diferentes para cada comunidade rural reconhecida. Assim, em 1991, foi declarado o direito de constituir e reconhecer reservas indígenas (Lei 21/1991 e Decreto 2164/1994), que são áreas de terras de propriedade coletiva adjudicadas por uma autoridade nacional a um povo indígena com a garantia de serem terras impenhoráveis, imprescritíveis e inalienáveis, além de gozarem de autonomia territorial, governamental, judicial e fiscal.

As comunidades negras e afrodescendentes receberam o reconhecimento de terras de propriedade coletiva, conhecidas como conselhos comunitários (Lei 70/1993 e Decreto 1745/1995), que não gozam de autonomia fiscal, embora tenham autonomia territorial e governamental. Inicialmente, esses territórios foram declarados às margens do Rio Atrato e de outros afluentes do Pacífico colombiano, onde se estabeleceram muitas das famílias de descendentes de africanos que

fugiram da escravidão. ³Nos anos seguintes à Constituição, esse reconhecimento de títulos coletivos também foi concedido em outras regiões do país como resultado de colonizações agrárias e da busca de oportunidades de subsistência.

Por sua vez, os palenques na ordem territorial colombiana têm a categoria de corregimiento, que é uma unidade territorial menor do que o município e, portanto, não têm autonomia econômica ou administrativa. ⁴Na Colômbia, há quatro palenques reconhecidos, considerados patrimônio cultural e intangível por terem sido vilas fundadas por africanos livres que escaparam do regime de escravidão da coroa espanhola.

Em termos de direitos territoriais do campesinato, até 2023, a Constituição se referia a ele como um trabalhador agrário, de modo que a proteção recaía sobre a esfera econômica do campesinato (artigo 64 da Constituição Nacional). Agora, com o Ato Legislativo nº 1 de 2023, o texto constitucional foi modificado no sentido de conceder proteção constitucional especial ao campesinato em suas dimensões econômica, social, cultural, política e ambiental.

A primeira territorialidade camponesa com reconhecimento legal foi a zona de reserva camponesa (ZRC), regulamentada pela Lei 160 de 1994, que criou o sistema nacional de reforma agrária, em conformidade com os pactos políticos acordados na Assembleia Constituinte. ⁵Trata-se de um instrumento de

³ As comunidades negras chegaram à região de Sarare devido ao fracasso do plano fracassado do INCORA de parcelas de terra no norte de Cauca, um fracasso causado pela pressão das empresas de cana-de-açúcar e motivado pelo novo plano de parcelas de terra da Caja Agraria em Arauca. Foi o que Víctor de Currea-Lugo escreveu no livro *Historias del Sarare*, de acordo com um relato que ele coletou: "10 pessoas chegaram em 7 de março de 1968 a Puerto Nariño [Saravena], nós, colonos, viemos dos municípios de Santander de Quilichao, Caloto, Corinto, Miranda, Padilla e Puerto Tejada. Os colonos brancos que estavam aqui vinham do rio para lá, mas quando atravessamos o rio, tudo aquilo era terra arrasada, então pegamos essas terras arrasadas e nos estabelecemos (...)" (2016, p.45).

⁴ Os quatro palenques reconhecidos são: San Basilio de Palenque no município de Mahates - Bolívar, San José de Uré - Córdoba, Jacobo Pérez Escobar - Magdalena e La Libertad - Sucre.

⁵ O artigo 80 da Lei 160 de 1994 define as ZRCs como: as áreas geográficas selecionadas pelo Conselho de Administração do INCORA, levando em consideração as características agroecológicas e socioeconômicas regionais. Os respectivos regulamentos indicarão as áreas mínimas e máximas que podem ser alocadas, determinadas em Unidades Agrícolas Familiares, o número dessas unidades que podem ser dadas ou mantidas em propriedade, os requisitos, as condições e as obrigações que os ocupantes da terra devem credenciar e cumprir.

planejamento territorial em favor da economia camponesa por meio do qual se protege a ocupação e o uso das famílias camponesas em um determinado território.

Esse número permite a gestão da terra ao limitar o tamanho das propriedades rurais a um tamanho suficiente para o sustento econômico de cada família, evitando assim a concentração da propriedade da terra por atores com maior capacidade econômica, pelo menos dentro dessas zonas (Cely, 2018). ⁶De 1994 a 2022, apenas sete ZRCs foram constituídas no país. ⁷Felizmente, desde 2022, com a chegada do atual governo, sete ZRCs foram constituídas em um período mais curto de tempo, elevando o total para quatorze em nível nacional.

Dos três tipos de planejamento de uso da terra para comunidades rurais, reservas indígenas, propriedade coletiva de conselhos comunitários e ZRCs, diz-se que

Na Colômbia, há quase trinta milhões de hectares de reservas indígenas, cinco milhões de hectares de conselhos comunitários, e os camponeses que não são claramente identificados nas estatísticas só podem ser mencionados por meio da titulação de zonas de reserva camponesa (ZRC), que compreendem 838.000 hectares (Cely, 2018, p. 54; em: Salcedo, 2015).

Esses números mostram que as instituições agrárias têm sido lentas no estabelecimento de ZRCs e que a população camponesa está aparentemente⁸ em

⁶ As CRZs legalmente constituídas e declaradas são: Pato-Balsillas em Caquetá (1997), Calamar em Guaviare (1997), Sur de Bolívar no departamento de Bolívar (1999), La perla amazónica em Putumayo (2000), Cabrera em Cundinamarca (2000), o Vale do Rio Cimitarra em Antioquia e Bolívar (2002) e em Montes de María (2018). Em: Tocancipá Falla J. e Ramírez Castrillón, C. A. (2018). Novas dinâmicas rurais em zonas de reserva camponesa na Colômbia. *Perspectiva Geográfica*, 23(1), 31-52. doi: 10.19053/01233769.5796 Recebido em: 26 de abril de 2017 Avaliação: 20 de outubro de 2017 Aprovação: 15 de março de 2018.

⁷ As ZRCs constituídas no atual governo são: Sumapaz em Cundinamarca (2022), La Tuna em Cauca (2022), Lozada-Guayabero em Meta (2022), Güejar-Cafre em Meta (2023), Togüi em Boyacá (2023), Venecia em Cundinamarca (2023) e Tuluá no Valle del Cauca (2024). Em: "Estas son las siete zonas de reserva campesina aprobadas en el Gobierno del Cambio", acessado em: 30 de junho de 2024. Em: <https://www.ant.gov.co/estas-son-las-siete-zonas-de-reserva-campesina-aprobadas-en-el-gobierno-del-cambio/>

⁸ Ênfase a palavra "aparente" porque, na Colômbia, a população camponesa começou a ser contada em 2019, apesar dos esforços para contar essa população nos exercícios estatísticos do DANE, ainda não foi realizado um censo populacional nacional, nem um novo censo agrícola nacional que inclua o campesinato, para determinar quantas pessoas são ou são reconhecidas como camponesas no país, a fim de obter números claros sobre o campesinato e a propriedade de terras que não sejam as CRZs. Sobre o processo de contagem da população camponesa nos censos demográficos e agrícolas, recomenda-se a leitura de: DeJusticia, "El campesinado sí cuenta para la

desvantagem em termos de acesso à terra em comparação com outras comunidades rurais. As assimetrias nos direitos territoriais dos camponeses justificaram a necessidade de reconhecimento constitucional como sujeito especial de proteção, a fim de salvaguardar a identidade camponesa em sua relação com o território que habitam e o cultivo de alimentos.

Nicolas Cely (2018), no artigo "La disputa por el territorio en el posconflicto rural en Colombia: el caso del territorio campesino agroalimentario del norte de Nariño y el sur del Cauca", refere-se ao direito ao território para o campesinato:

A demanda por autonomia territorial dos camponeses tornou-se uma batalha de forças dentro do Estado, refletindo a natureza conflituosa e não resolvida da questão, o que impede a identificação de uma posição suficientemente definida sobre o assunto. Na decisão T-763/2012, o Tribunal Constitucional diferencia o conceito de terra e território: "terra refere-se à base física de um assentamento humano, enquanto território refere-se às relações espirituais, sociais, culturais, econômicas e outras que as pessoas e as comunidades constroem em torno da terra" (2018. p.54).

Na mesma linha desse reconhecimento constitucional, a organização camponesa conhecida como Coordenadora Nacional Agrária (CNA) criou um instrumento alternativo de gestão da terra, diferente das ZRCs, denominado Território Camponês Agroalimentar (TECAM), justificado pelo fato de que o reconhecimento legal do território a partir dessa visão multicultural não esgota as diferentes formas de relacionamento das comunidades com a terra, os elementos que a cercam e os sujeitos que a usam ou abusam dela.

A proposta se materializou com a declaração do Território Campesino Agroalimentario del Norte de Nariño y sur del Cauca, no sudoeste da Colômbia, em 25 de novembro de 2016. A primeira pesquisa sobre esse processo foi um trabalho de mestrado e doutorado. O primeiro, "Hacia la construcción de una territorialidad campesina: La iniciativa del territorio campesino agroalimentario del norte de Nariño", de Nicolás Cely Muñoz (2017), apresenta a experiência de construção

Corte Suprema", Publicado em: 16 de fevereiro de 2018, acessado em: 03 de setembro de 2020. Em: <https://www.dejusticia.org/el-campesinado-si-cuenta-para-la-corte-suprema/>

dessa territorialidade camponesa, que carece de reconhecimento formal na norma, e ainda assim implementa uma reforma agrária no espaço de 16 municípios, localizados nas bacias dos rios Juanambú e Mayo (294.990,08 ha), que não se limita ao acesso e à distribuição de terras, mas se projeta como um instrumento de poder camponês para organizar o território.

A segunda pesquisa é intitulada "Veja, os camponeses, aqui estamos nós! Etnografia da (re)emergência do campesinato como sujeito político nos Andes colombianos de Nariño" de Soraya Maite Yie Garzón (2018) apresentada na Universidade Estadual de Campinas - Brasil, que aborda as expressões do termo 'camponês' na mobilização social, identidade cultural, política e sensibilidade moral dos habitantes e promotores desse TECAM. Yie aponta que essa figura aponta para o reconhecimento de direitos territoriais sem adscrição étnica, sendo entendida pela organização camponesa da região como uma forma de equilibrar a situação de desigualdade perante outras comunidades rurais (2018, p.259), seguindo também a abordagem de Duarte (2015).

⁹A declaração desse território significou a estruturação de órgãos de governo popular, como a criação de uma Junta de Governo Camponês, a Guarda Camponesa e, da mesma forma, a elaboração de um Plano de Vida de 20 anos e de acordos para a vida em comum, conhecidos como "mandatos". Yie enfatiza que, para alguns líderes, a espiritualidade também faz parte da proposta da TECAM e, em relação a esse aspecto, ela descreve ações coletivas como as mingas para a soberania e harmonização do território e as caravanas para o pagamento e a marcação do território, atividades que combinam a autoridade do poder camponês com uma dimensão mística e espiritual.

O autor também sugere uma dimensão espacial para esse poder camponês, no sentido de que:

A figura do TECAM repousa em uma noção política de território, na medida em que emerge como um espaço de governo de um sujeito camponês assim constituído

⁹ O Plano de Vida é o mapa de navegação do Movimiento Político Masas Social y Popular del Centro Oriente de Colombia, elaborado pelas próprias comunidades, onde se encontram os princípios, pilares e projetos políticos da organização social para o departamento de Arauca.

como uma autoridade" (2018, p.260). Ele desenvolve a ideia de que o TECAM materializa a discussão sobre a categoria 'camponês', ao identificar a produção de uma identidade camponesa territorializada - inscrita em um espaço claramente definido - e a sacralização dos elementos da natureza e da paisagem, características que ele reúne na denominação 'sensibilidade moral'. O sujeito "camponês" é então entendido como um processo inacabado, devido ao fato de que "as ações coletivas, bem como as práticas que as acompanham, não são a expressão de um sujeito político plenamente constituído, mas participam diretamente de sua formação" (2018, p.262).

Os trabalhos sobre o primeiro TECAM coincidem em suas abordagens sobre a territorialização de um sujeito camponês com os objetivos de contribuir para a identidade, o sentimento, a articulação, a autonomia e a construção da soberania popular. Eles também concordam que o TECAM representa uma alternativa às regulamentações estatais sobre o acesso e a formalização da terra, ao modelo multicultural de direitos e à organização do território à mercê do investimento estrangeiro.

Nenhum dos dois estudos vincula a criação do TECAM a um órgão jurídico. No nosso caso, as observações feitas em Sarare mostram que o TECAM é um fato com reconhecimento legal que entra em conflito com o direito estatal: a norma proveniente do Estado tem efeitos materiais sobre a ocupação e as restrições do espaço habitado pelas comunidades camponesas, disciplinando a propriedade e o uso da terra a serviço de alianças entre o governo e as empresas extrativistas, que também concentram o poder econômico e o controle militar.

Esta pesquisa tem como objetivo fornecer chaves para o fortalecimento do TECAM como um instrumento com uma dimensão jurídica alternativa, em oposição aos interesses protegidos pelo direito estatal e com a premissa de buscar um senso de justiça em relação à ocupação do território ou espaço rural pelo campesinato do Sarare Araucano.

Introdução

A região de Sarare está localizada no departamento de Arauca, no nordeste da Colômbia, na fronteira com a Venezuela. Foi colonizada com mão de obra camponesa por meio do programa nacional de colonização e reforma agrária no final da década de 1950. O programa consistia em conceder terras a colonos camponeses por meio da expansão da fronteira agrícola, em vez de redistribuir grandes extensões de terras já cultiváveis. Devido à densa selva até a década de 1980, os camponeses enfrentaram imensas dificuldades materiais, o que os levou a desenvolver uma extraordinária capacidade de auto-organização comunitária.

Os problemas que se seguiram à fundação do Sarare Araucano, além das condições de vida sempre lamentáveis devido ao apoio insuficiente do Estado para desenvolver a economia local após a titulação das terras, condenaram a região ao isolamento físico e político e ao abandono permanente do Estado até os dias de hoje; uma situação que se aprofundou com o estabelecimento de grupos guerrilheiros e contra-insurgentes e a extração de hidrocarbonetos por multinacionais estrangeiras desde a década de 1980. Em meio à cruzada armada entre os interesses extrativistas e geopolíticos, o campesinato tem sido vítima de múltiplos deslocamentos forçados e desapropriação de suas terras, e tem sido um sujeito político vulnerável e invisível, apesar de sua importância produtiva, alimentar e cultural (DeJusticia, 2022).

Desde 2017, nos quatro municípios de Sarare, territórios camponeses agroalimentares foram declarados em comunidades camponesas que enfrentam o risco de expulsão ou redução de suas terras aráveis após a ameaça permanente de novos títulos de exploração de petróleo. A declaração desses territórios camponeses visa a reconhecer os camponeses como sujeitos de direitos, defendendo o território de ameaças extrativistas e garantindo a soberania alimentar da região. O reconhecimento e a legitimidade dos territórios são concedidos por organizações camponesas e pelas comunidades que vivem e trabalham no território, onde sua posse foi consolidada por décadas, considerada como uma figura fora do sistema jurídico do Estado colombiano. No entanto, em dezembro de 2023, algumas organizações camponesas orientadas pelo governo apresentaram a

regulamentação dos TECAM para serem integrados à lei estadual, conseguindo isso por meio do Decreto 780 de 2024, que cria o procedimento para a constituição, decreto e formalização dos Territórios Agroalimentares Camponeses.

Durante o trabalho de campo realizado em Sarare, foram selecionados dois estudos de caso; trata-se de dois processos de "retomada de terras" em territórios que não têm títulos legais e permanecem em ocupação e posse irregulares da terra. O retorno a essas terras teve origem nas raízes da comunidade no território e na interrupção da ocupação/posse devido a situações externas e injustas que forçaram o deslocamento dessas famílias sem garantias de realocação ou apoio econômico.

Dos quatro TECAM declarados em Sarare, foram coletadas mais informações no "Territorio Campesino Agroalimentario del Piedemonte Araucano" em Fortul e no "Territorio Campesino Agroalimentario Laguna del Lipa, Soberanía y Resistencia Popular" em Arauquita, porque têm em comum o fato de as comunidades terem recuperado a posse/ocupação de suas terras por meio de organização e gestão comunitária após terem sido expulsas; no entanto, os títulos legais de propriedade e usufruto das terras estão nas mãos do herdeiro da família Lomonaco em Fortul e reservados para a exploração de petróleo em Arauquita, apesar da posse agrária das famílias camponesas.

Em Fortul, por exemplo, os colonos consolidaram sua posse ao retornarem às suas terras em 1998 nas fazendas Los Chorros e El Caruto, de propriedade da família Lomonaco, expulsa por ações violentas, em particular o massacre perpetrado pelo Exército Nacional que resultou no desaparecimento, tortura e assassinato de cinco camponeses capturados dentro da fazenda em 1989, Esse foi o resultado da violência do Estado contra a posse iminente dos colonos que trabalhavam para a família de origem italiana e o subsequente desaparecimento (1985) e assassinato (1997) dos proprietários de terras nas mãos de um grupo insurgente, razão pela qual a terra foi deixada à disposição das famílias de camponeses.

Em Arauquita, a colonização da parte norte da lagoa Lipa, ao redor do duto Lipa, que conecta a lagoa ao rio Arauca por meio do duto Limón, tornou-se importante na década de 1970 e se consolidou na década de 1980, No entanto, com o início do consórcio Cravo Norte entre a Occidental Petroleum e a Ecopetrol em 1983, os

poucos camponeses com títulos de terra foram realocados e, em 1995, foi realizada a expulsão definitiva das famílias com posse, pagando apenas a avaliação das benfeitorias representadas nas lavouras. Somente em 2014 os camponeses recuperaram sua posse, pois o Estado e a empresa privada não cumpriram o compromisso de realocar todas as famílias.

Dois casos foram selecionados para a pesquisa a pedido dos líderes camponeses, porque em ambos os TECAM a condição de posse exclui a população do acesso aos direitos sociais e porque as diferenças entre cada caso nos permitem descobrir contradições e ingenuidades no estudo de fenômenos plurais no direito. Portanto, esses casos foram selecionados porque nos permitem analisar os efeitos de um instrumento não regulamentado na legislação nacional sob o cadinho do pluralismo jurídico, que pode ser útil para materializar melhores condições de vida para as comunidades camponesas que não foram favorecidas pelas políticas de reforma agrária ou de formalização de terras.

Esta pesquisa se concentra na figura do Território Camponês Agroalimentar (TECAM) porque ele carece de reconhecimento normativo na legislação agrária colombiana e reconhece conflitos legais e territoriais baseados na resistência e na permanência do campesinato, aparentemente invisível para a legislação nacional, como será demonstrado nos dois estudos de caso.

O TECAM é um instrumento criado pela organização social Coordenadora Nacional Agrária (CNA), implementado nas comunidades camponesas vinculadas a essa organização e, desde 25 de junho, é regulamentado pelo Decreto 780 de 2024. O TECAM possibilita a organização de um determinado espaço com base na visão da comunidade camponesa que ali vive e trabalha, com o objetivo de criar condições mais justas do que aquelas que as comunidades enfrentaram na formação do território.

Na época em que esta pesquisa foi realizada, os TECAM não eram legalmente reconhecidos e apenas o ZRC existia na ordem normativa, o que se devia a dois fenômenos normativos apoiados por autoridades diferentes: a organização camponesa e o Estado, respectivamente. Com o reconhecimento legal dos TECAM, o fenômeno plural desapareceu formalmente; no entanto, as tensões que levaram à

declaração da figura de fato, que para os casos em estudo era o risco de expulsão ou a irregularidade infinita na posse das famílias camponesas, ainda não foram resolvidas.

A pluralidade normativa revela a divergência nas atividades humanas e a forma como as comunidades camponesas acessam, ocupam e usam o espaço, bem como a forma de relacionamento e/ou diálogo entre essas fontes de poder ou autoridades sobre o território específico em que uma dessas figuras é declarada. Em outras palavras, quando um ATT é declarado, um ou vários conflitos sobre o território são identificados entre a organização camponesa e a autoridade estatal, que geralmente é imposta normativamente e por meio da força pública.

A região de Sarare Araucano abriga seis dos 62 Territórios Camponeses Agroalimentares (TECAM) a serem declarados na Colômbia até 2024. O primeiro a ser declarado no país foi em 16 municípios no sul de Nariño e no norte de Cauca (2016), no sudoeste da Colômbia. Os próximos quatro em Sarare, no centro-leste da Colômbia: Saravena (2017), Fortul (2017), Arauquita (2018) e Tame (2019).

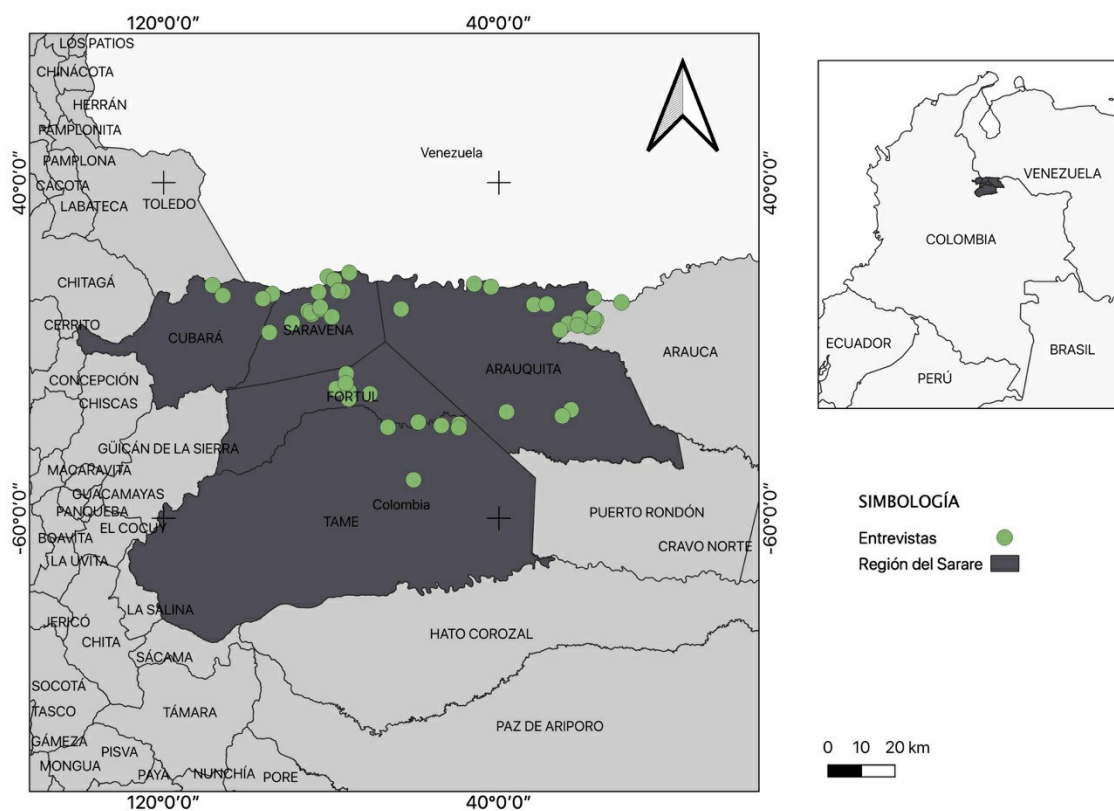
Além disso, essa região tem sido pouco estudada pelas ciências sociais, com seis estudos publicados sobre a população camponesa da região: Gómez Picón (1938), Rucinke (1972), Peñate (1991), Moncayo (2014), Currea-Luego (2016) e Carrillo (2023), autores que são apresentados no segundo capítulo. Deve-se observar que a pesquisa nesse território é complexa devido ao conflito armado entre os grupos guerrilheiros e as forças de segurança que vem ocorrendo no departamento de Arauca desde a década de 1980.

Os três capítulos seguintes reúnem a análise do fenômeno plural do direito e seu efeito nos territórios das comunidades camponesas participantes da pesquisa. O primeiro capítulo é dedicado a detalhar o objeto de estudo, que é a declaração do TAT como um fenômeno jurídico baseado na conjunção do pluralismo jurídico e da abordagem de justiça espacial. O segundo capítulo reconstrói a colonização do Sarare Araucano usando o estado da arte sobre a população camponesa da sub-região Araucana, destacando a identidade da população rural como colonos, trabalhadores e camponeses como protagonistas do processo de assentamento. Finalmente, o terceiro capítulo é dedicado aos dois estudos de caso em Fortul e

Araucaria, combinando relatos de diários de campo, informações legais e análise teórica das disputas entre os atores sociais envolvidos que moldaram a declaração dos TECAM e seu atual reconhecimento legal.

Aspectos metodológicos

O estudo foi realizado em cinco dos sete municípios que compõem a região de Sarare: Tame, Fortul, Saravena, Arauquita (Arauca) e Cubará (Boyacá) (Figura 1). Os dois municípios que fazem parte dessa região e não foram incluídos neste estudo, Toledo (Norte de Santander) e El Nula (Apure, Venezuela), não foram visitados devido a dificuldades logísticas. Inicialmente, foi realizada uma busca por informações secundárias representadas em documentos oficiais da região, cartografias, artigos de imprensa e de opinião, consultados para corroborar dados históricos e geográficos, além da análise documental de oito pesquisas anteriores sobre a região: Gómez Picón (1938), Rucinque (1972), Peñate (1991), Moncayo (2014), Medina (2015), Currea-Luego (2016), Plazas (2017), Rojas (2023) e Carrillo (2023).



Na primeira fase documental, foi dada prioridade às informações primárias das áreas em que a pesquisa de campo foi realizada. Durante os meses de fevereiro, março, agosto, setembro e outubro de 2020, foram realizadas 35 entrevistas semiestruturadas (Bonilla-Castro e Rodríguez-Sehk 1997) com as comunidades camponesas que vivem atualmente nos TECAM do Sarare Araucano (Figura 1). Dos entrevistados, 32 eram homens e 3 eram mulheres, porque havia mais homens do que mulheres nos TECAM e a maioria das mulheres se recusou a ser entrevistada e gravada. As entrevistas incluíram perguntas sobre colonização agrária, organização camponesa, o conflito em Caño Limón, o conflito na Hacienda Los Chorros e os TECAM.

Além disso, foi implementada uma fase de observação participante (Guber 2014), que incluiu visitas físicas às fazendas e convivência com três famílias nas aldeias de Botalón (pertencente ao município de Tame), San José Obrero (município de Fortul) e El Vivero (município de Araucita). Em geral, as informações foram registradas em um diário de campo, foram feitas gravações de áudio e foram tiradas fotografias, com a autorização prévia das comunidades participantes e com a aprovação do comitê de ética da Universidade Federal de Goiás.

As narrativas coletadas foram transcritas e analisadas, especificamente as informações que foram consideradas mais relevantes para estabelecer a influência dos conflitos territoriais na identidade camponesa ao longo do tempo. Foi dada prioridade aos fragmentos de histórias sobre a colonização agrária dos Sarare entre as décadas de 1960 e 1970, o plano de reforma agrária promovido pelo Instituto Colombiano de Reforma Agrária (INCORA) até 1985 e o processo organizacional da ANUC, da ASONALCA e dos TECAM até os dias atuais.

As atividades de pesquisa estão divididas em uma etapa de escritório e uma etapa de campo, sendo que a primeira compreende a pesquisa documental em bibliotecas, bancos de dados e arquivos de organizações sociais e camponesas. No trabalho de campo, foram utilizadas as ferramentas da metodologia narrativa etnográfica, como a preparação de um diário de campo e entrevistas individuais. O projeto tem quatro fases: documentação, trabalho de campo com as comunidades, sistematização das informações coletadas em campo e redação com revisão das diretrizes de pesquisa.

Finalmente, 35 adultos concordaram em participar da pesquisa, que se identificam como camponeses, vivem nos TECAM de Fortul e Arauquita, trabalham na produção agrícola, conhecem a declaração dos TECAM ou têm raízes no território. A ordem das entrevistas segue o parâmetro de busca de núcleos familiares por lote, a fim de coletar o maior número de experiências em relação à posse da terra e à produção agrícola. Começamos com os líderes da ASONALCA, o presidente e os líderes dos conselhos de administração dos dois TECAM, bem como os membros da família que participam da organização social e, por fim, os vizinhos que os próprios líderes apresentaram. Como a metodologia de campo é etnográfica, além desses parâmetros para a seleção dos participantes, a proximidade e a confiança com cada um deles também foi um fator decisivo.

Etnografia em meio a um conflito armado

Da seleção bibliográfica, foi selecionado um grupo de pesquisas com ênfase etnográfica realizadas em áreas de conflito armado na Colômbia, tais como: *Política de vida y muerte. Etnografía de la violencia cotidiana en la Sierra de la Macarena*, de Nicolas Espinosa (2010), uma investigação detalhada com narrativas etnográficas realizadas na Sierra de la Macarena, uma área de influência das FARC. Espinosa descreve detalhes da vida de comunidades camponesas que vivem em meio à violência, o que significa "estar lá". Em meio à história, dicas para a elaboração da etnografia foram de interesse para o propósito desta pesquisa. Foram coletadas frases como: "Evitei usar gravador porque há assuntos sobre os quais não se fala deixando rastros, que exigem cautela. Eu rastreei os silêncios" (2010, p.25), também "superar a desconfiança e gerar credibilidade são os passos fundamentais para acessar as narrativas" (p.25), ou "prefiro deixar que os temas da guerra e do conflito surjam por iniciativa de meus interlocutores" (p.38), e "acreditei que uma forma de garantir minha segurança, diante da guerrilha e do exército, é ser muito visível (...) anuncio a todos onde estou" (p.47).

Espinosa desenvolve narrativas sensíveis em que o observador está ligado ao observado, ele diz: "integro várias coisas em minhas anotações mentais (...) a ideia meticulosa da paisagem (...) o registro sensorial de tudo o que acontece (...) coloco tudo isso nos mapas que carrego comigo" (p.40) e "Não sei até que ponto a

presença do Estado faz com que eu me sinta mais seguro às margens dele; mas sinto ainda mais medo e é o medo que me faz manter minha raiva e ser cauteloso" (p.42).

Esse texto ajudou a imaginar a experiência e a sensação de estar em campo em uma região de conflito armado. Espinosa utiliza recursos simples, mas altamente eficazes, para expor ou comparar posições sobre a guerra, como mapas, estações de rádio, imprensa e jogos. É um texto com um estilo leve, sem pretensões de se destacar teoricamente, e por meio das descrições ele consegue frases muito diferentes e narrativas únicas e difíceis de alcançar.

O artigo *Etnografía, territorio y conflicto armado. Metodología de una investigación sobre la construcción regional de los Llanos del Yará (Caquetá, Colômbia)*, que ele realizou em conjunto com Eugenia González e Erika Ramírez (2011). Trata-se de um resumo de uma investigação mais ampla realizada nos Llanos del Yará com base na experiência dos três pesquisadores que viajaram por vários anos. No artigo, elas relatam sua experiência no local e destacam a metodologia usada e os riscos envolvidos em estar na área:

Nicolás, que é indiscutivelmente o mais experiente na região (ele tem uma década de pesquisa lá) gerencia um "protocolo" que, com o tempo, aprendeu a assumir e que, nessa viagem, Erika e Eugenia (pesquisadoras da equipe) transmitiram - com a experiência que a equipe viveu - a uma estudante que estava viajando para a área pela primeira vez; ela foi informada de que, como uma necessidade básica, elas nunca deveriam faltar, nunca! as cartas emitidas pela Universidade e pelo grupo de pesquisa para endossar nossa presença na região; a carta da Defensoria Pública reconhecendo-nos como pesquisadores na área, a lista de números de telefone de pessoas que conhecemos e a certeza de termos avisado previamente, por escrito ou por telefone (onde quer que haja sinal de celular), aos presidentes dos Community Action Boards, que são as autoridades locais com as quais se combina a "entrada" em determinadas áreas (2011, p.335).

Também foram analisados mais dois artigos, publicados no segundo volume da obra enciclopédica de Boaventura de Sousa Santos e Mauricio García Villegas, intitulada *El caleidoscopio de las justicias en Colombia: Análisis sociojurídico (O caleidoscópio da justiça na Colômbia: análise sociojurídica)*. O primeiro, *Justicia*

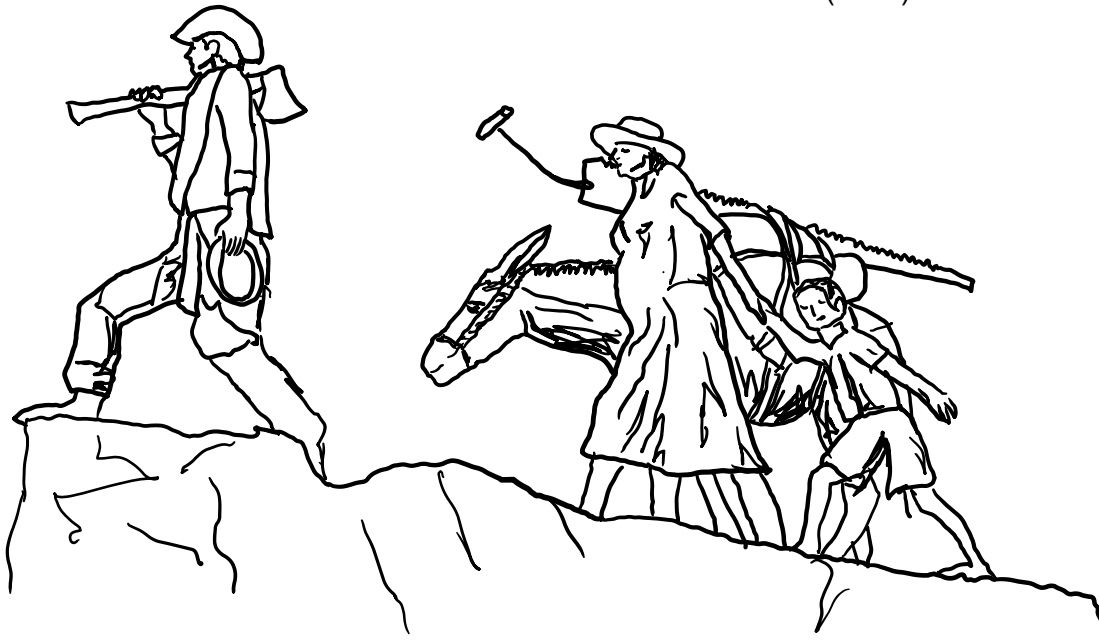
Guerrillera y población civil 1964-1999, de Mario Aguilera (2001), apresenta como as guerrilhas se relacionam com as comunidades camponesas: "Em várias regiões da Colômbia, os camponeses resolvem seus conflitos por meio da arbitragem da guerrilha" (p.389). Aguilera constrói uma tipologia da justiça dispensada por cada grupo guerrilheiro, classificando como "justiça defensiva" a empregada pelo ELN, "justiça comunitária" a do extinto Exército Popular de Libertação (EPL) e "justiça expedicionária" a das FARC. Este artigo caracteriza a justiça guerrilheira como um fenômeno amplo que constitui um elemento-chave nas ações da insurgência, destacando a relação entre lei-guerra-justiça.

E o segundo, *La justicia guerrillera* de Alfredo Molano, comenta que: "a metodologia, vamos chamá-la assim, envolve entrar no personagem e ao mesmo tempo olhá-lo de fora" (2001, p.331) e sobre o direito, "Esta história narra a origem do direito dentro da guerrilha (...) como estes, o direito e a justiça, têm uma relação íntima com as armas, algo que nos parece estar por trás de todo o direito" (p.332). Essa pesquisa, igualmente descritiva, expõe a taxonomia da organização e da lei dentro dos grupos guerrilheiros, reunindo cinco histórias a partir da voz dos protagonistas: um guerrilheiro na Apreensão de Segóvia, um comandante guerrilheiro fazendo justiça na história "Los Pitufos", uma corte marcial para um desertor em "La Comisión", um guerrilheiro executado por um crime sexual em "El atembado" e "El nudo". Em cada história, Molano tenta mostrar que nos grupos insurgentes há ordem, lei e justiça.

Nessa breve exploração, observamos que os textos citados não esgotam o universo das etnografias realizadas em áreas de conflito armado na Colômbia, porém representam uma revisão eficiente para conhecer a metodologia etnográfica em cenários de guerra na Colômbia, como é o nosso caso. Para o benefício desta pesquisa, contamos com o apoio da ASONALCA e do CNA para entrar nas aldeias, transporte para os territórios e alojamento com as famílias camponesas que são membros dessas organizações.

Capítulo I. A identidade do Sarare

*Ilustração de um monumento à
colonização, Fortul, Arauca.
Johanna Moreno (2020)*



O Sarare Araucano é uma região localizada na fronteira nordeste da Colômbia com a Venezuela, entre a cordilheira oriental dos Andes e as extensas savanas do rio Orinoco. Sua história é determinada pela dinâmica territorial, como as colonizações fundacionais e recentes, a expansão das atividades extrativistas e a cultura de fronteira. Nesse sentido, tanto sua paisagem quanto a construção social do espaço nessa região foram influenciadas pelo uso e distribuição da terra, especialmente como resultado das pressões da economia de mercado, do conflito armado interno e do institucionalismo (Gutiérrez 2010; Maher 2018).

As atividades econômicas dominantes na região implicam uma exploração da natureza que reconfigura a estrutura agrária, beneficiando poucos e tornando invisíveis os interesses locais (Faguet, Sánchez e Villaveces 2020; Machado 2017). Para o campesinato, o panorama é ainda mais difuso, considerando que ele foi excluído da reforma constitucional de 1991 até a reforma constitucional de 2023, período em que o direito à propriedade e ocupação da terra e seus modos de vida não foram promovidos (Fajardo 2012).

De fato, o campesinato conseguiu ser incluído nos censos populacionais e agrários como sujeito político, como resultado da decisão favorável da tutela de 2018 (DeJusticia 2018), que levou à conceituação do campesinato na Colômbia (ICANH 2018) e à aplicação da Pesquisa de Cultura Política (DANE 2020), para consultar a identidade dessa população.

Em resposta a esse problema, surgiu a figura do Território Agroalimentar Camponês (TECAM) como um instrumento de gestão social e ambiental da terra, administrado por comunidades camponesas e baseado na produção agrícola diversificada, na comercialização justa e no autoconsumo de gêneros alimentícios para a população em geral (CNA 2015). Como tal, eles não apenas promovem o estabelecimento de sistemas de produção agroecológica, mas também regulam o acesso à terra, ajudando a reduzir os conflitos de uso da terra. Além disso, buscam proteger os meios de subsistência dos camponeses e suas relações socioculturais, político-comunitárias e produtivo-ambientais (Cely-Muñoz 2018).

Entre 2017 e 2019, a Associação Nacional de Camponeses José Antonio Galán Zorro (ASONALCA), a Coordenadora Nacional Agrária (CNA) e as comunidades camponesas locais declararam quatro Territórios Agroalimentares Camponeses (TECAM) em Arauca, a fim de ordenar o território com base na visão da comunidade camponesa que o habita e também para se proteger contra a possibilidade de expulsão, realocação ou deslocamento de comunidades camponesas como consequência da proliferação de projetos de extração de petróleo, da informalidade da posse da terra e da repressão como resultado da repressão causada pelos projetos de extração de petróleo, para se protegerem contra a possibilidade de expulsão, realocação ou deslocamento de comunidades camponesas como consequência da proliferação de projetos de extração de petróleo, da informalidade da posse da terra e da repressão resultante do confronto armado entre grupos guerrilheiros e as forças de segurança.

1.1 A estrada para Sarare foi aberta pelo colono

A identidade do campesinato que habita a região de Sarare Araucano é construída como resultado da colonização agrária da segunda metade do século XX (De Currea-Lugo 2016). Como resultado desse processo, a região se tornou mais densamente

povoada devido à promoção de um plano de colonização liderado pelas autoridades agrárias do governo nacional: Caja de Crédito Agropecuario (CCA) e INCORA; e, simultaneamente, uma colonização espontânea de famílias que buscavam melhores oportunidades nas selvas araucanas, depois de serem deslocadas pela violência bipartidária presente em grande parte do território colombiano entre 1948-1958 (Figura 2a, 2b) (Guzmán, Fals-Borda e Umaña 1962; Peñate 1991).



Figura 2. (A) Monumento representando as famílias colonizadoras, Fortul, Arauca. (B) Placa do monumento em comemoração à colonização, Fortul, Arauca. (Autor: Johanna Moreno, 2020).

O Sarare foi moldado por várias ondas de migração, a primeira das quais foi guiada pela CCA na fronteira com a Venezuela, compartilhada pelos departamentos de Norte de Santander, Boyacá e a intendência de Arauca no início da década de 1950 (Plazas 2017; Rucinque 1972). Naquela época, surgiram os centros populacionais de Tunebia (hoje Gibraltar), La Colonia, Samoré, El Guamo e Cubará. Os escritórios do CEC foram instalados em La Colonia, a poucos metros de Tunebia. No entanto, o fato que determinou a chegada dos colonos não foi tanto a instalação da autoridade agrária quanto a construção da estrada que vinha de Pamplona (Norte de Santander) e chegava a Cubará em 1960. A seguir, uma descrição da construção rudimentar da estrada por um colono que chegou a Cubará:

Quando chegamos, já havia uma ponte feita de tábuas por onde passavam os caminhões, era uma ponte sem grades, estreita, era uma estrutura de ferro e em cima dela uma prancha de bancos de madeira, sobre o rio Cobaría. Ainda havia canoas, algumas cargas eram transportadas por canoas.

Era selva, e depois toda aquela descida, a estrada era muito bem traçada, extremamente estreita, provavelmente feita anos antes. Eles fizeram uma boa manutenção, a primeira empresa que desceu foi a Higuera, eles desceram abrindo a estrada com enormes escavadeiras, não tinham correntes, tinham rodas de borracha, máquinas antigas (professor rural, entrevista, 12 de setembro).

A estrada foi construída sem muito uso de tecnologia pelas famílias pioneiras e posteriormente pavimentada em algumas seções com recursos públicos muito limitados (Rucinke 1972), com o agravante de atravessar uma região montanhosa com vários rios grandes que se originam no Páramo el Almorzadero e no complexo da Sierra Nevada del Cocuy: os rios Margua, Cobugón, Cobaría, Royota e Bojaba, e que, a partir de sua união, formam o grande rio Arauca, a fronteira divisória entre a Colômbia e a Venezuela.

A geografia encontrada pelos migrantes descreve selvas densas, quase impenetráveis, com árvores com troncos de grandes diâmetros que excediam a largura dos braços estendidos de uma pessoa adulta, de acordo com um fazendeiro que nasceu na época da colonização (entrevista, 25 de setembro). A principal tarefa do colonizador, além da abertura de estradas, era a construção de balizas no meio da mata que indicavam o limite ou um dos limites da terra a ser explorada por cada unidade familiar. A mão de obra era exclusivamente dos colonos, pois não havia trabalhadores locais. A madeira era um dos principais produtos extraídos dessas florestas, uma atividade que se espalhou para as planícies de Sarare depois que a estrada foi construída até Saravena em 1965. Sobre a extração de madeira e a serraria:

Como vinham pessoas de outros departamentos, os paisas eram muito rígidos com relação à serragem e, quando ela era removida, era com uma tábua, não com uma motosserra. Eles faziam um buraco ou um andaime e, em cima dele, colocavam o poste de madeira e, em cima, ficava um e, embaixo, o outro; era com dois que eles eram feitos. Essa madeira ia para Barranquilla, e lá era exportada para outros países, e em Bogotá também era exportada. Naquela época, havia esses aviões de carga que se chamavam Satena (fazendeiro, entrevista, 25 de setembro).

Os ferimentos causados pelo trabalho árduo dos "túmulos da montanha" - como dizem os camponeses, referindo-se ao desmatamento da selva - deixaram várias pessoas caolhas e com ferimentos permanentes nos membros, quando nem mesmo a infraestrutura para atendimento médico existia, lembra um colono de Puerto Nariño e Tame durante as entrevistas.

De fato, a malária acompanhou todo o processo de colonização do Sarare, até que uma redução no número de casos foi alcançada na década de 1980 com o fornecimento de serviços de saneamento básico e o relativo sucesso do programa "Serviço de Erradicação da Malária" (SEM), criado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e implementado na Colômbia entre 1958 e 1984 (Padilla et al. 2011).

As mortes por malária inauguraram o primeiro cemitério de Cubará:

Em um determinado momento, havia pessoas que chamávamos de "malários". Eles trabalhavam com a malária e nos curavam da doença. Vi muitas pessoas morrerem de malária, pois meu pai fazia os caixotes, um sabia quem ia ser enterrado, outro mantinha as estatísticas. Foi aí que o cemitério de Cubará foi construído. Eu me lembro das primeiras mortes, porque praticamente a única oficina [de carpintaria] que existia era a do meu pai, alguém tinha que fazer as caixas quando ele morria (professora rural, entrevista, 12 de setembro).

Cubará foi o centro da colonização durante essa primeira fase. Naquela época, consistia em duas ruas com um pequeno número de casas de madeira, um pequeno povoado que, sem justificativa pública, foi excluído do programa de reforma agrária do INCORA (Rucínque 1972), sendo relegado do desenvolvimento da região de Sarare. Atualmente, possui mais casas de bloco e tijolo, várias esculturas de artesãos da região e um prédio chamativo com um pneu de carro saindo do telhado, onde ficava o teatro do vilarejo:

Também me lembro do primeiro teatro em Cubará, eu estava com um dos gringos e disse a ele que era um cinema. Então entramos e era um filme do Tarzan em preto e branco. Era uma piada, porque o homem tinha uma planta e às vezes ela desligava e não ligava mais. Então, no meio do filme, o homem saiu com uma vela e disse: "Não se preocupem, queridos cineastas. Agora, o que acontece é que, para onde estávamos indo, Tarzan continua pela selva e encontra os vilões, mata um deles e consegue recuperar Jenny e Cheetah, que a havia roubado. Esse é o fim do filme, tenham uma boa noite" (professor rural, entrevista, 12 de setembro).

À medida que os colonos desciam pelas trilhas e estradas além do Rio Bojaba em direção à Ilha Charo e Puerto Nariño, também chegavam os "gringos", homens de grande estatura, que falavam apenas inglês e eram facilmente distinguidos dos colonos por suas características e pelas grandes motocicletas que usavam para explorar as trilhas improvisadas:

Nos anos 60, chegaram alguns navios petroleiros. Eu sabia de alguns carros que traziam placas do Texas, dos Estados Unidos, e que pertenciam à [empresa petrolífera] do Texas. Eles não disseram de que empresa eram, nem o que estavam fazendo, mas provavelmente vieram para explorar petróleo, para fazer trabalho sísmico. Depois vieram com maquinário, isso foi por volta do final dos anos 60 e início dos anos 70 (professor rural, entrevista, 12 de setembro).

Sabe-se também que missionários estrangeiros chegaram às concentrações religiosas do Sarare, localizadas nos assentamentos indígenas dos povos Tunebos (U'wa), Guahibos e Betoyes (Rucínque 1972). Naquela época, o Chuscal era um centro religioso de evangelização ou aculturação que concentrava as comunidades indígenas da região, sendo mais importante do que outros assentamentos, como Cobaría e Bocotá, localizados na parte alta da montanha de Cubará, em direção à cordilheira de Cocuy.

O fragmento a seguir descreve com nomes próprios os estrangeiros que eram conhecidos na região e a referência ao Instituto Lingüístico de Verano (ILV), uma instituição evangélica protestante denunciada por práticas de aculturação indígena desde 1976 e que finalmente deixou o país em 1995 devido a ameaças de grupos guerrilheiros (Beltrán 2011; El Tiempo 1995).

Roland era piloto como estrangeiro. Herna e Pablo Helan eram missionários na época. Ele era um gringo do Summer Institute of Linguistics, que ficava em Loma Linda-Meta. Eles traduziram para o idioma indígena, fizeram algumas cartilhas indígenas. Eles tinham um avião fornecido pelo ministério do governo e aterrissaram em Bocotá (professor rural, entrevista, 12 de setembro).

O transporte aéreo era a melhor forma de transporte em Sarare; cada município e até mesmo vários povoados têm uma pista de pouso, a maioria em estado de abandono. Durante o processo de colonização, as pistas de pouso eram usadas principalmente por entidades estatais e forças públicas, migrantes estrangeiros e empresas religiosas;

o INCORA, por exemplo, tinha um aeroporto entre Tunebia e Cubará, de acordo com o relato de um colono que era acólito na época, onde duas empresas voavam para Sarare: Aeromotor e Avianca, com capacidade para 15 a 18 passageiros.

Com o avanço da migração para as terras baixas do Sarare, em meados da década de 1960, o centro da colonização foi Puerto Contreras, na Isla del Charo, e Puerto Nariño, uma vez que as terras da ilha são altamente férteis, pois estão cercadas pelo rio Arauca e seus afluentes: rio Madre Vieja, rio Banadía, Caño Rojo e Caño el Tigre; e a localização dos portos nas margens do rio Arauca favoreceu a produção, o comércio e o intercâmbio de produtos agrícolas na fronteira. Atualmente, esses povoados estão em estado de abandono, com ruas quebradas e empoeiradas, que não fazem jus à prosperidade que representavam na época da colonização (Figura 3).



Figura 3. Puerto Contreras, pouca atividade comercial no porto, TECAM Saravena, Arauca (Autor: Johanna Moreno, 2020).

A qualidade da produção agrícola é uma característica marcante desses vilarejos, que agora pertencem ao município de Saravena:

A primeira área de cultivo de banana em Sarare foi na Isla del Charo e em Puerto Nariño. A INCORA emprestou quatro hectares de bananas. As bananas eram embaladas em folhas de bijao e em sacos e fardos. A mandioca era embalada da mesma forma.

Puerto Nariño explodiu no setor agrícola, enviando bananas para Bucaramanga, Barranquilla, Cúcuta e Bogotá. Os caminhões chegavam para carregar milho, mandioca, bananas, e chegavam pelos rios Madre Vieja e Banadias (...) Saravena era famosa pela mandioca cerita, era o único departamento que a tinha, tem um sabor muito bom, ainda se pode obter a semente. Acabou porque trouxeram a mandioca armênia, que era mais resistente, mas agora só dá gravetos (agricultor, entrevista, 25 de setembro).

Como resultado da colonização espontânea, as terras mais baixas do Sarare, no município de Arauquita, foram exploradas, encontrando famílias que não eram beneficiárias do programa de reforma agrária e que, de forma recursiva, conseguiram se aprofundar na selva, navegando pela rede hídrica do Sarare, que consiste em canais e estuários interconectados, alimentados pelos rios que descem do Cocuy e se estendem até as ilhas Bayoneros e La Reinera, afluentes do rio Arauca que alimentam a grande lagoa Lipa a leste de Arauquita.

O impulso para a colonização dirigida continuou com a construção das instalações do INCORA por volta de 1965, nas margens do rio Las Pavas, que atravessa a sede do município de Saravena. Foi então que começou uma segunda fase de colonização, com o projeto "Arauca Uno", legalmente estabelecido pela Resolução 298 do INCORA de 1965 e que, depois de 1968, teve o apoio do Instituto de Marketing Agrícola (Idema) e do Instituto Colombiano de Construção Escolar (ICCE) (Rucinke 1972, 98).

O INCORA foi autorizado por mandato legal a "administrar em nome do Estado as terras não cultivadas de propriedade nacional, adjudicadas ou a constituir reservas e a promover colonizações" (Artigo 3, L.135/1961). A partir de então, o processo de

colonização foi transformado em uma estratégia de reformismo agrário, por meio da adjudicação de terras não cultivadas, enquanto o governo incentivava o desmatamento acelerado, aumentando a fronteira cultivável do país, um processo que foi realizado no Sarare durante toda a década de 1970 até meados da década de 1980 (Plazas 2017).

O benefício da titulação da terra oferecido aos colonos foi registrado em um contrato, que os comprometia a explorar, com mão de obra pessoal e familiar, metade da unidade agrícola familiar concedida pelo INCORA durante os cinco anos seguintes à assinatura do contrato, bem como a seguir as indicações técnicas do projeto produtivo entregue e a abster-se de ceder a propriedade ou o uso da propriedade para alugá-la (Peñate 1991).

Em 1969, o INCORA recebeu sete milhões de dólares em crédito do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o que representava trinta por cento do investimento total do projeto de reforma agrária (Peñate, 1991). Apesar da grande obrigação de crédito assumida pelo Estado colombiano, o projeto foi paralisado em 1972, entre outros motivos, porque a região permaneceu isolada do resto do país e sem serviço de eletricidade. O principal descumprimento foi a construção de estradas e pontes para conectar o Sarare com seu interior, de modo que os produtos agrícolas não pudessem ser retirados do distrito de Arauca para serem comercializados fora do Sarare.

"Na primeira fase do projeto, pretendia-se cobrir mais de 200.000 hectares para o benefício de 2.000 famílias, mas diz-se que aproximadamente 5.000 famílias entraram na região de Sarare pela estrada de Pamplona" (Plazas 2017, 6). Entre 1970 e 1976, a população de Sarare chegou a 60.000 habitantes, totalizando mais de 8.000 famílias (Peñate 1991). O fracasso do programa de colonização agrária também se deveu à falta de previsão do governo, pois não conseguiu beneficiar o grande número de famílias que vieram para colonizar, deixando-as em uma condição de informalidade em suas terras e enfrentando todas as dificuldades materiais de viver no meio da selva de Sarare. O inconformismo do campesinato colonizador somou-se ao atrito entre o INCORA e a Cooperativa Agrícola de Sarare (COAGROSARARE), constituída por iniciativa camponesa em 1963, que se agravou no início da década de 1970 até detonar na primeira Greve Cívica de Sarare, em 1972.

1.2 O jornalero não vai mais para a fazenda

Enquanto a estrada que ligava Pamplona a Sarare avançava até o nascente povoado de Saravena, fundado como resultado da colonização, as famílias de colonos também se dirigiam às savanas araucanas, onde encontraram a cultura e a economia locais do llanero criollo.

O llanero se concentrava nas várzeas do rio Cravo e nos municípios de Tame (fundado em 1628) e Arauquita (fundado em 1675), cidades que testemunharam o extermínio e a evangelização dos povos indígenas por companhias religiosas e a rota de libertação liderada por Simón Bolívar no início do século XIX, um processo que terminou no início do regime republicano da Grande Colômbia em 1819 (Casas 2018). É assim que um camponês de Tame se lembra disso:

Tame é uma cidade muito antiga. A língua nativa daqui é o llanero, mas naquela época o llanero não funcionava, eles só trabalhavam nas planícies do Cravo. Era usado para cultivar topocho e cacau. Mas aqui, aqui era selva, o que tínhamos eram tigres, leões, não havia lotes de terra aqui, então Tame vivia do gado, da exportação para a Venezuela, do gado a pique.

O rebanho ficava ao longo da estrada principal, você saía de Tame, chegava às grandes planícies de Cravo, passava por elas, chegava aos lençóis de Corocito, que era uma estação onde você ficava com o gado para acordar cedo no dia seguinte, chamava-se Macaguana, havia uma pequena aldeia lá e eram indígenas e brancos. Você passava por Tamacay, Los Chorros e depois ia para o que hoje se chama San José de Obrero, e chegava ao topo de Fortul, onde havia um antigo aeroporto provisório. De lá, você pegaria a estrada que passa por Barrancones, seguiria em frente e sairia ao lado de Banadias. De lá, você chegava a Saravena, passava por El Pescao e ia até o rio Arauca. No rio Arauca, os compradores chegavam ou atravessavam o rio, mas isso era contrabando, e eles tinham muito medo da Guardia (entrevista, 25 de setembro).

"La pica" ou "trocha ganadera" (trilha do gado) era uma estrada para conduzir o gado pela selva. Diz-se que a trilha vinha do sul das planícies do leste, em Villavicencio, conectando os departamentos de Meta, Casanare e o distrito de Arauca. A rota parece corresponder, em grande parte, a estradas reais, embora as informações coletadas sejam insuficientes para confirmar isso. A seção da pica em Arauca concentrava-se em

levar o gado através do Sarare até a fronteira com a Venezuela, o que evidencia que o comércio fronteiriço e o contrabando tinham uma longa tradição na região.

A trilha do gado consistia em estações de parada para os vaqueiros descansarem e que também eram usadas para cercar o gado enquanto eles podiam descansar. Nas mesmas estações e ao longo da rota estava o cabo telegráfico, que foi inaugurado em Arauca em 20 de julho de 1916 (Ministro do Governo, 1919). Ele ligava Tame, Salibón, território que hoje é o município de Fortul (fundado em 1920), Arauquita (o escritório do telégrafo se chamava Guadual) e Arauca. A relação entre o pique do gado e o telégrafo era o uso comercial que se fazia dele para comunicar o fornecimento de gado que percorria o pique.

A rota atual das estradas de Sarare corresponde, em parte, à localização da trilha de gado de Sarare, com a infraestrutura de pica e telégrafo caindo em desuso após a década de 1980, com as obras da estrada. Uma segunda estrada de trilha conectava-se a Arauquita:

Há uma estrada de gado que costumava ir até Arauquita, a mesma estrada de gado, mas eles costumavam parar em Fortul. De lá, descia até a estação chamada Juju, que agora se chama La Primavera. Em Juju, havia selva, mas havia um hectare de pasto, uma cabana de madeira e um homem que recebia e transmitia para o outro telefone. Esse cabo chegava a Tamacay, chegava a outra estação chamada Laurencio Saldaña, e essa estação se comunicava com Tame. É a mesma estrada real. Ela ainda existe em pedaços (camponês, entrevista, 25 de setembro).

A criação de gado era a atividade econômica que marcava a tradição cultural de Arauca antes da colonização agrária, o comércio de vaqueiros, o coleo, as canções de trabalho ou vaquería (consideradas Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO, Rivera-Salcedo e Chaparro-Barrera 2019) e, em geral, todas as tradições geradas a partir da relação com o gado e ainda preservadas pelos llaneros araucanos.

Os colonos não eram geralmente associados ao trabalho do crioulo raizal, e havia alguns que emprestavam sua mão de obra como diaristas para acompanhar as viagens de gado dos patrões llaneros, viagens que levavam entre oito e nove dias para ir de Tame a Saravena. O grupo de homens que conduzia os animais se deslocava a cavalo, conduzindo o gado pela selva e pela clareira. Eles eram organizados de tal forma que cada cem cabeças de gado tinha um vaqueiro com uma função específica: o

tropeiro na frente era chamado de "cabrestero", "los orejeros" ficavam nas laterais e os "colateros" eram encarregados de fechar o rebanho de animais:

À noite, o gado era mantido acordado cantando para que não se assustasse. O cavalo acordava tarde da noite e você ficava rouco. Todos os homens da planície iam para lá, eles eram os chefes. Eles tinham topochos e carne [para comer]. O "cachilapero" era aquele que entrava no lote de gado e levava o gado pela estrada [eles roubavam]. Eles colocavam o ferro [no couro], era chamado de cachilapear.

Eles ainda usam uma "maletera", feita de náilon ou linha que costumava cair na água e a cama não ficava molhada, e o "pollero" é como uma manga de uma calça, cozida na parte inferior e com um buraco no meio, para que você coloque comida dos dois lados. Você coloca carne de porco frita, fatias de carne de porco fritas, um pedaço de panela, um pedaço de chifre de vaca para beber água, esse é o "pocillo". Você carrega uma "cacherita", um pouco de "chimú", é uma tradição, uma cultura (agricultor, entrevista, 25 de setembro).

Na tradição crioula, não havia cercas nem documentação sobre o uso da terra, "o llanero nem se preocupava em obter sua carteira de identidade", afirmou um camponês que trabalhava como tropeiro em Tame (entrevista, 25 de setembro). Os negócios eram feitos de boca em boca e todas as terras eram consideradas terras devolutas sujeitas ao domínio eminente do Estado colombiano. Esse domínio público era legalmente protegido pelo Código Fiscal de 1873, regulamentado pela Lei 200 de 1936 e modificado pela Lei 135 de 1961, por meio da implementação da reforma agrária que promoveu a colonização do Sarare (Morales-Benítez, 1981).

Com a colonização e o projeto "Arauca uno", a prática de negociação boca a boca foi substituída por títulos do INCORA e posses de falsa tradição, que inauguraram o mercado de terras e a propriedade privada no Sarare. Nesse processo de privatização da propriedade da terra, predominaram as propriedades de pequeno e médio porte, já que o Sarare era povoado principalmente por migrantes sem terra e não por proprietários de terras ou fazendeiros. Havia algumas famílias que conseguiram obter títulos de propriedade para cada um de seus membros e transformaram suas propriedades em grandes extensões de terra, maiores do que os cinquenta ou sessenta hectares que eram a média da região.

Uma das poucas fazendas com concentrações significativas de terra era de propriedade da família Lomonaco, de descendência italiana, que chegou ao departamento possivelmente como resultado da exportação de penas de garça para a Europa na década de 1950 (Rucinque, 1972). De acordo com as entrevistas, essa família se estendeu pelas selvas ao longo das margens do rio Cusay, no município de Fortul, até formar duas fazendas de mais de 500 hectares cada, denominadas Los Choros e El Caruto, tituladas pelo INCORA em 1983, no âmbito da segunda fase do programa reformista (Peñate 1991). Essa fazenda é a protagonista do primeiro estudo de caso que analisaremos a seguir.

1.3 O Sarare é camponês

Com a estabilização do uso da terra entre os primeiros colonos, os camponeses se uniram em uma cooperativa em 1963, a COAGROSARARE, uma sociedade que se originou no modelo cooperativo implementado nas áreas rurais distantes do país, para comprar produtos de mercado que não eram produzidos pela comunidade, com fundos comuns, favorecendo a autossuficiência e garantindo preços baixos.

À medida que o plano de reforma agrária avançava, os líderes camponeses da COAGROSARARE assinaram várias denúncias de apropriação indevida de fundos estatais como resultado da gestão do INCORA, razão pela qual, de acordo com os relatos, o INCORA assumiu temporariamente a gestão da COAGROSARARE. Isso é evidenciado pelas comunicações que as organizações camponesas enviaram ao Governo Nacional em 1971 (AGN).

Após a agregação cooperativa, os camponeses de Sarare também se organizaram na Associação Nacional de Usuários Camponeses - ANUC, criada em 1967 por decreto presidencial, que obteve seu status legal em 1970, emitido pelo Ministério da Agricultura. O objetivo dessa organização era manter o registro dos usuários beneficiários da reforma agrária na Colômbia, colaborar na gestão de programas sociais e promover a associação produtiva entre os camponeses (D. 755/1967).

Em Sarare, a ANUC foi muito bem recebida pelos líderes que fizeram o "trabalho da hormiga", criando comitês nos veredales, nas associações municipais e nas associações intendentais e departamentais. O registro foi maciço. No entanto, devido às condições adversas que os colonos tiveram de enfrentar nas selvas da Araucanía, o

mal-estar acumulado entre os líderes e grupos de trabalho da ANUC fez com que a associação se tornasse o principal espaço para promover as demandas camponesas, que se materializaram na Primeira Greve Cívica de Sarare em 1972 (professor de Arauquita, entrevista, 2 de março).

O Arquivo Geral da Nação contém comunicações dirigidas ao Presidente Misael Pastrana Borrero em 1971 pela ANUC de Arauca, informando-o sobre os desacordos com o projeto de colonização liderado pelo INCORA e informações sobre o descontentamento com os funcionários públicos e o prefeito de Arauca, o que justificou a primeira Greve Cívica (Peñate 1991). Após seis dias de bloqueio, o Paro conseguiu que o comitê de greve se reunisse com funcionários do governo para assinar acordos sobre demandas urgentes. No artigo de Plazas (2017, p. 12), reconhece-se que "além da paralisação da região de Sarare, a greve cívica da época foi uma demonstração de organização, pacifismo e responsabilidade em busca de um bem coletivo".

Em 1973, o Comitê enviou uma nova comunicação ao Presidente Misael Pastrana, informando-o sobre o não cumprimento das exigências da greve anterior e, em 1975, Sarare teve uma segunda greve cívica, devido à persistência das condições precárias em que viviam as comunidades. Os "rodillones" - como são conhecidos os mais velhos - lembram-se dessa greve de forma jocosa, pois, diante do bloqueio da única estrada para Sarare através de Tunebia e da pista de pouso de Saravena, o Exército Nacional tentou controlar os camponeses enviando homens em paraquedas, que caíram para a morte em telhados e árvores, e foram ajudados pelos próprios camponeses.

Apesar do caráter absolutamente pacífico das greves de Sarare, o Estado só resolveu as reivindicações na década de 1980 (ASONALCA 2020). Em 1982, foi organizada uma greve agrária, que pressionou o INCORA a desenvolver uma segunda fase do plano reformista, com novas metas voltadas para a infraestrutura rodoviária, eletrificação, construção de hospitais e postos de saúde e escolas. Em 1988, ocorreram três grandes mobilizações e, até então, várias vitórias foram alcançadas. Um camponês relembra aquele ano: "A ADUC entrou, com uma nova geração, e foi quando ocorreram as três greves" (entrevista, 25 de setembro).

Em Arauca, a ANUC tinha seu próprio status legal com a AIUC (Agencia Intendencial de Usuarios Campesinos), como comentaram os "rodillones" entrevistados: "em agosto de 1987, a AIUC em Arauca explodiu" (entrevista, 25 de setembro). Com a entrada em

vigor da Constituição Nacional de 1991, que concedeu a Arauca o status de departamento, surgiu a Asociación Departamental de Usuarios Campesinos (ADUC).

Assim, fundamos a ANUC novamente em Arauca. Somente no município de Tame, foram entregues 13.500 carteiras de associado. Eu fazia parte da diretoria da liderança nacional. Em 8 de agosto de 1988, o primeiro congresso foi realizado em Bogotá, no Campín. O segundo foi em uma grande universidade. Por causa de situações, eles mudaram o nome para ASONALCA, mas é a mesma ANUC (camponês, entrevista, 25 de setembro).

Uma das greves mais memoráveis de 1988 foi o "Primeiro de Maio" ou a tomada de Caño Limón, "na entrada de Arauquita o exército atirou em nós", lembra um camponês. Foi importante devido à participação conjunta de camponeses e indígenas para denunciar o ecocídio da lagoa Lipa.

Na década de 1990, as organizações camponesas e sociais se concentraram no uso de instrumentos democráticos, como reuniões abertas com o exército, acompanhadas por autoridades de direitos humanos, para denunciar assassinatos e massacres realizados pelas forças de segurança. Um líder de Saravena relembra os cabildos:

Hoje ganhamos tanto que não temos mais medo da chegada do exército, porque conseguimos educá-los denunciando-os. Antes, sabíamos que o exército estava saindo de Fortul e todos estavam esperando para colocar a cabeça no restolho, porque sabiam que o exército estava vindo para nos matar (líder, entrevista, 30 de julho).

Também foram realizados grupos de trabalho para consolidar, em 2015, o "Plano de Vida" do movimento social do departamento, um documento que concentra o projeto político, ético e social perseguido pela organização social, que até então já havia reunido vários setores, além do setor camponês.

A implementação do Plano de Vida foi fortalecida pela criação das guardas populares e camponesas interétnicas, entendidas "como um instrumento de defesa do território, da acumulação social e dos planos de vida" (líder, entrevista, 30 de julho). Embora a guarda não seja a força policial do movimento, pois não tem caráter de policiamento, seu objetivo é ensinar as pessoas a viverem juntas nos territórios, bem como socializar as normas comunitárias.

Os guardas tornaram possível a articulação de outros instrumentos organizacionais, como conselhos de ação comunitária ou sindicatos, para que ações coletivas possam ser determinadas coletivamente. Eles também são chamados a participar e agir em caso de agressão por parte do Estado ou de uma empresa, especialmente em atividades de mobilização social e, em geral, no desenvolvimento de planos de trabalho, possibilitando a gestão de mecanismos pacíficos de proteção da comunidade, reconhecidos desde 1972 com a criação dos guardas cívicos nas primeiras greves de Sarare.

Por fim, uma das experiências de justiça que continua a ser um experimento de justiça alternativa é o Tribunal Permanente dos Povos, patrocinado pela Fundação Lelio Basso, que se reúne em diferentes partes do mundo onde os direitos humanos foram violados. A sessão da Colômbia foi realizada em Bogotá em 2007, na qual as empresas petrolíferas BP, OXY e REPSOL foram consideradas responsáveis pelos vários assassinatos na região, de modo que a organização social documentou vários casos que foram apresentados ao Tribunal. A decisão do tribunal foi efetivamente de responsabilidade da empresa petrolífera. Trata-se de uma condenação ética e política em favor das comunidades violadas.

O Tribunal Popular, do qual participamos, é um exercício de justiça sob outra perspectiva. Acima de tudo, na responsabilidade das empresas, na criminalização da violência social e política nos territórios.

Aqui nós [também] realizamos reuniões abertas, porque, como figura jurídica, elas deveriam ser convocadas pelas administrações ou pelos conselhos, mas como não se chegou ao ponto de serem eles que as convocam, nós convocamos essas reuniões a partir das organizações, como um espaço para denunciar e exigir que esses casos sejam investigados. Realizamos várias reuniões para denunciar esses casos, o que obrigou as instituições competentes a iniciar investigações sobre os autores e a fazer um progresso inicial, porque não houve progresso real em relação aos autores intelectuais (líder social, entrevista, 30 de julho).

A sentença do Tribunal Popular diz o seguinte:

"Às empresas OXI, REPSOL e ECOPETROL e ao Estado colombiano, pelo saque de recursos naturais, pela destruição de ecossistemas e contaminação ambiental, pela destruição do território e da cultura das comunidades indígenas U'wa e Guahibo e pelo

genocídio contra as comunidades e organizações sociais no departamento de Arauca.

¹⁰*Este último crime, representado nos casos particulares de: massacres de Santo Domingo, La Cabuya, Tame (Flor Amarillo, Piñalito e Cravo Charo), Cravo Norte, Caño Seco, o assassinato do menor Hugo Horacio Hurtado e a implementação da estratégia de acusação sistemática de líderes sociais na região.*

No entanto, por ser um exercício interessante de denúncia política, não conta com o apoio dos Estados ou de outros órgãos internacionais de justiça, resultando em decisões não vinculantes, mas fortemente simbólicas, que geram um instrumento político de condenação social.

Ao mesmo tempo, o movimento social também apresentou denúncias internacionais perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre os massacres dos quais as comunidades camponesas de Sarare foram vítimas. O único que tem uma sentença da CIDH é o caso *Santo Domingo vs. Colômbia*, no qual o Estado colombiano foi condenado por crimes contra a humanidade e ficou clara a participação da Ocidental na ação militar que consistiu em um bombardeio da população civil na área rural de Tame, Arauca. Um trecho da sentença é citado:

Em julho de 1980, a Ecopetrol e a OXY assinaram o contrato de associação Cravo Norte para a exploração e extração de hidrocarbonetos no Departamento de Arauca. É um fato incontroverso que, dada a difícil situação de ordem pública que afetava a operação do oleoduto, em 12 de setembro de 1996, a Ecopetrol e a OXY (como Associação Cravo Norte) assinaram um acordo de colaboração pelo qual as empresas extrativistas se comprometeram a fornecer assistência econômica para apoiar as unidades da XVIII Brigada.

(...) demonstrou que o apoio do enclave petrolífero à Brigada XVIII também incluiu o uso das instalações da OXY para o planejamento de operações militares, e até mesmo recursos humanos cuja função contratual era realizar a vigilância do oleoduto, mas cuja participação foi estendida - pelo menos para a operação "Relámpago II" - ao desenvolvimento de atividades militares.

(...) Em 12 de dezembro de 1998, foi realizado um "bazar" no povoado de Santo Domingo, no contexto do qual ocorreram vários eventos esportivos.

¹⁰ Parecer do Tribunal Permanente dos Povos sobre as empresas petrolíferas BP, Oxy e Repsol. Sessão da Colômbia. Em <https://omal.info/spip.php?article139>

(...) Também é incontroverso que, no âmbito das operações que estavam sendo realizadas na área, às 10h02min09s, a tripulação do helicóptero UH1H 4407 da Força Aérea Colombiana, composta pelo piloto Tenente C.R.P., o copiloto Tenente J.J.V. e o técnico de aeronaves H.M.H.A., lançou um dispositivo de fragmentação ("AN-M1A2").

¹¹Da mesma forma, não foi contestado que, nos eventos ocorridos entre 12 e 14 de dezembro em Santo Domingo, 17 pessoas foram mortas, 6 das quais eram crianças, e, por sua vez, de acordo com o Relatório de Mérito da Comissão, 27 pessoas ficaram feridas, incluindo 10 crianças.

É uma vitória nos tribunais internacionais, mas ainda assim o envolvimento e o patrocínio de empresas privadas, especialmente da OXY, não são suficientemente investigados e, portanto, não há consequências que afetem a operação econômica ou a interrupção dos imensos benefícios da empresa petrolífera no território dos camponeses.

¹¹ Corte Interamericana de Derechos Humanos. Caso do Massacre de Santo Domingo v. Colômbia. Sentença de 30 de novembro de 2012. Consulte https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_259_esp.pdf

Entrevistas de capítulo com fotografias



Cubará - Boyacá, entrevista, 12 de setembro de 2020.



Resguardo Betoye - Tame, entrevista, 23 de setembro de 2020.



Tame, entrevista, 25 de setembro de 2020.



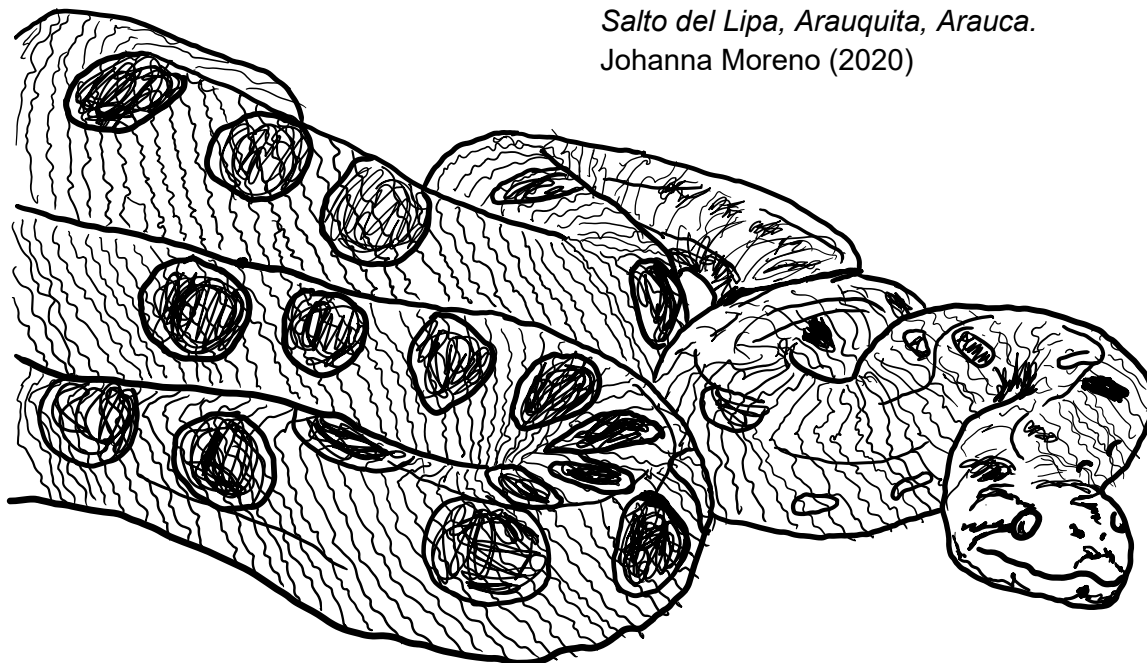
Saravena, entrevista, 28 de setembro de 2020.



Fortul, entrevista, 13 de outubro de 2020.

Capítulo II. Conflitos espaciais em Sarare: estudos de caso

*Ilustração de güibo preto ou anaconda.
Salto del Lipa, Arauquita, Arauca.
Johanna Moreno (2020)*



A identidade dos camponeses que viviam nos TECAM foi determinada pelos conflitos territoriais que tomaram forma à medida que o Sarare foi transformado de uma selva inundada em planícies altamente desmatadas por assentamentos humanos, geralmente rurais. Os camponeses que chegaram como resultado da colonização não eram os únicos atores na região nascente. Conforme observado nas narrativas da seção anterior, desde o início da colonização, comunidades indígenas, os "llaneros raizales", funcionários das instituições agrárias, religiosas e militares do Estado e estrangeiros, como missionários e exploradores, presumivelmente em busca de depósitos de petróleo ou outros recursos naturais, circulavam no território.

Cada um desses atores fez intervenções específicas no território que limitaram material e legalmente o uso da terra pelas comunidades étnicas e camponesas nas décadas seguintes. O surgimento de conflitos espaciais sobre a desigualdade na distribuição e

ocupação da terra foi caracterizado por dois fatores: (1) a prevalência dos interesses daqueles que alcançaram uma posição de domínio sobre uma grande área de terra e (2) o endosso do Estado colombiano por meio de regulamentação e apoio político a projetos econômicos que concentravam a terra.

Esses fatores podem ser observados nas intervenções de empresas religiosas que controlavam territórios étnicos por meio da evangelização e da concentração em assentamentos fixos para comunidades nômades, como em El Chuscal, Bocotá e Cobaría; na ocupação de grandes extensões de terras não cultivadas que conseguiram ser tituladas para a mesma família pela autoridade agrária, apesar de a área média titulada ser muito menor por unidade familiar, como as fazendas El Caruto e Los Chorros; e na exploração de depósitos de petróleo em uma área de mais de 10.000 ha. em Arauquita, realizada pelas empresas Texas, Shell, Repsol e Occidental durante a década de 1970. 10.000 ha. em Arauquita, realizada pelas empresas Texas, Shell, Repsol e Occidental durante a década de 1970.

Nas décadas seguintes, esses dois fatores foram constantes na concentração de terras especialmente dedicadas a projetos de extração de petróleo, que era a prioridade do governo nacional desde a concessão do campo de Caño Limón em 1983.

2.1 Insurgência e perseguição

No entanto, o fato de ter surgido nessa região a Frente Domingo Laín Sáenz do ELN, uma das frentes mais organizadas, com maior independência ideológica em suas origens e economicamente forte dentro desse grupo guerrilheiro, fez com que a população camponesa do Sarare fosse rotulada como guerrilheira na perseguição militar (Medina, 2015 e Fernán E. González, 2021).

Na região, esse assunto é evitado por motivos de segurança e sobrevivência. No entanto, entre alguns roceiros ou camponeses mais velhos, há uma canção popular que narra o que é considerado por alguns como o mito fundador dessa frente insurgente, como segue:

*Un grupo pequeño de gente explotada,
aquí en el Sarare se hizo sentir,
tomándose el pueblo de allá de Betoyes,
llamándose frente Domingo Laín.*

*Matando unos cuantos quitándoles armas,
gritando no engaïen con tal admistía,
pero los soldados del Casanare cruzaron el Lipa,
mataron colonos, dejaron familias en la orfandad (...)*

Autor: Anónimo

A pesquisa de Plazas, por exemplo, destaca que três das lideranças da COAGROSARARE e da ANUC participaram da formação da insurgência, razão pela qual conclui que "as manifestações reivindicatórias de melhorias sociais foram inevitáveis, constituindo formas de organização em nível local e regional, seja sob a figura de Associações, seja por meio da criação de grupos espontâneos com organização e disciplina definidas e com ações pacifistas - em seus primórdios" (2017), Trata-se de um equívoco que leva à suposição errônea de que o campesinato e suas lideranças militam necessariamente com ideais insurgentes e não possuem identidade política própria, reduzindo as lutas camponesas ao espaço desonroso da ilegalidade e da violência.

Mas os fatos refutam pesquisas como a de Plazas, que tenta fazer com que o movimento camponês araucano pareça inseparável da ação insurgente armada.

A história fala por si mesma, as guerrilhas nasceram aqui na década de 1980 e o movimento social nasceu na década de 1960. Nossa tendência ideológica se enraizou aqui no território com a criação da Cooperativa COAGROSARARE em 7 de março de 1963, mesmo que falemos que as guerrilhas são a força motriz por trás de tudo isso, porque a Cooperativa existia antes do nascimento das insurgências na Colômbia (líder camponês, entrevista, 26 de setembro).

A pluralidade de ideias políticas que migraram com as famílias camponesas para o Sarare é um fato inegável, como, por exemplo, o Movimiento Obrero Estudiantil y Campesino (MOEC), que estava presente desde o início da colonização do Sarare, conforme declarado por um "rodillon" (entrevista, 13 de agosto), um movimento que, nos anos 60 e 70, incentivou a disseminação de ideias sociais e revolucionárias nas áreas rurais da Colômbia (Medina, 2007), mas é altamente discutível que uma "colonização armada" também tenha ocorrido no Sarare, conforme declarado por Plazas (2017).

A esse respeito, um professor entrevistado comentou que "dizer que a guerrilha construiu o tecido social é uma calúnia e um desrespeito ao movimento social" (entrevista, 02 de março). E ele concorda com outro líder camponês:

Como eu disse quando estávamos presos, o fato de haver uma identidade em nossas apostas e em nosso guia ideológico não significa que sejamos iguais. Temos nossa principal arma em uma caneta. Vemos que a única maneira possível de defender a vida é a organização social, a defesa da vida e do território (líder camponês, entrevista, 26 de setembro).

O movimento social se desenvolveu rapidamente na ausência do Estado e à margem das insurgências, reunindo diversos setores sociais, como a juventude estudantil, sindicatos, setores cívicos, populares, cooperativas, camponeses e indígenas.

As leituras de 72 a 86, mais ou menos, foram dias de protesto e, é claro, havia menos condições do que hoje, em termos materiais e econômicos, mas as pessoas sabiam que era isso ou perder tudo. Todos estavam produzindo. Lembro-me de um desses dias de mobilização. Lembro-me de que muita carne foi entregue em todas as casas, organizada por aqueles que estavam colocando seus peitos para funcionar. Digamos que, até aquela data, tudo era um protesto.

Depois disso, começa a luta política. A tomada de Caño Limón já é um salto qualitativo, o povo dizendo: 'não queremos a exploração de petróleo aqui' já está confrontando o imperialismo. Então, isso levou o campesinato, em particular, a dizer "onde vamos jogar esse barco". É aí que nascem os fóruns, o fórum se torna um espaço legislativo popular, onde as comunidades legislam para as comunidades, os fóruns dão o primeiro esboço do plano de vida (líder camponês, entrevista, 26 de setembro).

A força da organização social na região também se deu por meio de profundas diferenças ideológicas e programáticas entre os diferentes setores da esquerda:

Depois veio toda uma série de eventos, toda uma série de coisas. Nessa região, formamos uma luta política com eles [o Partido Comunista]. Na minha aldeia, a grande maioria era deles, houve problemas com as eleições para o conselho de ação comunitária, a UP nunca nos permitiu participar, o partido comunista nunca nos permitiu participar. Concordamos em participar dos conselhos de ação comunitária quando houve uma reforma da lei 745 e, então, começou a ocorrer o que chamamos de quociente eleitoral, alguém tinha de permanecer no conselho de administração do partido perdedor.

Entre os anos 80 e 90, e algo assim, houve um crescimento da ANUC, que tinha 395 comitês em Arauca. Todos os comitês distritais e municipais tinham uma estrutura organizacional. Naquele auge organizacional, uma das bandeiras da ANUC era a produção agrícola e pecuária, tanto que aqueles velhos sábios tinham um mapa de como deveria ser a produção em Arauca desde aquela época. Portanto, aquela fábrica em Corocito não é de graça, pois há uma intencionalidade em termos de produção. Naquela época, a ANUC estava dizendo que a folha de coca não é uma alternativa ao que estávamos propondo, então, enquanto dizíamos isso, as FARC estavam entregando o arbusto de coca e dando benefícios ao camponês para que ele pudesse plantá-la. Isso gerou um ponto de tensão e conflito. Depois, houve a separação entre o movimento comunista e as mobilizações porque tínhamos abordagens diferentes em relação à exploração de petróleo. Se eles trouxerem recursos, vamos canalizar o que vier. As pessoas mais velhas já sabiam o que isso poderia gerar. Assim, quando as cooperativas vieram morar aqui, quem as financiou foi a Caño Limón. A cooperativa El Corral surgiu em 1997.

As diferenças ideológicas e políticas em Sarare se agravaram a ponto de se transformar em fogo cruzado entre diferentes grupos guerrilheiros, o que levou a uma guerra de guerrilha, marcando períodos de grande violência e vários assassinatos de supostos membros de um ou outro grupo insurgente.

Tivemos pessoas em todas as escolas de Arauquita. A Juan Jacobo Rousseau é uma escola com capacidade para mil alunos e meio. Naquela época, as forças públicas conseguiram nos encurralar, assumimos o controle de todo o município e a prefeitura foi administrada pela UP (sem o apoio do movimento de massa). A situação era tão complexa que, além da repressão do Estado, tínhamos a repressão das FARC. Tivemos pessoas feridas pela perseguição das FARC (...) Digamos que foi até mesmo a partir dessa mobilização que ocorreu o desaparecimento, a tortura e a morte de Juan de Dios Pontón Mesa. Ele era um camarada muito conhecido, de origem camponesa, era membro da ANTOCH, da ASOJER, e depois da mobilização, em 6 de abril de 1999, em Pesquera, as FARC chegaram e atiraram na cabeça dele, levaram-no, desapareceram e até hoje não sabemos onde ele está.

(...) Aqui nós temos um slogan: de onde quer que venham as agressões, nós as denunciaremos, em primeiro lugar. Em segundo lugar, nunca compartilhamos o negócio da coca ou do tráfico de drogas. Digamos que os problemas com as FARC não eram novos. Se contarmos o número de assassinatos cometidos pelas FARC contra o

movimento social, não dá para contar nos dedos de uma mão (líder social, entrevista, 26 de setembro).

Apesar do confronto entre os grupos guerrilheiros e o conflito com o exército, o movimento social conseguiu formar lideranças focadas em ações pacíficas e denúncias em favor das comunidades violentadas e excluídas. A esse respeito, um líder comentou:

Naquela época, havia uma organização de jovens camponeses, a JUCAM, que reunia os filhos da ANUC. Eu participei dessa organização desde os 9 anos de idade, no comitê da aldeia. E depois, em 1997, quando a ASOJER foi criada, ela era formada por diferentes organizações e expressões de jovens. A Associação Regional de Jovens Estudantes, e foi lá que continuei a participar. Depois, fui designado para participar da Fundação de Direitos Humanos Joel Sierra.

(...) A Fundação é um instrumento criado pelo movimento social em 1994, começou a ser constituída e legalizada em 1996, porque naquela época, depois da chegada das empresas petrolíferas aqui, a militarização dos territórios começou a se acentuar, e começaram a ocorrer incursões paramilitares, não com as estruturas que se conhece hoje, mas com ações de guerra suja das próprias forças públicas, o exército com capuz, eles se apresentavam como "la mano negra" ou "los masetos" (a mão negra). Eles fizeram várias incursões em que mataram camponeses, líderes, estupraram mulheres e, assim, começaram a gerar uma atmosfera de terror, deslocamento e ameaças contra as pessoas (líder social, entrevista, 30 de julho).

À medida que o conflito armado entre a guerrilha e o exército nacional se instalava em Sarare, as organizações sociais perceberam a necessidade de criar um instrumento dedicado a documentar, denunciar e promover o diálogo com as autoridades e as ONGs para desmantelar as violações dos direitos humanos, e foi criada a Fundação Joel Sierra:

Ele recebeu o nome de Joel Sierra porque era um camarada, um líder camponês da AIUC, no município de Fortul, quando era o município de Fortul, e ele era o eixo de direitos humanos, tinha 23 anos, da aldeia de San José de Obrero. O que eles dizem é que houve um confronto entre a guerrilha e o exército, o confronto aconteceu, e então o exército foi e levou os outros camponeses para fora, eles o levaram para fora da casa de sua namorada, eles os agarraram, os torturaram, os mataram e os enterraram em uma vala comum, e somente três dias depois que a operação foi embora, os

camponeses puderam entrar com o inspetor de polícia, de Fortul, para olhar e encontraram os corpos.

Esse caso está totalmente impune, não há nem mesmo documentação, porque até mesmo o inspetor da época nos disse que as fotos do que aconteceu foram trazidas aqui para Saravena, o prefeito tinha todas as informações, mas eles dizem que o arquivo foi queimado uma vez, então ninguém sabe de nada. Não há nenhuma investigação sobre o assassinato. Estávamos estudando a possibilidade de apresentar o caso à Comissão Interamericana para ver se conseguiríamos alguma justiça (líder social, entrevista, 30 de julho).

Diante da dureza da violência política, o movimento social forneceu acompanhamento às vítimas, incluindo representação legal, aconselhamento e atendimento psicológico. As organizações do movimento social criaram mecanismos para lidar com a dor e os efeitos emocionais da guerra.

Após a década de 2000, o movimento social foi duramente atingido por perseguições, assassinatos e prisões em massa, razão pela qual, durante o governo Uribe, a organização perdeu quase 80% de seus participantes, enquanto os líderes mais reconhecidos se trancaram no Edifício Saravena porque estavam todos sob ameaça de morte. Eles sofreram períodos de grande violência que prejudicaram a participação política das comunidades e seu autogoverno. A repressão tem sido constante, atingindo níveis incontroláveis, forçando-os a abandonar sua causa social ou a deixar o território. A esse respeito, um líder disse:

(...) nós deveríamos ter uma escola de treinamento que começou em outubro de 2002 e deveria terminar em 2005, onde teríamos as ferramentas básicas para a defesa dos direitos humanos, liderança e assim por diante, mas esse processo foi pisoteado e aligeirado porque, em novembro de 2002, eles expulsaram da prisão os primeiros quarenta companheiros, todos eles líderes sociais. Então, parte do movimento social ficou sem cabeça, e uma segunda linha de líderes assumiu a responsabilidade naquele momento, e foram eles que foram presos em 21 de agosto de 2013. Antes do final do ano, eles fizeram outra coleta. E então, a Fundação, que era como meu espaço, foi desmantelada e aqueles de nós que assumiram as rédeas eram puramente jovens, o mais velho teria 22 anos de idade. Então, apesar de termos nascido na organização, uma coisa é participar e outra coisa é ter de assumir a liderança e enfrentar a situação, em um momento crítico de perseguição abrangente, porque havia processos, paramilitarismo, execuções extrajudiciais, e havia muito medo entre as pessoas.

Praticamente ninguém queria falar conosco porque se relacionar conosco era se expor à perseguição" (líder social, entrevista, 30 de julho).

Essa é uma evidência da perseguição do Estado, que a cada ano, desde 2002, tem capturado vários companheiros do movimento social, principalmente aqueles que têm papéis de liderança e reconhecimento na comunidade. Assim, as investigações judiciais se tornaram uma sofisticada ferramenta de repressão, em que o Estado aplica procedimentos válidos e se escuda na ineficiência e inépcia institucional para impedir que os líderes sociais sejam libertados da prisão, com o argumento de que eles representam uma ameaça por serem tachados de guerrilheiros.

Em agosto de 2003, quando prenderam o segundo grupo de líderes sociais, e no mesmo ano, em outubro, dois meses depois, fizeram outra prisão em massa de funcionários públicos e líderes políticos e pessoas próximas com as quais havia diálogo com o movimento social. Assim, como havia muito medo porque a maioria dos homens estava ameaçada, embora entre os presos várias mulheres, líderes sociais, tenham sido levadas, a maioria das mulheres participava da organização social, mas não tinha um nível de liderança por causa do medo ou porque diziam "você é o homem", essa tradição cultural de que as mulheres não se envolvem nisso. Então, naquela época, tínhamos um relacionamento com a Organização Popular de Mulheres. Sabíamos que, naquele momento de violência paramilitar em Barrancabermeja, foram as mulheres que praticamente se levantaram e enfrentaram o problema, e elas ganharam esse reconhecimento porque não foi fácil para elas.

Muitas mulheres não sabiam qual era o papel de seus parceiros na organização, muitas acreditavam que o que eles estavam fazendo era realmente ruim. Então, decidimos criar a organização de mulheres aqui em Arauca, mas a criamos com o objetivo de que as mulheres tivessem um nível de participação e treinamento político que lhes permitisse continuar realizando o processo social e defendendo o território. Começamos com treze mulheres, criamos o comitê da AMAR e, a partir daí, iniciamos o processo de treinamento de outras mulheres. Dissemos: 'aqui há um inimigo maior que temos de combater e resistir, e os problemas que temos de violência nos lares, de gênero, vamos resolvê-los por meio de treinamento, por meio da defesa que pode ser gerada a partir da organização, porque se não nos unirmos nisso, estamos ferradas' (líder social, entrevista, 30 de julho).

A evolução do movimento, que sobreviveu apesar da perseguição e da violência insuportáveis, tomou forma como um projeto político amplo na última década.

Em 2012, constituímos a primeira reunião regional de organizações no Centro Oriente e, a partir daí, começamos a consolidar uma equipe de coordenação, uma liderança coletiva, um plano de trabalho acordado para a região e começamos a fortalecer o trabalho político e administrativo em outros departamentos que fazem parte da região, em Meta, Vichada, Arauca e Casanare, que estão entre as áreas historicamente mais fortes do movimento social, e a partir daí começamos a fortalecer esse processo de regionalização. O Centro Oriente tem um único Plano de Vida, e as particularidades de cada departamento foram implementadas (líder social, entrevista, 30 de julho).

A organização social reafirmou sua convicção de cuidar da vida por meio de ferramentas políticas, pacíficas e democráticas, como o desenvolvimento de normas de convivência comunitária, que, de acordo com um líder: "foi um exercício de participação coletiva para estabelecer uma estrutura legal e dentro da estrutura da legitimidade que as comunidades têm para se regular" (entrevista, 30 de julho).

Foi uma questão que nos levou cerca de dois anos, realizando reuniões nas aldeias, nos distritos, nos bairros, chegando a um acordo sobre esses contratos, o que podemos fazer e o que não podemos fazer. Isso foi entre 2013 e 2015. Foi uma iniciativa que surgiu depois do conflito entre as duas guerrilhas, também nesse processo que a comunidade realizou para acabar com esse conflito, que foi feito por meio dos conselhos de ação comunitária, foi legitimado e socializado em espaços como as administrações municipais, a ouvidoria, para que esse instrumento ganhasse um grau de legalidade. Na prática, o que se fez foi sistematizar normas que já estavam sendo aplicadas, em termos de proteção no território, normas mínimas de convivência, bares, passeios noturnos, queimadas, limpeza de estradas, como resolver um problema entre vizinhos sobre limites ou que o porco comeu a yuquera, coisas de conflitos cotidianos, que se não forem tratadas podem gerar problemas. É um exercício de legislação e justiça comunitária (líder social, entrevista, 30 de julho).

O mapa de Sarare é baseado em uma guerra que busca interesses econômicos, deslocando comunidades de zonas estratégicas para a exploração de petróleo. Diante da violência e da ameaça de expulsão das comunidades devido à prevalência da exploração petrolífera, o movimento social se organizou para formar uma base social forte, que alcançou vários exercícios democráticos e populares que se opunham ao cultivo da folha de coca e ao paramilitarismo. A relação entre o movimento social e a

insurgência é complexa e variável, o que determina como as comunidades se organizam para se proteger e permanecer no território.

2.2 A fazenda no meio da selva

O Territorio Campesino Agroalimentario del Piedemonte Ilanero está localizado no município de Fortul e inclui 10 vilarejos: El Progreso, Tierra Seca, Pie de Cerro, El Refugio, San Pedro, Alto Banadía, Alto Quiripal, Buenos Aires, El Nevado e San José Obrero.

Na década de 1970, várias famílias de colonos sem títulos do INCORA cercaram as fazendas. Alguns colonos conseguiram ganhar a confiança da família Lomonaco, proprietária das fazendas Los Chorros e El Caruto, para trabalhar como diaristas na criação de gado, cercamento, pastoreio e domesticação de animais. Algumas mulheres trabalhavam como cozinheiras para os trabalhadores da fazenda e também para o grupo de vaqueiros que passavam pela estação de gado. Um camponês que trabalhava na fazenda conta:

Os Lomonaco só têm terras em Arauca. Os Lomonaco de Los Chorros, que eram uma fazenda, pertenciam aos proprietários de terras. Eles não a compraram, mas chegaram e avançaram. Era ali que ficava a trilha do gado. Era lá que você ficava. Eu conhecia os antigos Lomonacos. Eu conhecia os estábulos tradicionais da Hacienda Los Chorros. Ela tinha vinte metros de comprimento e vinte metros de largura. Não dá para pegar os garfos assim [estica os braços horizontalmente] e tinha 30 metros de altura, o cume. Uma fazenda no meio da selva. Tinha 2.500 hectares (entrevista, 25 de setembro).

Durante a década de 1980, ocorreu uma nova onda de migração para o Sarare, ainda não relatada em números na literatura acadêmica analisada. O novo boom de colonização foi desencadeado pelo cultivo de coca, que começou em Arauca em meados da década de 1980 e continuou na década seguinte (Gutiérrez 2010). No entanto, isso atraiu mais famílias que não obtiveram títulos de terra ou pedaços de terra vagos, já que naquela época o programa de reforma agrária estava subfinanciado e o Sarare estava mais densamente povoado (Peñate 1991; Academia de Historia de Arauca 2001).

Por essas razões, as famílias colonizadoras usaram os limites da fazenda para explorar a terra e, após a chegada de mais famílias, geraram mais pressão ao redor da

fazenda. Nessa época, a fazenda de gado Los Chorros contava com a presença do Departamento Administrativo de Seguridad (DAS) Rural, pessoal armado para controlar o comércio de gado, o roubo de gado e o contrabando:

Havia pessoas de várias partes do país. Portanto, havia pessoas que haviam sido violentas ou que haviam sido expulsas pela violência. Houve uma época, após a década de 1960, em que as pessoas da zona rural das planícies vieram para este lado. Eram pessoas do Departamento Administrativo Rural de Segurança (DAS), um grupo especial que estava lá para controlar o gado, o contrabando, o roubo de gado, e eles eram como pistoleiros, eram civis com um chapéu e uma pistola no cinto, um rifle 44, 30/30. As pessoas comuns, os homens da planície, eram iguais. Depois, começamos com pessoas com pistolas na cintura e, às vezes, eles se desafiavam uns aos outros, como os pistoleiros do Ocidente se desafiavam, para se matarem uns aos outros. (professor rural, entrevista, 12 de setembro)

Com a titulação das fazendas e a pressão das famílias sem terra, ocorreram fatos violentos que levaram a confrontos armados no início da década de 1980 entre o Exército Nacional e o ELN, um grupo guerrilheiro que havia sido formado recentemente em Arauca. Nesse contexto, em 12 de setembro de 1985, ocorreu o desaparecimento de um irmão Lomonaco, administrador da fazenda, e a família conseguiu declarar sua morte presumida por meio de uma sentença judicial.

Os confrontos se intensificaram na fazenda, resultando na expulsão da maioria das famílias sem-terra com a presença do DAS Rural e do exército. Em 16 de agosto de 1989, ocorreu um massacre na mesma fazenda, na época chamada San José de Obrero, onde cinco camponeses proprietários de terras foram encontrados em uma cova depois que o Exército Nacional os torturou, matou e "fez com que aparecessem como guerrilheiros do ELN mortos em combate" (Medina 2015, 535). Uma das vítimas foi Joel Sierra González, que na época era o presidente da Asociación Intendencial de Usuarios Campesinos (AIUC) e que, após seu cruel assassinato, tornou-se um símbolo da defesa dos direitos humanos em Arauca (CINEP 2013).

O confronto armado na fazenda continuou até 25 de maio de 1997, com o assassinato do irmão Lomonaco, proprietário da fazenda, um crime reconhecido pelo ELN. Desde o assassinato dos irmãos Lomonaco, as famílias de camponeses sem-terra tomaram posse da fazenda durante a vida deles e a retomaram após seu desaparecimento e

morte, levando consigo o estigma do que aconteceu, uma vez que, depois de 23 anos, a autoridade agrária não credenciou a posse agrária dessas famílias.

História de campo

20 de agosto. O dia começou com a ordenha. A poucos metros da casa estão os estábulos de ordenha e o cais. As vacas são separadas das ovelhas. As vacas e os bezerros são divididos em pares de mãe e bezerro para estimular os úberes e permitir que o leite desça. Eles estavam passando por elas, uma de cada vez. Robinson, um garoto animado que está morando com Alexander há seis meses, ajuda a passar as vacas, amarra os bezerros para que não bebam todo o leite, amarra as patas traseiras e limpa os úberes. Outro menino também ajuda, eles o chamam de Bolita. Entre os dois, eles dançam com o gado, além de gargalharem e pularem entre os canos da infraestrutura enquanto fazem seu trabalho (Figura 4).



Figura 4. Dia de ordenha para coleta de leite e transformação em queijo por meio de associação coletiva em San José de Obrero, TECAM Fortul, Arauca. (Autor: Johanna Moreno, 2020)

Alexander os orienta pacientemente e se concentra na ordenha, alternando entre os dois postos. Enquanto ele está ordenhando em um posto, as crianças preparam a vaca no outro. Em uma lista, elas anotam o número de litros que ordenham todos os dias. Há caixas de remédios, bancos baixos para o trabalho e os outros implementos estão

no chão, que fica misturado com o esterco. O protocolo é varrer tudo e não permitir que as vacas urinem nas estações. Em meio a todo esse esterco, chama a atenção a limpeza constante do local.

O cheiro de estrume faz parte da atmosfera, e a pessoa está acabada. Durante a ordenha, pudemos conversar com Alexander sobre a produtividade do leite. Minha presença no curral de ordenha foi bastante marginal, tentei ordenhar uma vaca, mas minhas mãos eram desajeitadas e nervosas, eu apertava sem conseguir mais do que uma fina gota de leite. Os sorrisos dos participantes são constantes e o tratamento com os animais é gentil, eles têm um nome para cada animal. Quando o trabalho terminou, voltamos para a casa, e Jazmín já tinha tomado um farto café da manhã com mandioca, batatas, frango e carne. Rapidamente nos preparamos para uma reunião que Alexander já havia marcado para minha visita. Na motocicleta, fomos até o último vilarejo, onde a reunião foi na fazenda de Norma e sua mãe. Uma fazenda de gado dedicada ao aprimoramento de raças bovinas. Ao lado da casa grande, um burro cinza escuro estava amarrado.

Uma vez na casa grande, Ángel, um vizinho do território camponês e membro da Fundação de Direitos Humanos Joel Sierra, chegou. Nós quatro conversamos energicamente por pelo menos duas horas. Falamos sobre vários problemas do território, como as doenças do gado (febre aftosa, brucelose), as dificuldades de semear produtos agrícolas para os mercados nacionais e a importância da declaração do território e do poder de participação como determinante nas decisões do território, o que nos permite assumir a liderança contra futuros projetos de exploração de petróleo que queiram reduzir ainda mais a existência do campesinato na região. Fizemos um cronograma de trabalho, almoçamos por conta da mãe de Norma e voltamos para o vilarejo de San José Obrero por estradas estreitas, onde só podem passar motocicletas.

À tarde, ficamos sozinhos com Jazmin e ela me levou para visitar dois vizinhos. Chegamos atrasados com a segunda. Ela nos ofereceu vinho tinto, é uma senhora idosa que tem uma perna ruim por causa de dois caroços no joelho esquerdo. Durante a conversa, um pintinho, que também era cego, andou pela cozinha e ficou na nossa frente. Eles falaram sobre seus filhos e sobrinhos, meninos que trabalhavam pouco na fazenda, mas saíam para as estradas em motocicletas. Eles sussurravam sobre como

os guerrilheiros os levavam embora ou os desafiavam quando os meninos eram levados para atirar em um policial. Já foram registradas mortes por estarem ligadas à insurgência, porque se entregar significava não voltar, a traição é paga com a vida. A rota da guerrilha é uma opção para os jovens da região.

21 de agosto. O encontro foi marcado para uma conversa sob a enramada, hoje um dia de moagem de cana-de-açúcar. Chegamos por volta do meio-dia, depois do almoço. Chegamos de moto a um pequeno canavial, onde o roxo do caule da cana se destaca. Atravessamos uma estrada no meio até o final, onde fica a grande estrutura da usina de cana-de-açúcar, que me lembrou os livros de história agrícola da Colômbia. No local há um grande trator de nova geração, a chaminé construída com tijolos queimados, que inaugura os queimadores sobre os quais há seis caldeirões de metal, em cada um dos quais o caldo de cana é fervido e clarificado (Figura 5). Ao lado da chaminé, há um moinho com motor a gasolina e, próximo a ele, o bagaço de cana-de-açúcar que sobra após o processo de moagem.



Figura 5. (A) Mel de cana-de-açúcar de moagem coletiva em San José de Obrero, TECAM Fortul, Arauca. (Autor: Johanna Moreno, 2020)

Timidamente, fico ao lado de Alexander e cumprimento os senhores que estendem as mãos para mim e que fazem parte da Cooperativa Agropecuária. Eles têm um pedido para o trabalho. Os meninos estão na moenda passando a cana. Outros estão nos

caldeirões recebendo o vapor do caldo fervente e, finalmente, os encarregados da lenha para manter os fogões acesos. Havia também o grupo de cortadores no vale, sob o brilho do sol, cortando a cana para levar ao moinho.

Alexander me disse para ficar e aguardar a saída do primeiro lote de mel de cana. Cada caldeirão tem um escorredor que é manobrado por várias pessoas, uma por caldeirão. Elas removem a sujeira, a espuma escura que se acumula na superfície do caldo. Pouco a pouco, enxáguam o caldo. Uma tarefa incessante de paciência e cuidado. O último caldeirão que o caldo alcança está localizado no meio dos seis caldeirões, onde o caldo já está espesso e termina de clarificar para assumir uma cor marrom brilhante. Quando a mistura está pronta, ela é despejada em outro pote de metal, onde é destinada às pimpinas que cada um dos trabalhadores traz para o consumo de sua família.

Embora eu me sentisse um incômodo só de ver todos trabalhando na minha frente, senti mais alegria por ser um espectador do trabalho colaborativo da comunidade com o único objetivo de alimentar e adoçar as casas do vilarejo de San José Obrero. Provei o resultado do primeiro mel, o sabor natural da cana-de-açúcar era delicioso. Coincidir com os dois dias de moagem da cana-de-açúcar foi uma sorte, pois eles fazem isso a cada dois meses, aproximadamente na época em que as reservas de mel de cana-de-açúcar nas casas do vilarejo se esgotam.

No final, as pessoas da reunião no moinho não chegaram, mas a oportunidade serviu para marcar uma nova reunião no final da tarde na casa de Adrian. Depois disso, fiquei sozinho na tranquilidade da casa de Alexander, escrevendo para a pesquisa, já que ele tem sessões diárias como conselheiro em Fortul (Figura 6). Por volta das seis e meia da tarde, partimos na motocicleta de Alexander para a casa de Adrián. Já escuro, seis homens estavam reunidos à sombra das árvores que interrompem a luz de dentro da casa para o pátio. Conversamos por mais de duas horas e brindamos com três rodadas de vinho maracuyada "novo" e envelhecido, ambos deliciosos.



Figura 6. Alojamento do TECAM Fortul. (Autor: Johanna Moreno, 2020)

Durante a conversa, as vozes se tornaram cada vez mais animadas, à medida que eu também me sentia à vontade com as questões. Embora a titulação da terra tenha tomado a atenção de todos na primeira parte da reunião, à medida que a conversa avançava, as vozes dos líderes apontaram que os títulos legais não são a principal preocupação, porque graças à organização comunitária e aos projetos agrícolas, a legitimidade da posse da terra já está garantida, pois não há nenhum título de terra que impeça a extração de petróleo ou a mineração se for do interesse do Estado. Os camponeses não têm permissão nem mesmo para explorar a água subterrânea (Figura 7), pois tudo exige autorizações das instituições.



Figura 7: Puntillo com sistema de filtragem (Autor: Johanna Moreno, 2020)

23 de agosto. Não escrevi ontem porque estava cansado, senti tonturas e náuseas durante o dia. Não sei se é um problema de saúde ou talvez seja um produto da repulsa que a violência no país gera em mim. Ontem, o noticiário nacional relatou sete massacres seguidos em agosto, e eu tive uma noite de sexta-feira terrível, com sons de tempestade e tiros às 5h30 da manhã quando acordei. Alexander saiu de moto na direção da origem dos tiros. Junto com Jazmin, ficamos em silêncio esperando por notícias. Eram homens uniformizados, aparentemente militares, mas com suas insígnias escondidas.

Angie, uma das jovens do vilarejo que é membro do conselho da Fundação de Direitos Humanos Joel Sierra para o município, confrontou dois homens uniformizados e gravou em vídeo sua conversa com eles. O vídeo mostra dois homens com botas de borracha, vestindo uniformes verdes de camuflagem, com panos cobrindo seus distintivos e portando rifles de longo alcance, acusando Angie e sua mãe de colaborar com a guerrilha porque viram dois homens entrarem em sua fazenda. Os homens que eles acusavam de serem guerrilheiros eram os trabalhadores da casa que vinham ordenhar o leite todas as manhãs. Angie confrontou os homens uniformizados, reclamando que eles haviam disparado tiros para o alto, o que poderia ter ferido um fazendeiro ou um animal. A mãe de Angie disse que havia mais homens uniformizados indo em direção aos cercados. Na opinião dos camponeses, essas pessoas estavam procurando uma desculpa para plantar cadáveres, pois ninguém da guerrilha havia passado por ali naquela manhã.

À tarde. Encontrei-me na casa de Alexander com Luis Barón, Nubia, Norma e Ángel, porque a chuva nos impediu de ir até o local originalmente combinado. Conversamos sobre a ASPROLAS, a associação para a transformação de leite em queijo, que coleta todo o leite da aldeia e de outras fazendas do Território Campesino Agroalimentario. O Sr. Luis estava sério, crítico em relação ao futuro dos projetos e ansioso, mas gentilmente me passou a caracterização social do território para a pesquisa.¹² Pudemos conversar sobre a possibilidade de titulação coletiva, o que, expliquei, significaria uma inovação jurídica.

¹² A titulação coletiva na legislação colombiana é reservada às comunidades étnicas; no caso dos camponeses, a lei prevê a titulação individual ou a titulação de fundações e associações sem fins lucrativos com funções de

À tarde, visitei a fazenda de Don Martin, um agricultor que está na aldeia há 6 anos e foi um dos treinados em produção agroecológica pelo Movimento Sem Terra do Brasil, que ministrou vários cursos sobre a preparação de insumos agroecológicos em Sarare. Don Martin assistiu judiciosamente a todas as palestras e tem as receitas anotadas em um diário. Ele colocou em prática as misturas que orgulhosamente nos mostrou implementadas em suas plantações, todas semeadas com fertilizantes limpos. Ele também tem um banco de sementes com diferentes variedades de banana, cana-de-açúcar, abóbora, abacaxi, coentro, páprica, cacau, arazá, enfim, uma fazenda altamente produtiva em apenas doze hectares. Ele trabalha sozinho, mas enquanto caminhamos por sua fazenda, ele é seguido por uma garotinha que parece brincalhona enquanto segue os passos de Don Martín, seu avô, entre as plantações.

24 de agosto. Era segunda-feira e Adrian me pegou às seis da manhã para irmos à fazenda. Naquela manhã, a neblina estava espessa. Era necessário atravessar um braço do rio, e esses fios d'água estavam passando entre as fazendas, tanto que, no caso de Adrián, ele teve de mudar sua casa de lugar, pois o novo rio exigia mais espaço (Figura 8).



benefício social, que podem incluir associações, cooperativas ou outras organizações de camponeses, de acordo com a segunda cláusula do artigo 68 da Lei 160 de 1994.

Figura 8: Ramal do rio Cusay na estrada para a fazenda Adrián, Fortul. (Fonte: Johanna Moreno, 2020)

Tivemos uma entrevista de duas horas e meia, na qual revisamos a história dos trinta e sete anos de Adrián. Ele me falou bastante sobre seu avô, que também era funcionário de Don Esteban de Lomonaco. O proprietário dessa terra nos anos setenta. Por ter trabalhado para ele, seu avô pôde permanecer na fazenda e até teve seu pedaço de terra titulado graças ao Sr. Lomonaco.

Como curiosidade, Adrian apontou que nessa fazenda Los Chorros nasceu Guadalupe Salcedo, o personagem mítico dos anos 50 que liderou as guerrilhas liberais das planícies orientais e assinou a paz com o general e presidente Rojas Pinilla e foi assassinado em Bogotá por traição pelo Estado colombiano em 1957. Ele encontrou essa pista em uma revista que um senhor lhe mostrou uma vez.¹³ Portanto, sabemos que essa fazenda data da década de 1920, época em que a família Salcedo aparentemente trabalhava e morava nessas terras. A propósito, falamos sobre a criação dos projetos produtivos coletivos e da empresa de produção de vinho de propriedade de Adrián, pois ele conseguiu criar uma receita para um vinho de maracujá realmente delicioso.

25 de agosto. Tomei o café da manhã e me arrumei rapidamente, pois Angie veio me buscar para participar da reunião com o resguardo que faz fronteira com o Territorio Campesino. Subimos a montanha de moto, a paisagem estava ficando mais verde, mais úmida e mais arborizada. Placas dos Parques Nacionais nos deram as boas-vindas ao resguardo (Figura 9). Na entrada de uma estação de aqueduto, o cabildo estava se reunindo com representantes do Movimento Social, que administram o aqueduto da comunidade Fortul. Depois dessa reunião, conversamos com o governador e o cacique. Eles foram muito gentis comigo.

¹³ No livro *Como parimos este pueblo, memorias campesinas del Sarare araucano* (Carrillo, Ana María. 2023), no capítulo Los Motivos, está escrito: "Cuidado, Guadalupe Salcedo nasceu aqui! Nas margens do rio Banadia, ele nasceu em La Ceiba e foi batizado em Arauquita, sim, porque essa fazenda foi fundada por Doña Tomasa e Don Antonio e depois minha mãe a comprou de meu tio, quando a violência aconteceu e tivemos que sair, perdemos tudo o que pertencia à minha mãe [...] era um pecado muito grande ser um Tocaría naquela época (...) porque meus tios eram guerrilheiros liberais". Isso refuta a suspeita de Adrián sobre a relação entre Los Chorros e o nascimento de Guadalupe Salcedo, embora validada pela figura mítica de Salcedo e pela proximidade geográfica. Os rios Cusay e Banadia passam pelo município de Fortul, mas estão localizados nos extremos sul e norte do município.



Figura 9. Avisos do Parque Nacional Natural El Cocuy no caminho para o Resguardo U'wa Cibariza, Fortul. (Fonte: Johanna Moreno, 2020)

Durante nossa conversa, eles destacaram como seu território é ameaçado pelas empresas petrolíferas, pelas guerrilhas e pelo exército, bem como o fato de terem muito pouco espaço para cultivar pão dentro do resguardo. Eles usam os mesmos termos técnicos que o governo porque conhecem exatamente seus direitos e os instrumentos legais que os protegem. O governador indígena me pareceu ser um homem jovem, com um olhar profundo, como se pudesse ver além daquele momento, olhando para o futuro com preocupação. Afirmou que o governo sempre faria a mesma coisa: guerra e mais destruição dos territórios, foi claro ao dizer que não poderiam assinar nada que viesse de consulta prévia, tudo seria contra o resguardo, contra suas famílias. Ao nos despedirmos, eles subiram por alguns caminhos entre as árvores, até a montanha.

2.3 Enterrar com óleo

A lagoa Lipa, quando o verão era muito quente, fazia três bugios, três rugidos quando ia chover: o inverno está chegando! Era chamada de Santuário Sarare, porque lá estavam todas as espécies de peixes de água doce do mundo. Acabou! (entrevista, 25 de setembro).

A Laguna de Lipa, anteriormente localizada no município de Arauquita, era um centro cultural e espiritual para os Guahibos, os Macaguanes e os Betoyes, e mais tarde foi

declarada um Santuário de Fauna e Flora pelo Acordo 028 de 1976 emitido pelo Instituto Nacional de Recursos Naturais Renováveis e Meio Ambiente (Inderena).



Figura 10: Local mais próximo sem acesso restrito ao estuário de Lipa (Autor: Johanna Moreno, 2020).

Na década de 1980, a rede hídrica dessa zona sofreu mudanças importantes, como a obstrução parcial do ramal Bayonero e, posteriormente, a construção do centro petrolífero Caño Limón, que bloqueou o canal Lipa, que conectava a lagoa ao rio Arauca por meio do canal Limón e dos afluentes das ilhas Bayonero e Reineria (Figura 11a, 4b), transformou a rede de água, obstruindo os drenos naturais da zona, e também construiu aterros para conectar os poços de petróleo, destinou zonas para piscinas de oxidação e aterros sanitários que geraram fontes de contaminação no ecossistema. Essas intervenções acabaram com a navegabilidade da área e interromperam a conexão da água com a lagoa, que deixou de ser alimentada pelos canais e se tornou um grande estuário (Figura 10). (Arango 2000).



Figura 11. (A) Caño Lipa navegável na década de 1970, Arauquita, Arauca (Autor: família Torres, década de 1970) (B) Estado atual do Caño Lipa, TECAM Arauquita, Arauca (Autor: Johanna Moreno, 2020).

O início da construção do campo petrolífero Caño Limón na área de influência da lagoa foi promovido pelo governo de Belisario Betancourt por meio do Acordo Inderena 052 de 1983, que reservou 10.000 hectares correspondentes à área do Santuário de Fauna e Flora para serem explorados pela Occidental Petroleum (OXY) em consórcio com a Empresa Colombiana de Petróleos (Ecopetrol). Ao mesmo tempo, "a militarização começa com Caño Limón" (25 de setembro), diz um camponês entrevistado.

Essas decisões do governo afetaram as famílias que haviam se mudado anteriormente para as margens dos canais alimentados pelo rio Arauca, motivadas pela colonização agrária do Sarare e pelos planos subsequentes de adjudicação de terras não cultivadas para os colonos camponeses, que puderam dar títulos a algumas famílias assentadas nas margens do rio Lipa, um processo de titulação que foi suspenso devido à exploração de petróleo.

O consórcio petrolífero fez negociações individuais com os camponeses que ocupavam essas áreas, até a expulsão das famílias em 1995, depois de assinar um acordo com a OXY e a INCORA para a indenização e realocação dessas famílias, compromissos que não foram cumpridos. Essa situação levou as famílias expulsas a retomar a terra em 2014, dessa vez em colaboração com os filhos, primos e netos dos primeiros colonos.

Esse caso ainda está em aberto no âmbito do acompanhamento da decisão tutelar nº 25000-23-15-000-2010-00353 do Conselho de Estado, que apresento a seguir.

História de campo

20 de fevereiro. No caminho para o bloqueio de estrada e para o Território Campesino Agroalimentario, notei que havia coletes à prova de balas nos assentos da van, como medida preventiva no caso de uma emboscada, imaginei. Em poucos minutos, depois de passarmos pelo vilarejo de *La Pesquera*, encontramos o posto de controle militar. Atrás deles, havia uma enorme rocha com o nome Caño Limón (Figura 12). Dois jovens soldados, sérios e com a pele maltratada, verificaram nossas malas e documentos de identidade. Após a breve revista militar, seguimos pela estrada, virando rapidamente à direita em uma trilha de terra. Logo, a van parou ao lado de uma fazenda e, quando saímos, não havia ninguém, parecia desabitada.



Figura 12. Aviso do consórcio de petróleo localizado na entrada do território camponês, TECAM Arauquita, Arauca (Autor: Johanna Moreno, 2020).

Nós nos aproximamos do telhado esperando um sinal. Das árvores veio apenas um homem e, em poucos minutos, os outros chegaram. Todos eles foram muito amigáveis, apertaram as mãos e nos fizeram segui-los até o salão construído em blocos. Não se

via nada além de árvores ao redor. Um dos companheiros começou a apresentação, o presidente e líder desse território, deu a palavra a todos e depois começou a informar sobre o processo.

Há seis anos, eles tomaram posse dessa terra, apesar de estarem no meio do maior complexo petrolífero da Colômbia. Suas famílias são de colonos dos departamentos vizinhos: Santander, Norte de Santander e até mesmo de Cesar e Atlântico. Seus pais e avós chegaram a essas terras no início da década de 1980 para viver da agricultura, da caça e da pesca.

As famílias que se estabeleceram perto dos córregos Limón e Lipa, no município de Arauquita, foram motivadas pela colonização agrária que ocorreu durante vários períodos de titulação de terras. Na busca de documentos com os camponeses do Territorio Campesino, encontramos resoluções de adjudicação de 1991. Outros pedidos de adjudicação foram negados, presumivelmente devido à expansão do projeto petrolífero.

Com a chegada das empresas petrolíferas norte-americanas e o início da extração de hidrocarbonetos, começaram a ser exercidas pressões contra os camponeses que colonizaram a área ao redor da lagoa Lipa. Muitos camponeses não obtiveram títulos de terra porque a autoridade agrária suspendeu a adjudicação de terras na área, uma vez que a prioridade foi dada à exploração de petróleo pela Occidental Petroleum (OXY), uma concessão que o presidente Betancourt realizou de acordo com suas propostas de campanha durante sua visita ao departamento em 1981 (Figura 13).



Figura 13. Fotografia da revista "Atenas" de propriedade de um camponês entrevistado. Visita a Saravena do então candidato à presidência Belisario Betancur em 1981 (Autora: Johanna Moreno, 2020).

Desde então, foi iniciada a construção do campo petrolífero Caño Limón na área de influência da lagoa. Desde 1993, o consórcio petrolífero solicitou ao INCORA a reserva de duas áreas de terras vazias para garantir maior segurança ao complexo petrolífero e para definir o uso da terra e a proteção dos recursos naturais e dos ecossistemas estuarinos nos municípios de Arauca e Arauquita, áreas conhecidas como Reineria e Rio Lipa, esta última ocupada pelos assentamentos de El Vivero e La Osa, onde famílias de camponeses vivem desde a época da colonização agrária.

O pedido de reserva de baldios foi resolvido favoravelmente pelo INCORA por meio da resolução 069 de 23 de fevereiro de 1993 (Diário Oficial 46.265 de 11 de maio de 2006), de acordo com o plano 4.666.299 da mesma autoridade fundiária que constituiu a reserva e em conformidade com o Decreto 1942 de 1992, reservando 1.818 ha na área conhecida como Reineria e uma extensão de até 5.000 ha na área conhecida como Rio Lipa. A reserva dos baldios impede, de fato, a adjudicação a sujeitos da reforma agrária, conforme indicado no artigo 75 da Lei 160 de 1994. Posteriormente, a área conhecida como Reineria foi excluída da reserva pela Resolução 0017 de 1997 (Diário Oficial 46.265 de 11 de maio de 2006).

A
constitui

ção da reserva especial levou a autoridade agrária a realizar estudos de ocupação e posse e, nos termos do Decreto 1942, a realizar a aquisição direta ou a desapropriação de terras, benfeitorias ou direitos na área sujeita à reserva.

Em 31 de janeiro de 1995, as famílias camponesas das áreas em que a reserva foi estabelecida e o INCORA assinaram um acordo com o objetivo de realizar um programa de realocação para as comunidades afetadas. No entanto, em 2010, as famílias tiveram que solicitar que o então INCODER cumprisse o programa de realocação, uma solicitação que a autoridade fundiária não atendeu e, como resultado, as famílias camponesas entraram repetidamente com ações de tutela.

Os camponeses comentaram que o governo comprou suas plantações e os removeu, no entanto, a realocação para outras terras não foi cumprida pela empresa petrolífera ou pela autoridade fundiária, uma dívida que permaneceu não paga desde 1995, quando foram removidos, até 8 de outubro de 2013, quando os descendentes dos colonos se reuniram para chegar a um acordo sobre como criar um assentamento dentro do campo petrolífero, devido ao não cumprimento do Estado e à falta de benefícios fora da região, decidiram retomar quatro vilarejos localizados entre os córregos Limón e Lipa e ao norte do grande estuário ou antiga lagoa Lipa.

Em 2010, eles começaram a realizar reuniões. Eles começam a visitar as fazendas para a suposta realocação. Em 2013 é quando ocorre a entrada total.

O que fizemos? Qual foi a medida que o INCODER tomou na época? Acontece que, como era uma quantia pequena, não podíamos comprar nenhuma terra, porque se comprássemos uma terra e recebêssemos um título de propriedade, a realocação daqui seria cancelada, não poderíamos ter uma propriedade. Esse dinheiro foi consumido, pagando aluguel, pois não podíamos ter propriedade, então ficamos sem dinheiro (líder camponês, entrevista, 21 de fevereiro).

Enquanto o presidente camponês falava, lembrei-me da sensação de entrar no centro petrolífero, como se estivesse entrando em um campo de batalha onde você não é um aliado, gerada pela suspeita das inspeções no posto de controle militar. Felizmente, graças à recepção dos camponeses, voltei a me sentir calmo. Os gestos de simpatia e confiança em relação a nós eram evidentes, sorrisos, palavras e piadas passavam de passagem. O principal problema é a repressão da polícia e dos militares a favor da empresa petrolífera e contra as quase trezentas e quarenta famílias que fazem parte do território camponês. A luta lhes custou a paz de espírito e a saúde de dois

companheiros. Viver aqui é uma vitória, mas as dificuldades são latentes, sem eletricidade e água potável.

Entre esses comentários, apresentei alguns mapas que trouxe do polígono da ATT. Foi destacado que o polígono do território não estava atualizado, mas é uma boa referência provisória (Figura N.). Entre os camponeses, foi impressionante se verem representados no mapa, porque talvez não soubessem que estavam no coração do complexo petrolífero, ou seja, sabiam que o inimigo estava ao redor deles, mas não pareciam perceber que haviam entrado no meio do megaprojeto, "somos um bando de loucos", disse um deles.

À tarde, fomos para a casa de uma família de camponeses que hospedou a mim e a dois colegas da Suécia que vieram como observadores de direitos humanos. A casa ficava às margens do leito seco do córrego Lipa (Figura 14) e em frente à escola onde foi realizada a reunião.

Esse era um rio, o rio Lipa, para onde viajavamos nas férias. Hoje, qualquer pessoa olha para isso e, em sua mente, me diz que sou um mentiroso, não vejo nenhum rio, há apenas um buraco com grama e é isso. Esse é o futuro que as empresas que dizem que estão vindo construir semearam (agricultor, entrevista, 25 de fevereiro de 2020).



Figura 14. Ponte improvisada sobre o leito seco do rio Lipa (Autor: Johanna Moreno, 2020).

Quando conheci os camponeses e líderes do território, eles me disseram que a presença das forças militares é permanente no território:

¹⁴A empresa petrolífera tem o controle do território por meio de cinco bases militares do exército nacional, câmeras e drones que vigiam todo o campo, e também pelo uso irrestrito dos recursos ambientais dentro da área de concessão, como se qualquer regulamentação ambiental desaparecesse ao cruzar seus portões (fazendeiro, entrevista, 21 de fevereiro de 2020).

22 de fevereiro. Um grupo de líderes camponeses nos levou até o entupimento do córrego Limón. Para a surpresa dos homens do território, os muros não eram mais visíveis na área, o restolho e a natureza haviam escondido os traços do ecocídio, a única coisa visível eram os montes de terra formados irregularmente. Ligerito caminhou até a casa de David, que estava abandonada e as plantações estavam prestes a se perder, devido à intimidação dos militares e da polícia que o obrigaram a deixar o território por um ano e meio. A casa, feita de tábuas pintadas de azul e creme, fica no pé da estrada, sem árvores para escondê-la e de frente para a entrada da fábrica da empresa petrolífera, conhecida como PF1 (Figura 15). De seu terreno, David nos ofereceu um melão, um pouco de maracujá, pedaços de cana-de-açúcar e três grandes mamões para amadurecer.



Figura 15. Caminhada com os líderes do território ao longo da estrada que atravessa o campo de petróleo (Autor: Johanna Moreno, 2020).

¹⁴ Ver citação Livro ELN

Depois do almoço, fomos levados de motocicleta até a antiga queda do rio Lipa, localizada ao sul da TECAM; de acordo com os fazendeiros, esse rio é uma das principais vítimas desde a chegada da Ocidental, pois está seco devido ao desaparecimento da lagoa Lipa, que costumava alimentar esse afluente com água e peixes. O rio está tão seco que caminhamos no fundo de uma terra dura e rachada. Em contrapartida, em todos os caminhos observamos pássaros majestosos, macacos, esquilos e até mesmo, nas margens do Lipa, fomos surpreendidos por uma anaconda, comumente conhecida na região como güibo negro (Figura 16).



Figura 16. Anaconda ou güibo preto no canal do rio Lipa (Autor: Harry, 2020).

23 de fevereiro. Hoje os suíços foram embora, mas pela manhã, ainda contando com a presença deles, visitamos dois lotes, o primeiro a poucos metros de uma das plataformas onde o petróleo bruto é bombeado (Figura 17), onde estávamos em uma plantação de banana e maracujá. Com a seca e a ausência dos canos, a terra está mais seca do que o normal, mas os esforços para obter água também não valem a pena, pois no momento a venda de bananas está sendo prejudicada, eles simplesmente não estão comprando. Os agricultores estão se sustentando principalmente com cacau e suas próprias plantações de pão.



Figura 17. Plataforma de extração de petróleo em Caño Limón, Arauquita (Autor: Harry, 2020).

À tarde. O almoço me foi oferecido na casa de David, comendo na mesma mesa, acompanhei a história do que havia acontecido na retomada, entre o vai e vem dos assuntos, Diana passou vinho tinto e o irmão de David trouxe uma saborosa e refrescante patilla. Além de dois livros, David tirou de uma sacola plástica maltratada duas atas de reuniões entre a organização camponesa e a Occidental, com solicitações específicas de 2015 e 2017 (Figura 18). Ele também me mostrou uma cópia de uma escritura pública e um certificado de tradição e liberdade de uma fazenda, onde foi identificado que a empresa petrolífera assinou contratos de compra e venda com os camponeses que, no caso da Sra. Cortes, a proprietária dos documentos, tinham títulos de propriedade do INCORA.

*Resolução de Prêmio nº É um dos títulos do prêmio baldíos de 1991.
Foram identificados NN títulos.*



Figura 18. Livros e documentos fornecidos por um líder do território do agricultor como insumo de pesquisa (Autor: Harry, 2020).

24 de fevereiro. A repressão e as ações violentas foram uma constante no processo de retomada da terra. O fato mais grave foi o assassinato de dois camponeses por policiais da tropa de choque durante um dia de protesto: o primeiro foi baleado no braço direito e o segundo perdeu um olho e levou cinco tiros na perna. A retomada e a resistência foram feitas com o risco da própria vida. É assim que o fazendeiro que foi baleado no rosto e na perna descreve o fato:

Em 2018, eu estava aqui um dia dobrando um pouco de milho, pois ainda havia outros vilarejos que não tinham sido tomados, então algumas famílias foram para lá e outras estavam tomando as terras do Líbano, quando minha irmã chegou chorando, 'não Jorge, olha, a polícia pegou algumas pessoas ali e estão chutando elas. Eles danificaram o cauchito, pisaram em suas rulas, tiraram seu mercado e essas pessoas estão se transformando em nada". Como faço parte da defesa civil, eu disse que iria lhes dar os primeiros socorros. Então, fui para a estrada, por volta das 7h30, e a primeira coisa que encontrei foi o exército deste lado, onde estavam as pessoas daqui. A polícia estava toda amontoada.

Bem, houve um tumulto, só havia mulheres. Não havia mais do que 14 de nós naquele dia. E acontece que a polícia estava na linha e havia colocado algumas árvores lá para

que o turbo não passasse, até que eles liberassem as pessoas que haviam detido, quando um homem do SIJIN chegou para tirar fotos. Aí - também por falta de conhecimento - eu gritei 'se era para modelar, espera eu tirar a roupa', gritei coisas para eles, começaram a atirar, mas eu achei que estavam atirando para o alto para ver se as pessoas iam embora, então eu fui para a frente, falei 'isso é para nos assustar'. Não! eles estavam atirando perto.

Eu praticamente não sabia, os que estavam ao meu lado disseram que viram quando o cara sacou a arma e houve muito fogo porque eles estavam atirando no chão. A primeira coisa que senti foram as balas daqui, senti o calor e a dor, quando fui me virar, mal conseguia andar, parecia que tinha levado um tapa na cara, andei muito rápido e caí. A partir daí, não sei mais nada" (entrevista, 25 de fevereiro de 2020).

Pela manhã, Dona Rosa disse que Don Andrés, outro fazendeiro do Território, recebeu cerca de 48 milhões de dólares da empresa petrolífera por suas colheitas. Com o dinheiro em seu poder, ele se mudou para Yopal (capital do departamento de Casanare) e comprou um caminhão basculante para carregar material, trabalhando no meio de um rio.

Alguns camponeses que chegaram a Arauca em um estágio avançado de colonização agrária pensaram que o petróleo poderia ser uma oportunidade de desenvolvimento e emprego. Mas o conflito havia se agravado, as guerrilhas tinham mais controle territorial e atacavam constantemente o oleoduto que saía do centro petrolífero, eles notaram o aumento da militarização no departamento, a perseguição contra os camponeses associados às plataformas sociais e os cultivos de coca substituíram a banana, o cacau ou a mandioca, um cenário que todos os camponeses do território tiveram que suportar.

Quanto mais entrevistas realizo, mais observo que os camponeses do território são uma população flutuante que foi deslocada à força em mais de uma ocasião devido à necessidade econômica e à guerra. Eles não contam com a atenção do governo nem com seu próprio patrimônio para sua subsistência. Apesar da austeridade e da exclusão que se aprofundaram quando foram expulsos de suas terras pela empresa petrolífera e pela INCORA, eles resistem, se organizam e continuam a realizar seu trabalho: cultivar alimentos e criar animais. O abandono é descrito pelo fazendeiro que foi vítima do tiroteio da seguinte forma:

Em 82, 83, apareceram as famosas empresas petrolíferas, para nós, pobres, foi uma coisa maravilhosa que aconteceu, porque o que você pensa é em trabalho, convencido de que com a entrada das empresas petrolíferas teríamos trabalho, estradas, eletricidade, porque não havia nada, e acabou que não aconteceu. Pouco a pouco, eles começaram a estabelecer seu jugo (...), o que tem sido uma luta.

O que recebemos das multinacionais é um insulto. Bem, eu fui uma vítima. Eles me deram chumbo, levei 5 tiros na perna, estava quase morrendo.

Esse processo que tenho contra o estado está parado porque, até o momento, eles ainda não me ligaram para perguntar: 'ei, senhor, onde você conseguiu esse tapa na cara'. Eu apenas entrei com a papelada e ela ficou sem resposta. Isso foi em janeiro de 2018 (fazendeiro, entrevista, 25 de fevereiro).

No mesmo dia, à tarde. Fui à aldeia de Mata Oscura, fora do centro petrolífero, e visitei a família de Sara, uma líder do território. Entrevistei Dona Emilia, e ela me contou uma história com uma voz adequada e ressonante. Ela é mãe de doze filhos, dos quais a mais velha é Sara. Ela me pediu para não gravar o áudio da entrevista, mas em troca me ofereceu a verdade de boa parte de sua vida, sua saída de Caño Limón e a luta que teve para se separar do pai de seus filhos, buscar refúgio para seus filhos pequenos e quatro galinhas em plena véspera de Natal. Ela também participou da retomada da terra em 2013 e 2014, e era membro dos outros colonos. Não era boa no enfrentamento com a polícia, mas era boa na cozinha, que comandou durante o avanço até o coração do Vivero. Ela vem de Catatumbo, foi ameaçada pelos guerrilheiros e foi deslocada à força em mais de uma ocasião.

Naquele mesmo dia, Sara também me apresentou a William Yuxtre, presidente da Junta Acción Comunal da aldeia, um homem das planícies nascido em Cravo Norte, mas criado em Arauca, cuja fazenda é dedicada ao gado. Ele me disse que a Occidental gera um nível muito alto de conflito entre a comunidade camponesa, pois, além de secar os canais, não gera investimento social, já que os royalties que produz foram, em sua maioria, levados por políticos que sugaram a teta do orçamento, sem permitir nenhum benefício visível para os municípios e as aldeias, de modo que, apesar de a geografia do departamento ser plana, as estradas terciárias são um lamaçal em tempo chuvoso, impedindo a passagem de qualquer carro, moto ou cavalo. A saída de produtos se torna muito difícil e prejudica os agricultores e criadores de gado.

Ao contrário do que se esperava, a empresa e sua distribuição de contratos de trabalho de três meses para os habitantes locais levou a uma despassarinização da população, tanto que as calçadas brigam pelos poucos turnos que a empresa oferece. William diz que há aqueles que apenas esperam por seu turno de três meses, recebem 12 milhões e não fazem mais nada. Não há mais diaristas, não há ninguém que goste de trabalhar no campo. Fora da retomada, as coisas não são melhores, é a desolação do desenvolvimento trazido pela empresa petrolífera.

02 de março. O slogan "Não temos nada, lutamos porque não há nada a perder", reiterado por vários camponeses ao compartilhar ou entrevistá-los, é um slogan sério. Eles vivem em meio à austeridade econômica, mas também com a ausência de irmãos e filhos mortos, companheiros assassinados ou processados recentemente. Toda essa memória coletiva de dor gera laços de convicção e lealdade diante das ameaças que pairam sobre o território e levou a um processo sustentado de organização social e camponesa ao longo do tempo.

Segunda viagem

29 de setembro. Ao chegar a *La Pesquera*, fui buscado pelo presidente do território e, desde a curta viagem de motocicleta até o território, senti-me muito mais claro e resolvido sobre as questões legais, administrativas e de coexistência. Pude ver em suas palavras como sua liderança havia aumentado.

Falamos sobre mapas, uma nova licença ambiental, as novas áreas do território em direção a *La Osa*, os projetos PDET que já estão em operação, as Zonas Futuro. Conteí a ele sobre a avaliação da pesquisa e ele me perguntou o que os professores convidados para a apresentação da pesquisa tinham a dizer. Chegando em casa, no Vivero, encontrei a ponte sobre o rio Lipa mais organizada, a família estava me esperando e eu os cumprimentei com emoção.



Figura 19. Casa onde me hospedei na segunda viagem em Caño Limón, Arauquita (Autor: Harry, 2020).

A noite estava simplesmente linda, suportamos a escuridão por um tempo, e eu, de frente para a família, pude ver como a luz do crescente da lua atravessava as folhas das árvores, iluminando parcialmente as silhuetas da família. Em um determinado momento, eles comentaram sobre mais de quatro rompimentos na tubulação, aparentemente feitos pelos guerrilheiros, mas a preocupação era que eles não haviam contratado ninguém da região para consertá-la, e até se ouviu dizer que haviam trazido pessoas de Ocaña (Norte de Santander) para esse fim. É assim que eles vivem com o petróleo, com um salário de trinta e cinco mil pesos cada vez que ele quebra.

30 de setembro. Essa noite de lua cheia é fria, porque é inverno, e os mosquitos chegam por volta das seis horas da tarde. As picadas são sentidas em todo o corpo. Os irmãos colocam uma camisa em volta do peito para manter os mosquitos afastados. Com os ruídos da noite e em uma reunião familiar, o Sr. Enrique, Héctor e Juan, com Miguel, irmão de David, conversamos sobre a Lagoa Lipa, quando ela existia.

Miguel e Don Juan me contaram que há várias histórias de que na lagoa havia jacarés enormes, com quase doze metros de comprimento, que atacavam homens em canoas quando navegavam pela lagoa. Eles também me contaram que, no início da perfuração da empresa, uma broca foi bloqueada na lagoa e, aparentemente, era um animal

grande, talvez uma anaconda ou um jacaré, que atacou o maquinário e os trabalhadores, um trabalhador caiu na água e o maquinário ficou amassado. De acordo com as histórias, a Laguna se protegia. Por exemplo, disseram-me que a lagoa rugia três dias antes da estação das chuvas e também no início do verão.

Miguel então me mostrou fotos de um pote de barro (Figura 20), algumas pequenas figuras de rostos indígenas e mais dois cilindros, todos feitos de barro e com decorações pré-colombianas, encontrados na casa de um homem na aldeia de Panamá, em Arauquita, quando ele foi fazer uma fossa, cavou um metro de profundidade e encontrou esses elementos.



Figura 20. Fotografias de elementos de valor arqueológico encontrados perto da Lagoa Lipa (Autor: Miguel, 2020).

À tarde. Naquele mesmo dia, entrevistei Manuelon, Don Ángel e Alexy ou Herley, que me disseram que cada um deles tinha 10 hectares e que suas vidas haviam mudado, pois passaram de diaristas a proprietários de fazendas, sentiam a liberdade de cultivar, apesar do fato de que há quatro anos começaram dormindo em uma seringueira no meio de um matagal. O cultivo é difícil, mas as bananas os sustentam. O cultivo de pan coger é comum entre os lotes, plantas achiote (Figura 21), alho, pimentão, abacaxi, graviola, papaia criolla, regionera, limão castilla, goiaba, mandioca, gema de ovo e

armênia, uma variedade de produtos que acabam sendo dados uns aos outros como presentes, além de sementes.



Figura 21. Folhas de Achiote para coleta em El Líbano, Arauquita. (Autor: Johanna Moreno, 2020).

Entre as fazendas, as águas são sustentadas, formando fios de água que parecem estar apoiados, correm levemente, são cobertos por vegetação flutuante, assim como as plantações de banana, eles fazem valas para que a água se afaste das plantações, evitando que fiquem estagnadas e apodreçam as plantas (Figura 22). O território está sendo fortalecido, depois da minha visita em fevereiro, eles distribuíram terras nessa área, estabelecendo os limites para 27 famílias, cada fazenda tem acesso à estrada que vai até a ponte Jorobado, próxima ao rio Limón, e na parte de trás, adjacente ao antigo estuário onde hoje há

arroz e à área de Corralito.

Figura 22. Água que flui no inverno próximo às fazendas, TECAM Arauquita. (Autor: Johanna Moreno, 2020).



Ainda estou entendendo a hidrodinâmica do Sarare, mas aparentemente as águas fluíram de tal forma que a estrada atual que liga o município de Araucita à capital Arauca se transformou em uma represa e bloqueou boa parte do sistema de alimentação e drenagem do rio Arauca, com os estuários e a grande lagoa.

01 de outubro. Hoje, Mono me pegou e me levou ao vilarejo de Corralito, que faz fronteira com Sabana Grande, El Líbano e El Vivero, ao lado do campo de arroz. Chegamos ao primeiro lote de terra depois do arrozal. Viramos à esquerda ao longo de um aterro feito pela população local para nos dar acesso ao leste da mesma área. Nesse vilarejo, as árvores caídas estavam por toda parte (Figura 23), eles reuniram 52 famílias em 28 de dezembro de 2018, alguns só cultivaram e fizeram sua casa para este ano, localizando o puntillo, ganhando dinheiro com o que a terra dá, embora, em geral, as colheitas de mandioca, banana, feijão, fava, plantas aromáticas, sejam para consumo doméstico. Do lado de fora, compram sal, açúcar, panela, óleo e carne. O dinheiro é escasso.



Figura 23. Expansão da aldeia Corralito após 2018, TECAM Araucita. (Autor: Johanna Moreno, 2020).

Gomo, um habitante desses vilarejos, foi recentemente separado e está no campo há pouco tempo. Ele me contou como ele e sua família conseguiram ganhar um bom dinheiro com a coca, mas alguns de seus familiares foram capturados e o dinheiro e as mercadorias foram apreendidos. Então ele trabalhou no rio, contrabandeando

mercadorias, o que é chamado de "contrabandando". Ele me disse que os guerrilheiros ganham muito dinheiro, mas o que eles mais lucram é com o petróleo, pois com o dinheiro da empresa eles conseguem se financiar muito bem. Ele mencionou a lei do mato, que todo mundo aqui conhece. Por consultá-la, ele foi capturado por extorsão, ficou preso por quase 18 meses, acusaram-no de ser guerrilheiro e ele teve de negociar com um promotor em Saravena que, segundo se dizia, "estava com os guerrilheiros".

Entretanto, o radicalismo dos movimentos sociais no departamento significa que todos estão necessariamente de um lado ou de outro. Se não são a favor de um, são contra, não há outra opção. Outros vivem em meio à ansiedade e não conseguem denunciar por causa do medo. Não existe guerra de guerrilha sem pessoas.

4 de outubro. À noite, com o líder camponês que me acompanhou nas últimas viagens, paramos à beira da estrada em um bar novo, pedimos uma cerveja para refrescar o calor e, depois das duas pokeronas, pegamos a estrada, estávamos muito perto da base militar de Caño Verde, o ponto de partida do ATT. À noite, pude ver a luz que ilumina a PF1, onde estão localizadas as maiores instalações da OXY, e observei um sinalizador que dizem ser de gás proveniente da extração de petróleo. Também vi as luzes dos altos postes de eletricidade que alertam os aviões, e eles até me disseram que à noite a temperatura fica mais quente quando você passa por lá. Depois de um tempo, Mono, levando-me na motocicleta, contou-me que ele e seu pai viveram em Tame durante a época dos paramilitares, quando ele foi deslocado e seu pai foi capturado, ele era um líder da ANUC. Ele também conhecia vizinhos em Corocito, onde ocorreu o massacre; felizmente, eles tinham ido com seu pai a algumas fazendas naquele dia e não tiveram o mesmo destino que seus vizinhos (Figura 24).

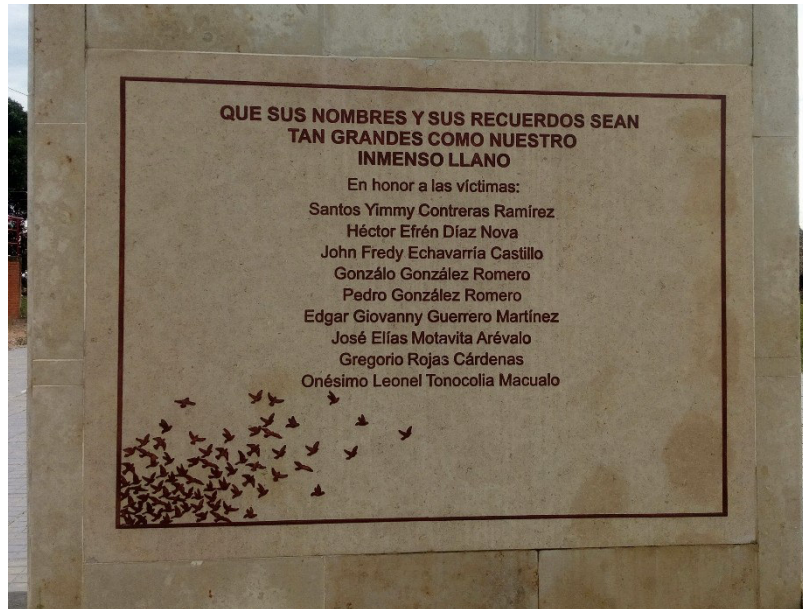


Figura 24. Memorial do Massacre de Corocito, Tame. (Autor: Johanna Moreno, 2020).

05 de outubro. Levantei cedo hoje. Fiquei pronto por volta das 6h. A ideia é ir para uma nova oficina, agora ao lado da draga, na área de Los Angelitos. Ao me buscarem por volta das sete da manhã, Doña Rosa preparou rapidamente o café da manhã, fez fatias fritas de maduro, queijo ralado e aguapanela, um prato básico, mas muito nutritivo. Wicho veio me buscar, todos nos encontramos na casa de David e, em quatro motocicletas, partimos para a ilha de Reiner, passando pela ponte Jorobado, que cruza o canal de Limón. No caminho, entramos na estrada para o vilarejo de La Arenosa. No caminho, vi muitas casas grandes, algumas delas até feitas de material, do modelo oferecido pela Empresa. Passamos por algumas piscinas de criação de peixes, bastante sofisticadas por estarem acima do solo, segundo Wicho foram conquistadas pela comunidade, a partir dos recursos de investimento social da Empresa. Como disse um companheiro, a multinacional deu muito dinheiro para essas aldeias (Figura 25).



Figura 25. Salón comunitário no vilarejo de Angelitos A, construído pelo consórcio petrolífero (Autora: Johanna Moreno, 2020).

¹⁵Quando chegamos à escola Los Angelitos, esperamos por uma hora sem que ninguém aparecesse, então tivemos de voltar, mas pegamos o caminho mais curto, que era pela draga localizada no Rio Arauca. A empresa a utiliza para extrair todo o material para as plataformas e aterros (Figura 26). Fotografamos os montes de material da draga a partir da motocicleta, havia uma câmera em cima e um quilômetro à frente havia alguns soldados do exército. Saímos rapidamente da área cercada por poços, aterros, avisos e o aterro sanitário da empresa, saindo para a estrada preta, e voltamos rapidamente para a casa de David.

¹⁵ Uma máquina usada para limpar o fundo de rios, portos e áreas navegáveis de areia, pedras e outros materiais. Esses materiais também são extraídos para construção e uso industrial.



Figura 26. Draga do Complexo Petrolífero, Los Angelitos - Araucúita. (Autor: Johanna Moreno, 2020).

Para evitar voltar para casa depois que a reunião da manhã não aconteceu, um jovem fazendeiro sugeriu que eu fosse trabalhar no vilarejo de La Nueva Osa, uma retomada que ocorreu há três meses e que ganhou dez lotes de 10 hectares cada. Passamos pelo lote de Marcial, um homem alto que fugiu do conflito paramilitar em Sucre e no sul de Bolívar e que veio para Arauca por causa da oferta de trabalho como diarista. Ele está em seu lote de terra há pouco tempo, mas é grato aos camponeses do território por terem permitido que ele ficasse lá. ¹⁶Ele também recebeu 120 pés de repolho, que já plantou, e começou a cultivar milho e arroz, mas os chigüiros comeram as duas últimas plantações. Atrás de sua casa, há um pequeno pântano que não seca nem mesmo no verão. Ele é muito rico em peixes grandes, principalmente predadores.

Enquanto conversávamos com o homem, ele nos preparou vinho tinto e depois fritou alguns pedaços de chigüiro, que havia pescado recentemente em seu terreno. Ele nos ofereceu o prato com arroz, um almoço simples, mas saboroso. Como ele comentou:

Sou do litoral, nasci em um pequeno vilarejo chamado Pueblo Nuevo, chamado Majagual, Sucre. Uma área de conflito armado. Acontece que, naquela época, muito

¹⁶ Estacas de plátano para propagação.

jovem, meu pai foi trabalhar com a ANUC. Então comecei a me envolver com essas coisas, porque havia muitas pessoas ricas lá. Houve invasões, como retomadas de terras, mas acontece que, com o tempo, as coisas mudaram, quando os paramilitares começaram a entrar, naquela época não os chamavam de paramilitares, chamavam-nos de "mão negra", eles nasceram lá no lado de Córdoba. Então, essas pessoas chegaram e retomaram essas terras novamente, os que não mataram tiveram que sair. Eram terras produtivas. Pelo menos agora essas terras estão em suas mãos.

Chegamos a possuir um lote dessa terra. Ele nos pagou pelas melhorias. Investimos em Achí Bolívar, onde meu pai mora. Bem, eu vim para cá, estou aqui há 27 anos. Vim para trabalhar, naquela época muitas pessoas vieram para cá. Tenho até um primo em La Pesquera.

Vou lhe dizer que vim para cá e comecei a ter minha própria vida. Fui para as ilhas, lá em Reínera, eu tinha um pequeno lote de terra que foi levado pelo rio. Fui para Arauquita, a senhora mora lá. Eles nos deram um terreno, tivemos de comprar o telhado, mas nem sequer temos um lugar para colocá-lo. Fui diarista a vida inteira, o pequeno pedaço de terra que eu tinha lá, 2 hectares que comprei, comprei trabalhando de diarista. É por causa de Don Juan que tenho essa cota. Imagine quando houve a retomada, quando eles vieram para cá. A situação aqui era terrível. Mas os primeiros que vieram para cá, havia sangue lá fora, houve um massacre (entrevista, 05 de outubro de 2020).

Em seguida, percorremos o restante dos dez lotes, pois nenhum outro proprietário estava em casa. Fomos a dois lotes, um deles pertencente a Jairo, o trabalhador que está trabalhando com Don Juan. Ao longo dessa estrada, havia o antigo depósito de lixo da empresa, que, após problemas com a autoridade ambiental e os camponeses, foi escondido no subsolo.

No terreno de Jairo havia um pequeno riacho que corria em frente ao seu terreno, com água cristalina. Ele tinha alguns cachorros em casa, um pequeno e brincalhão, e as galinhas ficavam fechadas em um galinheiro feito de uma veia de palmeira (Figura 27), o próprio Jairo me disse que teve que fazer isso porque as cabras eram atraídas pelas galinhas, ele já teve que matar umas dez delas. Até um de seus cachorros foi mordido por essa cobra.



Figura 27. Casa feita de véu de palmeira para proteger as galinhas dos gúivos.
Fonte: fotografia de Deisy Johanna Moreno, 2020.

Entrevistas de capítulo com fotografias



Território Campesino Agroalimentario Laguna del Lipa, Arauquita, fevereiro de 2020.



TECAM Arauquita, entrevista e convivência, 22 de fevereiro de 2020.



TECAM Arauquita, entrevista, 06 de outubro de 2020.



Fortul, entrevista, 09 de outubro de 2020.



TECAM Fortul, entrevista, 14 de outubro de 2020.

Capítulo III. Análise espacial dos territórios camponeses

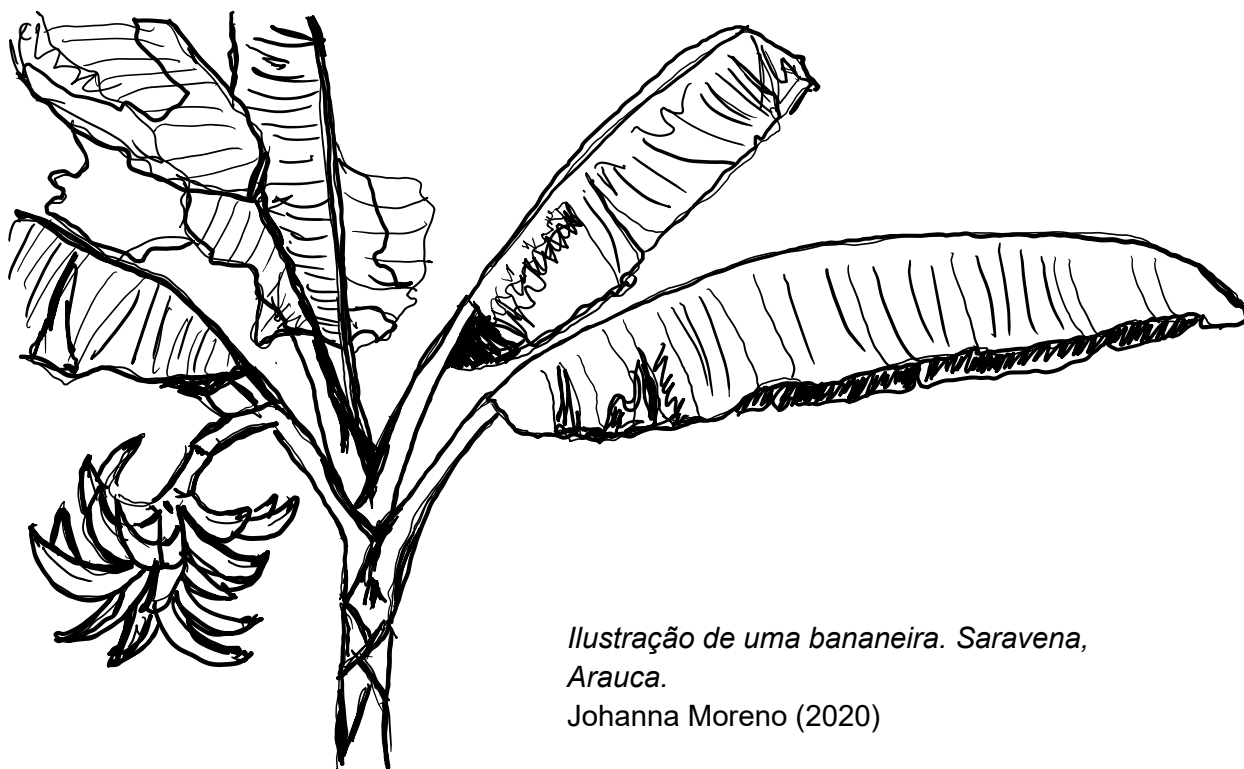


Ilustração de uma bananeira. Saravena, Arauca.
Johanna Moreno (2020)

Este capítulo apresenta a estrutura constitucional dos direitos territoriais das comunidades camponesas na Colômbia e os TECAM como uma forma de produção de espaço ou territorialização da expressão política e jurídica do campesinato do Sarare Araucano, um contexto que expõe o fenômeno jurídico em estudo nesta pesquisa: a declaração dos TECAM.

Em seguida, é feita uma análise teórica usando uma combinação de pluralismo jurídico e a abordagem de justiça espacial para estudar o surgimento de dois TECAM como resultado da apropriação do território por uma família proprietária de terras e empresas multinacionais, o mesmo território habitado pelo campesinato de Sarare.

Declaração e delimitação do problema

A população camponesa da região de Sarare Araucano é altamente vulnerável, pois a maioria das famílias sofreu os efeitos do atual conflito armado¹⁷, é estigmatizada, perseguida e capturada devido a acusações de pertencer a grupos guerrilheiros, além de ter sérias restrições aos serviços de saneamento básico, eletrificação¹⁸, gás natural, água potável e infraestrutura rodoviária eficiente para a comercialização de produtos agrícolas.



Infraestrutura elétrica do complexo petrolífero de Caño Limón. TECAM Araucuita / Ponte de acesso único a La Osa. TECAM Araucuita / Extração de água subterrânea pelo método puntillo. TECAM Araucuita - fevereiro de 2020

¹⁷ Cerca de 30% da população do departamento de Arauca é considerada vítima, 79.160 pessoas estão registradas no Registro Único de Víctimas (RUV), das quais 60.953 foram deslocadas à força, e 18.207 são vítimas de homicídio, desaparecimento forçado, ameaças, atos terroristas, minas terrestres, perda de propriedade, sequestro, tortura e crimes contra a liberdade e a integridade sexual. Fonte: Relatórios Regionais 2016, Arauca. Unidade de Víctimas.

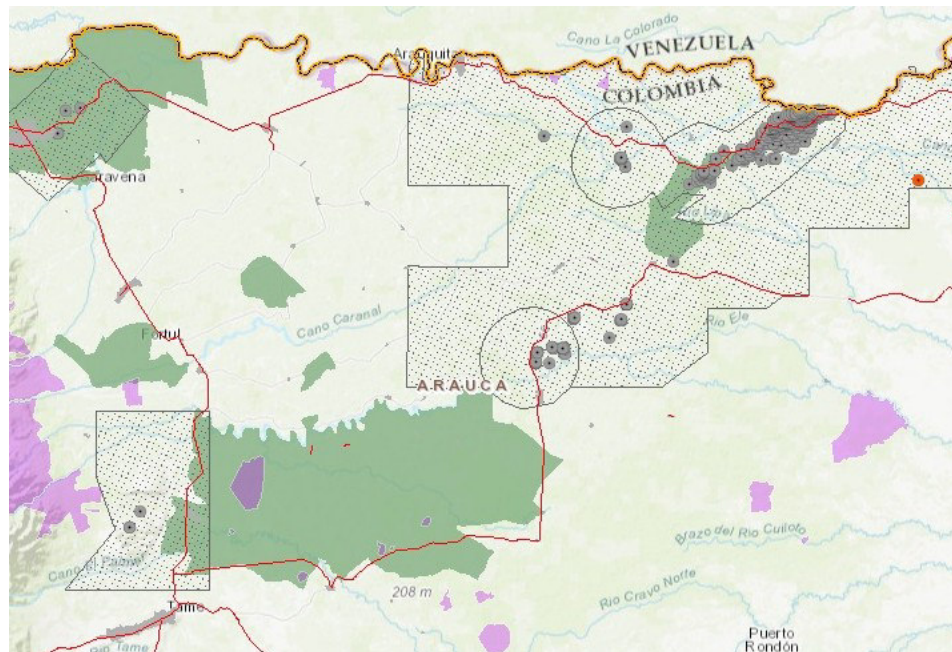
¹⁸ No TECAM Araucuita, a rede elétrica atravessa o território para alimentar a infraestrutura petrolífera, "está sobre suas cabeças", como disse um camponês, mas os camponeses ainda vivem com a luz do sol.

Na região, o Estado colombiano é representado principalmente por um grande destacamento da polícia, do exército e de outros grupos de inteligência, concentrados em bases e outras infraestruturas militares nas capitais municipais e nos centros populacionais das aldeias. A ação ativa da Procuradoria Geral da República na acusação de líderes sociais também é reconhecida, assim como a impunidade predominante para crimes associados ao conflito armado.

Esta pesquisa se concentrará em dois casos, o primeiro sobre o TECAM do *Piemonte Araucano*, declarado em 16 de novembro de 2017 em dez aldeias do município de Fortul: el Progreso, Tierra Seca, Pie de Cerro, El Refugio, San Pedro, Alto Banadía, Alto Quiripal, Buenos Aires, el Nevado, San José Obrero; e o TECAM *Laguna del Lipa, Soberanía y Resistencia Popular*, declarado em 07 de outubro de 2018 em cinco povoados do município de Arauquita: El Vivero, Sabana Grande, Corralito, Líbano e La Osa.

Os dois territórios têm em comum o fato de não terem títulos legais que credenciem a propriedade e o uso da terra, uma situação agravada pela posse irregular de uma vereda que aparece legalmente em nome da família proprietária de terras em Fortul e o conflito sobre as mesmas terras reservadas para o consórcio petrolífero em Arauquita. Além disso, historicamente na região, a extração de hidrocarbonetos foi promovida em detrimento da produção de alimentos; portanto, a grande maioria de Sarare está sob concessão para exploração e extração de hidrocarbonetos (Mapa 1), o que justificou a forte militarização dos territórios pelo Estado e por grupos armados ilegais.

Fortul está muito próxima (cerca de 40 km) de um título de exploração de petróleo que pertence ao contrato Capachos, mas também o território está nos títulos de exploração Llano51 e Catleya, que podem ser localizados no mapa anterior.



Mapa 2. Territórios camponeses agroalimentares de Sarare Fonte: SIGPE Institutos de Estudos Interculturais'.

O conflito é entre as comunidades camponesas, as empresas petrolíferas, as instituições estatais competentes, como a Agência Nacional de Terras (ANT), a Agência Nacional de Hidrocarbonetos (ANH), a Corporinoquia, a Procuradoria Geral da República e as forças de segurança. Os camponeses não receberam respostas favoráveis do Estado em relação à titulação de suas terras para a produção de alimentos (e proteção ambiental), porque, apesar de a legislação nacional reconhecer o campesinato como sujeito de direitos com proteção especial, a criação de políticas públicas para a proteção e a dignidade dessa população ainda está pendente.

Além disso, "o setor de hidrocarbonetos é declarado de utilidade pública nos campos de exploração, produção, transporte, refino e distribuição" (art. 1º da Lei 1274/2009) e tem mais investimento e desenvolvimento do que a produção agrícola de alimentos.

Além disso, a regulamentação da jurisdição agrária ainda está pendente no país, de modo que os casos ainda são julgados por juízes civis e administrativos que

geralmente não aplicam os princípios ou instituições do direito agrário que favorecem as comunidades rurais vulneráveis e a proteção da produção agrícola.

Como resultado do acima exposto, os processos administrativos de acesso à terra não responderam às solicitações das TECAM Fortul e Arauquita, ao mesmo tempo em que a autoridade ambiental, Corporinoquia, sancionou os camponeses da TECAM Arauquita por tentarem adaptar a terra para o cultivo.

Sem mencionar que, durante o período em que os camponeses retomaram as terras da fazenda Los Chorros no caso de Fortul e do Complexo Petrolífero em Arauquita, os camponeses foram atacados fisicamente pelo DAS rural no primeiro caso e pelos Esquadrões Móveis Antidistúrbios (ESMAD), pelo Exército e pela Polícia Nacional, colocando em risco a vida das comunidades.

É necessário especificar que, na legislação estatal colombiana, os assuntos agrários e ambientais são resolvidos por meio de processos administrativos perante a autoridade competente, neste caso a ANT e a Corporinoquia, que não ofereceram nenhuma garantia para a permanência do campesinato nos territórios, com uma atitude de omissão perante as leis de reforma agrária e de acesso à terra. Por sua vez, a ação judicial tramita perante a jurisdição civil quando a disputa é entre particulares e perante a jurisdição contencioso-administrativa, somente quando na etapa administrativa tenha sido interposto recurso contra a resolução resultante do procedimento único, no atual esquema da Reforma Rural Integral (art. 72 D. 902/2017). (Explico que essas opções não existem).

As ações constitucionais também são aplicáveis quando há uma situação que viola os direitos fundamentais indicados na Constituição Nacional, mas essas ações são apenas de natureza excepcional. Por fim, a justiça transicional de restituição de terras só funciona nos casos em que há vítimas do conflito por crimes de desapropriação e abandono forçado de terras (art. 75 da L. 1448/2011).

Nesse último caso, deve-se observar que o departamento de Arauca não possui um escritório da Unidade de Restituição de Terras, e a unidade e os tribunais designados estão localizados na cidade de Cúcuta, departamento de Norte de Santander. Para todos esses procedimentos, a Promotoria Agrária e Ambiental, delegada pelo Ministério

Público, atua como garantidora constitucional, no entanto, atua como órgão de controle e não como executora da lei.

Com base no exposto, pode-se concluir que o Estado tem uma burocracia grande e dispersa em várias entidades e procedimentos, incapaz de fornecer uma solução eficaz para as questões agrárias e ambientais para as comunidades camponesas dos TECAM, reproduzindo o vácuo da autoridade estatal em termos de acesso à justiça e resolução de conflitos.

Todas as outras ações do Estado para cercar, reduzir, perseguir e expulsar a população camponesa das zonas de influência do petróleo, que veremos na terceira seção deste documento, foram legais e sua validade foi sustentada pelas normas produzidas por todas as autoridades do Estado que agiram à disposição das multinacionais do petróleo e em favor da família da fazenda. Em outras palavras, a lei estadual preserva e reproduz circunstâncias espacialmente injustas para os camponeses de Sarare.

3.2 Pluralismo jurídico

O primeiro livro analisado foi *Justicias Bastardas. Estudio sobre la administración de justicia por las FARC-EP en el suroriente colombiano*, escrito por Juan Sebastián Urdaneta (2018), que defende a ideia de que a lei e, em particular, a administração da justiça não são exclusivas do Estado, tanto que reconhece um provedor de justiça nas Fuerzas Armadas Revolucionarias Colombianas (FARC), um grupo guerrilheiro que pegou em armas em oposição ao Estado colombiano desde 1964 e assinou os Acordos de Paz com o governo em 2016. Foi isso que Urdaneta descobriu quando realizou um trabalho de campo no início de 2016, nos municípios de Puerto Lleras e Mesetas - Meta, El Retorno e San José del Guaviare - Guaviare, onde realizou 12 entrevistas e conversou com comandantes de nível médio desse grupo guerrilheiro.

Urdaneta segue o trabalho de Boaventura de Sousa Santos sobre o pluralismo jurídico com o objetivo de identificar a justiça guerrilheira ou "justiça bastarda", por meio das categorias propostas por Santos: "retórica" no discurso punitivo, "burocracia" nos procedimentos e espaços organizacionais e "coerção" nas punições e execuções realizadas por essas guerrilhas, um exercício no qual se reconhece que as ações das FARC, classificadas nessas três categorias, são atos legais.

Essas observações são enquadradas pela ideia de que a lei e a administração da justiça estatal são insignificantes na vida cotidiana das populações camponesas visitadas (Urdaneta 2018, p.217), com base na "presença diferenciada do Estado". Seguindo Fernán González sobre a composição de centros-periferias no território colombiano, Urdaneta concebe o campo colombiano como majoritariamente periférico e, devido a essa condição, tem sido um espaço conquistado por estruturas de poder diferentes do Estado, como é o caso das FARC em seu papel de administradora da justiça, bem como criadora e garantidora de suas próprias normas legais.

Esse livro foi um bom começo para a pesquisa porque, além do exposto, utiliza uma metodologia de trabalho de campo para realizar uma pesquisa de natureza jurídica em uma região da Colômbia marcada pelo conflito armado. Em termos de referências teóricas, esse livro também foi um avanço para a leitura dos principais autores que discutiram o pluralismo jurídico, pois Urdaneta apresenta uma revisão de vários desses textos.

Foram selecionados três outros textos que apresentam a evolução da discussão sobre o pluralismo jurídico sob a perspectiva do direito: o livro *Ley y Derecho vivo: método jurídico y sociología del derecho en Eugen Ehrlich* de Gregorio Robles Mochón (2002); o famoso artigo de John Griffiths (1986) *What is legal pluralism?* e o texto de Baudouin Dupret (2005) *What is plural in the law? Uma resposta praxiológica*. Assim, por exemplo, ao ler Griffiths e Dupret, fica claro que o pluralismo jurídico (inglês) ou pluralismo legal (espanhol e português) é um fato ou fenômeno observável na relação entre a sociedade e o direito, portanto, não é uma teoria ou doutrina jurídica, mas um fato verificável.

Griffiths, em "What is legal pluralism?" (O que é pluralismo jurídico?), mostra que a lei estatal ou a lei centralista jurídica é uma ideologia, ou seja, a crença de que o Estado é o único criador da lei e fornece toda a validade e legitimidade é uma decisão moral e política do pesquisador que a apresenta como tal.

Seguindo Griffiths, faz-se uma distinção entre um sentido forte e um sentido fraco do fenômeno: o sentido fraco seria o pluralismo que é reconhecido a partir do direito estatal ou do direito centralista jurídico, uma visão interna do direito, uma interpretação a partir da doutrina e da teoria jurídica, ou seja, a partir do que deveria ser. Em contraste, o sentido forte é a proposta com pretensões científicas de definir o pluralismo jurídico descritivamente como um produto da observação de grupos sociais. Nesse desenvolvimento, o próprio Griffiths critica aqueles que propõem uma unificação inevitável do direito não-estatal por meio do reconhecimento e da integração ao sistema jurídico do Estado, ou seja, afirmam conduzir, em uma atitude não científica, à eliminação da pluralidade jurídica.

"A literatura do e sobre o pluralismo jurídico, no sentido fraco, associado principalmente às sociedades coloniais e pós-coloniais, é quase toda escrita sob o signo da unificação: a unificação é inevitável, necessária, normal, moderna e boa. (1986, p.8)". Griffiths destaca a contribuição de Ehrlich, que formulou o conceito de lei viva, como uma reação crítica à ideologia jurídica centralista ou ao positivismo jurídico. ¹⁹Ehrlich

¹⁹ "É no contexto dessa reação do pensamento tradicional dos juristas contra os ataques da sociologia que se deve interpretar o duro apelo de Hans Kelsen, dois anos após a publicação do *Grundlegung*, que apareceu em uma longa resenha intitulada *Eine Grundlegung der Rechtssoziologie* em 1915. Em 1915, foi publicada uma longa resenha desse autor intitulada *Eine Grundlegung der Rechtssoziologie*, na qual ele atacou as teses básicas de Ehrlich com grande agudeza, ironia e até sarcasmo. Este último

apontou que "a humanidade tem uma compulsão com o sistema jurídico", uma declaração que ele fez como crítica e expressão de sua oposição aberta à teoria pura do direito de Hans Kelsen, um dos mais renomados juristas do Ocidente e com quem travou debates acalorados em uma revista da época. A categoria de direito vivo lançou as bases da sociologia do direito alemão: foi conceituada com base em observações feitas nas comunidades camponesas da Bucovina do início do século XX, então no Império Austro-Húngaro e atualmente na República da Ucrânia. ²⁰Ehrlich observou que a lei nessas comunidades agrícolas não correspondia à do império e expressou uma preocupação que ainda é válida hoje: as comunidades agrícolas geralmente estão sob a sombra de uma ordem jurídica superior que não tem efeito real sobre a própria comunidade. Ao desenvolver essa abordagem, Ehrlich identificou elementos que não eram essenciais para a definição de lei: que ela seja criada pelo Estado, que forme a base de decisões judiciais ou a base de uma obrigação legal resultante de uma sentença. Ele também fala de "regras de conduta" e "regras de decisão" e, de acordo com a interpretação de Griffiths, a concepção científica do direito estuda as primeiras e a ciência jurídica prática tende a estudar as segundas como se fossem as primeiras.

No livro "Derecho vivo y ley", Robles traduziu a maioria dos textos de Ehrlich do alemão para o espanhol. Lá, afirma-se que "a única maneira de determinar o que é lei em uma determinada sociedade, do ponto de vista sociológico, é descobrir quais normas o grupo social considera legais e quais não são" (2002, p.53). Assim, Ehrlich usa três categorias para classificar os elementos jurídicos: "fatos do direito" como práticas sociais em relação às normas, "normas organizacionais" que estabelecem a estrutura organizacional do grupo e "normas de decisão" que, por si só, não têm poder para criar uma organização e sua função é proporcionar a resolução de conflitos.

respondeu na mesma resenha com sua Entgegnung ('Resposta'), que foi seguida pela Replik de Kelsen, e depois a Replik de Ehrlich, e finalmente a Schlusswort ('Conclusão'), assinada por Kelsen" (Robles, 2002, p. 95) (Robles, 2002, p. 95).).

²⁰ "Com relação ao direito da Bucovina, Ehrlich descreveu a situação da seguinte forma: "No ducado da Bucovina vivem atualmente (...) nove grupos étnicos: armênios, alemães, judeus, romenos, russos, rutenos, eslovacos, húngaros e ciganos. Um jurista da tendência tradicional afirmaria, sem dúvida, que todos esses povos têm apenas uma lei e, em particular, sempre a mesma, a lei austríaca, que se aplica a toda a Áustria. Entretanto, uma rápida olhada poderia convencê-lo de que diferentes regras jurídicas são observadas nas diferentes relações jurídicas de cada um desses grupos étnicos. O princípio original da personalidade da lei ainda é válido na realidade e só há muito tempo foi substituído no papel pelo princípio da territorialidade"" EHRlich, (Das lebende Recht der Vo lker der Bukowina) (1912), (Robles, 2002. p.18).

Este livro não concorda com a interpretação que Griffiths faz de Ehrlich - embora se observe que isso pode ser devido à tradução - porque a categoria "regras de conduta" que Griffiths cita não é usada no direito vivo, uma vez que a conduta dos indivíduos em um grupo social está presente em todas as categorias que Ehrlich usa (fatos do direito/regras de organização/regras de decisão), por exemplo:

A regra de decisão é uma regra social. Como tal, é uma regra de conduta ou ação. Mas, em contraste com as regras de ação típicas, a regra de decisão tem a peculiaridade de ser dirigida apenas aos juízes. A regra de decisão é, portanto, um tipo especial de norma jurídica, diferente das normas que são regras gerais de ação (2002, p. 54).

Entretanto, a principal deficiência da teoria do direito vivo é que ela não consegue criar um parâmetro único e inequívoco para distinguir normas puramente sociais de normas legais e, em vez disso, Ehrlich recorre à análise dos comportamentos psicológicos dos indivíduos para tentar identificar o que é legal.

Em contraste, Dupret afirma que o reconhecimento de uma autoridade produtora de leis, seja ela estatal ou não estatal, é igualmente uma decisão ideológica, como na suposição de que a lei indígena é "mais verdadeira" do que a lei estatal, sobre a qual Dupret observa: "a chamada lei indígena ou nativa muitas vezes nunca existiu, exceto nas cabeças desses acadêmicos [pluralistas jurídicos], e ainda assim constitui o critério para avaliar a extensão da 'aculturação' jurídica" (2005, p. 10, tradução nossa).

Continuando com Dupret em "What is plural in the law? A praxiological answer", ele revisou as diferentes propostas de pluralismo jurídico, concordando com Brian Tamanaha que "afirmar que a pluralidade existe no direito nos deixa com uma pluralidade de pluralismos jurídicos" (2005, p.8), frase que evidencia as muitas definições e abordagens que esse fenômeno teve na literatura jurídica. Continuando com essa ideia, Dupret aponta que os autores que o precederam têm problemas para definir o pluralismo jurídico, além de atribuir a ele um caráter funcional que não necessariamente possui, e tendem a ser essencialistas, culturalistas e holísticos. Suas críticas aos pluralistas jurídicos podem ser resumidas da seguinte forma:

a) Critica o fato de proporem uma definição descritiva, embora utilizem o vocabulário jurídico para definir a normatividade em geral, usando, por exemplo, "lei" para todos os

tipos de normatividade. b) Salienta que o pluralismo jurídico é ideológico, pois ignora o fato de que não há possibilidade de reconhecer qualquer normatividade como lei sem uma autoridade, argumentar contra uma lei estatal significa argumentar a favor de qualquer outra autoridade. c) O direito não tem a função única ou primária de ordenar uma sociedade, inclusive se reconhece que não se torna funcional, e d) O pluralismo jurídico promove - com boas intenções - o "direito indígena", o "direito tradicional", o "direito da mãe terra" ou outras denominações, que levam a supor que existe algo como um direito verdadeiro que é produto de uma sociedade supostamente autêntica.

Dupret se baseia nas contribuições do realismo jurídico, citando Tamanaha, e sugere que não se defina o direito como um instrumento analítico, mas que se volte para as práticas sociais, onde é necessário observar e compreender os critérios dos participantes que definem o que é o direito ou a lei para si mesmos. Ele conclui que pesquisar sobre o pluralismo jurídico é observar e descrever como pessoas reais em ambientes reais se orientam para a produção de um fenômeno que chamam de lei. Portanto, a teoria do pluralismo jurídico tem pouca capacidade heurística para explicar o direito, de acordo com esse autor (2005, p.15).

Ressalto que o artigo de Griffiths deixa claro o estado da arte do pluralismo jurídico até a data de sua redação, observação que também se aplica a Dupret, com a vantagem de que este último é contemporâneo e suas reflexões são produto de um tempo mais recente. Ambos expõem os principais enfoques do pluralismo jurídico ou legal: em Griffiths, destacam-se o trabalho de Popsipil com a teoria ou "níveis legais", o trabalho de Ehrlich discutido acima e Sally Falk Moore com a concepção do campo social semi-autônomo. Dupret, por outro lado, percorre as ideias de alguns autores que apresentam as discussões entre direito e direito social, tais como: Mauss, Leopold Popsipil, George Gurvitch, bem como outros pensadores que ele classificou como o "novo pluralismo jurídico": Sally Engle Merry, Sally Falk Moore e o próprio J. Griffiths com uma perspectiva radical. Conforme discutido, a visão de Dupret sobre a praxeologia é complementada pelo realismo de Brian Tamanaha, embora ele a critique no seguinte sentido:

A primeira questão diz respeito à identidade das pessoas cujas práticas qualificam um fenômeno como lei. Embora a teoria realista responda que se trata de qualquer grupo social, a abordagem praxeológica prefere dizer que não existe tal questão, a menos ou

até que as pessoas questionem a autoridade de alguém ou algo que tenha a identidade de um fenômeno como lei. A questão só surge a partir de especificações práticas, locais e circunstanciais, que até então são apenas uma questão filosófica e política, não uma questão prática ou sociológica. (Tradução livre, Dupret, 2005. p.14)

Ele também citou o programa pluralista de língua francesa com Jacques Vanderlinder, André Jean-Arnaud e Evelyne Serverin. Esse último afirmou, com relação ao pluralismo jurídico, que: "em vez de ver nessas práticas o triste efeito da ineficácia da lei, ela deve ser lida como a manifestação positiva de sua conformidade com outras ordens jurídicas", uma declaração inteligente que chama a atenção para os limites da lei estatal em espaços nos quais a lei nem sempre está em conformidade com outras ordens jurídicas. Trata-se de uma afirmação inteligente que chama a atenção para os limites do direito estatal em espaços em que outras formas de direito estão em ação, limites que não podem ser traçados sob o olhar estreito da eficácia ou ineficácia da norma. Outro grupo de autores citados por Dupret os reúne sob o título de "policêntricos jurídicos", como Armando Guevara-Gil, Joseph Thorne e Boaventura de Sousa Santos (1989), cuja opinião sobre o conceito de pluralismo é citada no trecho a seguir:

O pluralismo jurídico é o conceito-chave em uma visão pós-moderna do direito. Não o pluralismo jurídico da antropologia jurídica tradicional, na qual diferentes ordens jurídicas são concebidas como entidades separadas que coexistem no mesmo espaço político, mas sim a concepção de diferentes espaços jurídicos que se sobrepõem, se interpenetram e se misturam em nossas mentes, bem como em nossas ações jurídicas. (Tradução livre, Dupret, 2005. p.6)

Dupret conclui sua análise com alguns trechos de Teubner e Luhman, afirmando que a autopoiese é uma teoria da pluralidade jurídica, e também com a proposta de "contra-reivindicação contra-hegemônica" de Massaji Chiba, que distingue entre direito oficial e não oficial, direito indígena e direito transplantado. A abordagem de Dupret a essas teorias, entretanto, é muito limitada. Essa tarefa também não faz parte deste caminho analítico e, portanto, fica aberto o convite para que os leitores pesquisem os nomes citados e se aprofundem em seu pensamento.

Com base no exposto, conclui-se que o pluralismo jurídico fertiliza uma discussão não resolvida no direito, na sociologia e na antropologia jurídica.

Na conclusão dessa análise, é possível decidir se o pluralismo jurídico é uma ferramenta teórica útil para a compreensão dos problemas jurídicos descritos nos territórios camponeses de Arauquita e Fortul. De acordo com Dupret, evita-se discutir o pluralismo jurídico afirmando que pesquisar o pluralismo jurídico ou os fenômenos plurais no direito contribui muito pouco para o próprio direito, pois não é necessário realizar pesquisas para saber que existem fenômenos jurídicos plurais em uma determinada comunidade. O reconhecimento dessa pluralidade perante o Estado ou outra autoridade dependerá da decisão política dos membros da comunidade, uma decisão que está fora do escopo de ação do pesquisador que, pelo menos nesse papel, não é chamado a decidir qual autoridade ou lei é a melhor opção para a comunidade.

Consequentemente, coincide com as abordagens de Ehrlich, Griffiths, Dupret e os autores em que se basearam. No entanto, o escopo teórico desta pesquisa relaciona a análise do pluralismo jurídico em sua localização ou reflexo no território, a fim de concentrar a reflexão nos problemas das comunidades camponesas de Sarare, cuja existência no território está ameaçada.

Limitar a pesquisa ao pluralismo jurídico seria descrever como as comunidades camponesas nos TECAM do Sarare identificam a existência de sua própria lei e buscam seu reconhecimento em face da lei estatal e da lei da guerrilha. Aqui se confirma a afirmação de Dupret, pois, sem realizar o trabalho de pesquisa, podemos antecipar que o fenômeno jurídico no Sarare é plural, e informar a comunidade e a academia jurídica sobre isso não gerará uma mudança significativa nos conflitos que as comunidades enfrentam. Seria um exercício exótico para estudos teóricos em direito, mas vazio em termos de transformação social do direito.

Essa abordagem não revela a dimensão do poder que controla o sistema jurídico que prevalece e que atende aos interesses econômicos em detrimento das normas com maior legitimidade entre a comunidade; aqui a luta não é entre quais normas de diferentes sistemas jurídicos são harmonizadas, mas como os poderes em disputa permitem uma articulação democrática da comunidade rural com o Estado, sem aprofundar a violação dos vulneráveis ou deixar impunes aqueles que conseguiram aumentar sua riqueza explorando a comunidade e alimentando o conflito armado com grupos de autodefesa ou extorsão das forças do Estado.

3.3 Geografia e legislação

A base teórica da pesquisa combina as reflexões do pluralismo jurídico aplicadas ao modelo multicultural colombiano de direitos, para propor uma nova perspectiva frutífera para a compreensão do fato de que a lei estatal preserva e reproduz ações injustas que são evidentes na apropriação do território pelo capital estrangeiro e na consequente expulsão e invisibilização do campesinato no Sarare.

Nessa busca, chegamos a postulados interdisciplinares da mão da geografia, com a noção de "espaço", um termo usado repetidamente neste documento. Essa categoria é explorada por Alain Lipiezt em *O capital e seu espaço*, quando ele cita Vidal de la Blanché com o conceito de "personalidade da região", que ele entende dizendo "(...) essas personalidades são dados da natureza e da região".) essas personalidades são dados da natureza e da história e não uma construção do geógrafo, resultado de seu próprio raciocínio", (coincide com a referência de Currea-Lugo a Sarare), a Bachelard com sua crítica à nova geografia quantitativa, que afirma que "é necessário refletir para medir e não medir para refletir", e também cita os economistas com suas concepções de espaço discreto e espaço euclidiano, para concluir que, a partir dos postulados citados, "o que não está em questão é a percepção imediata de um espaço ocupável ou ocupado".

Na visão de Lipiezt, o "espaço" é, portanto, a observação material das relações sociais, ou seja, toda relação social existe em um espaço determinado ou determinável e em um tempo determinado ou determinável. Nessa dimensão material das relações sociais, identificam-se as instâncias econômicas, político-jurídicas e ideológicas, e é assim que o "espaço jurídico" também é definido em sobreposição a uma divisão econômica e social do espaço e é apresentado como "um cadastro que delimita o direito de uso e abuso para pessoas privadas". O autor também adverte que o "espaço jurídico" é necessariamente herdado do passado da formação social e, portanto, pode ser apresentado como um obstáculo à expansão do capitalismo (1983, p.26).

A outra noção-chave é a de "justiça", sobre a qual deve ser esclarecido que a definição desse termo não corresponde à virtude grega nem ao conceito de "acesso à justiça", que se refere ao serviço de administração da justiça realizado pelo poder judiciário do Estado, uma concepção inadequada para nossa análise. Tampouco nos referimos à

"justiça comunitária", que é um fenômeno reduzido a espaços locais e tem pouca capacidade de transformar as condições injustas da comunidade, pois é incapaz de resolver conflitos na presença de outra autoridade armada, como o Estado ou a guerrilha. Nesse sentido, o artigo "Justiça comunitária em contextos violentos e antidemocráticos?", de Rodrigo Uprimny, destaca as competências reduzidas da "justiça comunitária" ao afirmar que "em sociedades com fortes desigualdades sociais, a justiça comunitária tende a acentuar e reproduzir relações de dominação e exploração" (2001, p.312) e conclui que a sobrevivência dessa justiça pouco avançará enquanto persistir o conflito armado.

Em *Justicia comunitaria en zonas campesinas: los casos de los municipios de Caparrapi y Arcaya en Cundinamarca*, um artigo de Consuelo Acevedo, Olga Lucía Pérez e William Tolosa, eles caracterizam os municípios em relação à ausência do Estado e à marginalidade das comunidades camponesas, citando as experiências das colônias agrícolas em Caparrapi e o comitê esportivo da aldeia Arcángel em Arcaya. Eles também identificam a justiça insurgente, popular e comunitária. A justiça comunitária ou "justiça daqui" não significa, nas palavras dos autores, a negação de outras formas de justiça, mas sim a evidência da "conjugação de mecanismos costumeiros de justiça comum adaptados a cada situação com a justiça dos 'muchachos' [os guerrilheiros]" (2001, p.385). Em resumo, a "justiça comunitária" é marginal e não consegue levar a discussão para além de seus limites.

3.3.1 Justiça espacial

A compreensão dessa perspectiva foi orientada pela revista *Justice Spatiale|Spatial Justice*²¹, que tem um repertório de artigos dos quais foi selecionado um estudo de caso análogo à questão de Sarare, intitulado *When injustice is spatial. Pastoral nomadism and the territorial imperative in the Saara region of Niger*, de Laurent Gagnol e Abdoukader Afane (2010), que identifica que os pastores nômades na região de Saara, no Níger, sofrem uma dupla injustiça espacial, pois estão

²¹ O site da revista afirma: "A revista *Justice Spatiale / Spatial Justice* pretende ser um local privilegiado para debates internacionais sobre justiça espacial a partir de uma perspectiva multidisciplinar. Está aberta a todos os cientistas sociais que desejem participar: tanto suas abordagens teóricas quanto seus estudos de caso se enriquecem mutuamente e ajudam a garantir que as ciências sociais sejam mais reconhecidas como fundamentadas na razão e, portanto, úteis na cidade" Revisão: 06 de setembro de 2020. Em: <https://www.jssj.org/qui-sommes-nous/>

confinados em áreas chamadas de "território pastoral doméstico", que supostamente foram criadas pelo Estado para proteger os nômades, E porque a pastorícia não é considerada uma forma de apropriação territorial ou de agregação de valor, eles não têm direito à indenização prevista em lei, como fazem os agricultores" (tradução livre, 2010). Para a multinacional chinesa produtora de urânio Areva, o conflito sobre o espaço simplesmente não existe (as mesmas declarações foram feitas pela OXY em Sarare).

O problema do uso do solo já foi resolvido para a Areva. De acordo com o portavoz da Areva, os nômades da região não possuem nenhuma propriedade fundiária, mas compartilham - ou melhor, "defendem" - simples massas limitadas apenas às margens dos corais (wadis); portanto, não houve nenhuma desapropriação, nem qualquer "inconveniente", nem mesmo qualquer "risco" de inconveniência para os nômades (Traducción libre, 2010).

O objetivo é identificar as injustiças espaciais impostas pelo Estado e pela família multinacional ou proprietária de terras por meio da lei. Dessa forma, descreveremos como os camponeses de Sarare, que não têm direitos de propriedade ou uso sobre suas terras, apesar de não serem uma população nômade, como no caso do Níger, foram cercados e expulsos.

Também da mesma revista, *Spatial Justice Practice in Crisis (Prática de justiça espacial em crise)*, de Lisa Bawley, enfatiza que "a justiça (como a democracia) é uma prática, não uma "coisa", e também para nomear os desafios a essa prática pelo fechamento radical das instituições da democracia liberal que está sendo realizado pela combinação eficaz do neoliberalismo e do neoconservadorismo" (tradução livre, 2009), uma afirmação referente à crise financeira de 2008 nos Estados Unidos. Com essa citação, enfatizamos que a justiça como um efeito das relações sociais é uma prática que também é registrada em um espaço.

Continuando com o escopo da justiça espacial, nos baseamos nos postulados de Iris Marion Young, analisados em *Forever Young: Situated Leituras* de Frédéric Dufaux, Philippe Gervais-Lambony, Claire Hankock (2018), para construir a conceituação da injustiça estrutural como um fenômeno que não pode ser racionalizado apenas com base em indivíduos e transações com valor econômico, no estilo de John Rawls, no caminho para fortalecer a abordagem de uma teoria política que entende as injustiças

sofridas por populações como as de Sarare com as nuances e as vidas em jogo. A extensão desse desenvolvimento é relevante para pesquisas futuras, pois está além do escopo deste artigo. Para Young, a injustiça é dominação porque impede que determinados grupos escolham ou tenham acesso aos meios para escolher. Por exemplo, na projeção da ANH, os camponeses de Fortul são excluídos do processo de tomada de decisão sobre a exploração e a provável exploração de petróleo no TECAM.

Para concluir a revisão teórica, buscamos um autor que comenta a partir da geografia brasileira, Wagner Costa Ribeiro, com o artigo *Justiça espacial e justiça socioambiental: uma primeira aproximação*, que faz uma revisão dos principais autores que desenvolveram a noção de 'justiça espacial', como David Harvey (1980), Milton Santos (1987), Bret (2009) e Landy e Moreau (2015), para concluir que "o espaço é condição de justiça" (p.154). Na última parte do artigo, ele explica que a "justiça socioambiental" surge no Brasil por meio da articulação entre movimentos sociais e ambientalistas no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992), porém, para os fins deste trabalho, a categoria que será utilizada sem maiores delongas é a "justiça espacial".

Considerações finais

Os quatro TECAM localizados em Arauca testemunharam mudanças territoriais ao longo do tempo. Desde a colonização, os habitantes rurais têm demonstrado sua adaptação aos ciclos naturais e às condições adversas que surgiram como resultado de conflitos socioambientais e políticos. Os colonos trazem consigo todo o seu patrimônio camponês, um produto da memória biocultural de suas regiões de origem, mas muitas vezes foi a intervenção do Estado que limitou sua capacidade de desenvolver seu modo de vida nessa região. Quando os colonos chegam a terras estrangeiras, eles têm seus próprios conceitos sobre o que é desenvolvimento, mas muitas vezes as condições não são ideais para consolidá-los: poucas oportunidades, falta de acesso a recursos, abandono e hostilidade do Estado são fatores que os forçam a permanecer como pessoas sem terra, que não pertencem ao território e dificilmente são reconhecidas pelo Estado. No entanto, na região de Sarare, muitos colonos foram projetados para ter o direito à terra, eles se estabelecem e permanecem, mas a ausência de títulos legais e a falta de apoio à produção agrícola, distribuição e comercialização os obriga a se organizar e lutar pelo seu reconhecimento como camponeses.

Nesse sentido, o campesinato constrói uma identidade determinada pelas mudanças na ocupação do território. Em busca de oportunidades e em resposta às condições adversas em que se encontram, flexibilizam suas economias e, apesar de possuírem terra, optam por se tornarem diaristas, dada a possibilidade de encontrar trabalho que atenda às suas necessidades no curto prazo, sem ter de abrir a mata, sem esperar pelas condições ideais para a colheita e com a incerteza da abertura de um mercado naquele momento. Entretanto, essa fonte de renda não é permanente, uma vez que a própria concentração de terras gera conflitos políticos que provocam a migração dos diaristas, que são forçados a deixar tanto seus empregos nas fazendas quanto seus lotes de terra.

O deslocamento e a desapropriação significam que eles deixam de ser diaristas e, por meio da retomada de suas terras, voltam a ser camponeses que materializam seus projetos produtivos e de vida. Nessa nova condição, eles exigem garantias mínimas de

subsistência que, como aconteceu no passado com os pequenos proprietários de terras, foram ignoradas.

No início, os camponeses da região protestavam, mas, na ausência de uma política de Estado que realmente os incluísse e beneficiasse, começaram a estabelecer um projeto político que, baseado na legalidade, está comprometido com a construção social de seu plano de vida e com a autogestão para a organização do território. A região de Sarare é uma região camponesa graças à organização social que foi liderada pelos próprios camponeses. Os títulos legais não são indispensáveis quando é possível garantir sua permanência e seus modos de vida locais, de forma ampla e vinculante, mas também pensando em melhorar as condições, ajustando-se à dinâmica mutável do contexto.

Na segunda parte desta pesquisa, foram apresentados dois casos jurídicos, ambos ainda em uso atualmente em Fortul e Arauquita, onde o TECAM é um instrumento de atividade e organização camponesa que permite caracterizar os conflitos das comunidades que os habitam, figura que é analisada à luz dos aspectos do pluralismo jurídico para advertir que toda criação jurídica fora da validade e legitimidade do Estado obedece necessariamente a outra autoridade que exerce a força simbólica ou material de coerção da norma.

No caso dessas comunidades, as autoridades alternativas ao Estado são os grupos guerrilheiros que não conseguem subordinar o poder das organizações sociais e camponesas, principalmente porque não têm afinidade metodológica, apesar das coincidências ideológicas, uma característica que não é sutil, já que a não-violência e a proteção da vida como mandato da organização social no território alcançam uma distinção importante para a resolução do conflito armado e social, gerando que, em contextos de violência, as ações políticas da organização social são ofuscadas e invisíveis diante das ações armadas da insurgência. A relação entre a organização social e as insurgências não é pacífica, como observaram os camponeses, elas não são a mesma coisa.

Com base nas informações coletadas, fica claro que a ATT é uma figura que surge fora da lei estadual, mas seu objetivo é resolver conflitos dentro desses territórios, conflitos

que surgem do relacionamento com o Estado. É nesse ponto que insistir em uma autoridade alternativa parece infrutífero, especialmente se a ideia for conceder direitos de propriedade sobre a terra e o território aos camponeses; o reconhecimento de direitos sobre a terra e o território passa pela relação com o Estado nacional que regula a propriedade das terras rurais, Portanto, esses conflitos são necessariamente encerrados com o consentimento e a concordância do Estado colombiano, o que significa que o Estado não continua a excluir essas comunidades ao privilegiar os direitos dos atores econômicos que concentram o maior poder nos territórios, uma posição que o Estado manteve em ambos os casos.

Essas comunidades, por estarem imersas em um conflito armado, são extremamente vulneráveis porque o Estado não resolve os conflitos territoriais e, ao contrário, marginaliza essas comunidades, enquanto a insurgência as mantém em um estado de ansiedade e reprodução da violência, sem garantia de um rumo diferente no conflito (talvez não seja possível dividir um do outro). A vulnerabilidade permanece porque os fins dos lados do conflito parecem ignorar a vulnerabilidade das comunidades camponesas, como evidenciado pela documentação dos dois casos, em que a ameaça à vida e à permanência em condições dignas tem sido uma constante nesses territórios.

O pluralismo jurídico não oferece uma opção de solução se for entendido como o fenômeno plural de a lei ser capaz de oferecer uma solução por si só, aqui vemos que a contribuição do pluralismo jurídico nos conflitos territoriais está na capacidade de diálogo com o Estado nacional para que as comunidades camponesas possam obter o reconhecimento de seus direitos, Em outras palavras, o fenômeno plural talvez seja um estágio de transição em conflitos sociais e políticos, mas, pelo menos nesses casos, não é um fim em si mesmo, porque as comunidades sem direitos garantidos sobre seu território não estão interessadas em saber se estão ou não fora da autoridade do Estado. Em vez de acreditar que uma solução será encontrada sob a autoridade do Estado, trata-se mais de buscar maneiras pelas quais a violência não seja a forma de legitimar as normas legais, e essa resposta não parece ser encontrada do lado da insurgência ou da presença militar do Estado, mas sim nas formas democráticas que o Estado e especialmente a sociedade civil, liderada por organizações sociais, contraditoriamente oferecem.

Insistir na pluralidade do fenômeno do direito é negar o ponto central da análise, que são os obstáculos que impedem a comunidade de reconhecer e lutar por seus direitos dentro do Estado.

*Ilustração de touro e bezerro. Tame,
Arauca.
Johanna Moreno (2020)*



Referências bibliográficas

Academia de História de Arauca. 2001. Las familias raizales araucanas: crisis de identidad. 160 pp.

Acevedo, C., Pérez, O. L. e Tolosa, W. (2001) Justicia comunitaria en zonas campesinas: los casos de los municipios de Caparrapí y Arcaya en Cundinamarca. Em: Sousa Santos, Boaventura de; García Villegas, Mauricio. El caleidoscopio de las justicias en Colombia: Análisis socio jurídico. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2 v, 389-422 p.

Agencia Nacional de Hidrocarburos (data) Geovisor Agencia Nacional de Hidrocarburos. Disponível em: <<https://geovisor.anh.gov.co/tierras/>>.

Aguilera Peña. (2001) Justicia Guerrillera y población civil, 1964-1999. Em: Sousa Santos, Boaventura de; García Villegas, Mauricio. El caleidoscopio de las justicias en Colombia: Análisis socio jurídico. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2 v, 389-422 p.

Arango, Magdalena e Pablo Leyva. 2000. Diagnóstico ambiental y lineamientos para el uso sostenible del área Caño Limón Estero de Lipa. Bogotá: IDEAM.

Arquivo Geral da Nação (AGN). Bogotá, Seção: Ingresos documentales, Fundo: Ministerio de Gobierno/Despacho, caja 42, carpeta 1, folios 50 y 51. "Correspondencia enviada y recibida de Arauca 1970-1971". Em Plazas Díaz, Leidy Carolina. 2017. Los inicios del Frente Domingo Laín del ELN en Arauca, 1970-1978. Procesos Históricos 31: 4-16.

Associação Nacional de Camponeses José Antonio Galán Zorro (ASONALCA). 2020. La tierra es pa'l que la trabaja. Compilação de documentos da ANUC. Arauca.

Bawley, L. 2009. Spatial justice practice in crisis (Prática de justiça espacial em crise). Justice spatiale|spatial justice journal. Disponível em: <<https://www.jssj.org/>>

Beltran Cely, William Mauricio. 2011. "Impacto social de la expansión de los nuevos movimientos religiosos entre los indígenas colombianos". Revista Colombiana de Sociología 34 (2): 35-54.

Bolla, Luisina. 2018. "Materialist feminist cartographies: heterodox re-readings of Marxism" [Cartografías feministas materialistas: releituras heterodoxas do marxismo]. *Nomads* 48: 117-133. <http://dx.doi.org/10.30578/nomadas.n48a7>.

Bonilla-Castro, Elsy e Penélope Rodríguez-Sehk. 1997. Más allá del dilema de los métodos: La investigación en Ciencias Sociales. Bogotá: Ediciones Uniandes.

CARACOL NOTICIAS (fevereiro de 2019) Special report: The red triangle [Arquivo de vídeo]. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=KTNyTSSh5BY> >

Carrillo, Ana María. 2023. Cómo parimos este pueblo, memorias del Sarare Araucano. Bogotá: Animal Extinto Editorial.

Castro, María Raquel; Vega Vargas, Manuel; Guzmán Aponte, William. 2019. siempre estuvimos aquí, nosso território! Historia del Movimiento social en Arauca y el Centro Oriente de Colombia. Corporación Úrim Ubasha, 179 p.

Casas Mayolo, Abelmy. 2018. "Migraciones afrocolombianas hacia Arauca : (re)configuraciones de la identidad llanera y arraigos de la población afro en la capital araucana". Tese de graduação, Departamento de Antropologia, Universidad de Antioquia, Medellín.

Cely Muñoz, N. (2017) Hacia la construcción de una territorialidad campesina: La iniciativa del territorio campesino agroalimentario del norte de Nariño. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Económicas - Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales, 139 p.

Cely Muñoz, Nicolás. 2018. "La disputa por el territorio en el posconflicto rural en Colombia: el caso del Territorio Campesino Agroalimentario del norte de Nariño y el sur del Cauca." *Political Analysis* 31 (92): 52-68. <https://doi.org/10.15446/anpol.v31n92.71097>.

Cipagauta, Juan Carlos (2008). Destruição do ecossistema bioestratégico de Lipa. Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Alimentos - SINTRAINAL. Disponível em: <www.sinaltrainal.org.>

COORDENADOR NACIONAL DE AGRICULTURA. 2015. Territórios agroalimentares. Produção, natureza, política e cultura camponesa. Bogotá: Corporación para la Educación y el Desarrollo de la Investigación Popular, Instituto Nacional Sindical.

CORPORINOQUIA. 2011. Caracterização Ambiental do Setor de Hidrocarburos na Orinoquia, In: Corporinoquia (2013). Plan de Gestión Ambiental Regional 2013-2025, preparado por Corporinoquia. Disponível em: <
http://www.corporinoquia.gov.co/files/pgar/doc_final_%20PGAR_2013_2025.pdf>

CORPORINOQUIA. 2013. Plan de Gestión Ambiental Regional 2013-2025, preparado por Corporinoquia. Disponível em: <
http://www.corporinoquia.gov.co/files/pgar/doc_final_%20PGAR_2013_2025.pdf>

Costa Ribeiro, W. 2017. Justiça espacial e justiça socioambiental: uma primeira aproximação. Estudos Avançados 31 (89).

DANE. 2018. "Manual de conceptos, Censo Nacional de Población y Vivienda". Bogotá: Departamento Administrativo Nacional de Estadística, Colômbia. Acessado em 23 de janeiro de 2021. <https://www.dane.gov.co/files/censo2018/informacion-tecnica/cnpv-2018-glosario.pdf>.

DANE. 2020. "Caracterização da população camponesa na Colômbia: Encuesta de Cultura Política 2019". Bogotá: Departamento Administrativo Nacional de Estadística, Colômbia. Acessado em 25 de janeiro de 2021. https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/ecpolitica/pres_ECP_poblacioncampesina_19.pdf.

De Currea-Lugo, Víctor. 2016. Historias del Sarare, de cómo el occidente de Arauca se fue poblando hasta convertirse en un sueño colectivo. Bogotá: Ediciones Ántropos.

DeJusticia. 2018. "El campesinado sí cuenta para la Corte Suprema". Acessado em 26 de janeiro de 2021. <https://www.dejusticia.org/el-campesinado-si-cuenta-para-la-corte-suprema/>.

Duarte, C. (2015). Desencuentros territoriales: la emergencia de los conflictos interétnicos e interculturales en el departamento del Cauca. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e História.

Dufaux, F., Gervais-Lambony, P. And Hankock, C. (2018) Forever Young: leituras situadas. *Journal justice spatiale|spatial justice*. Disponível em: <<https://www.jssj.org/>>

Dupret, Baudouin (2005). O que é plural na lei? A praxiological answer, *Égypte/Monde arabe* [En ligne], Troisième série, Le shaykh et le procureur, mis en ligne le 08 juillet 2008, consulté le 30 avril 2019. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/ema/1869>>; DOI: 10.4000/ema.1869.

El Tiempo. 1995. "Misioneros dicen adiós a Lomalinda", 28 de novembro de 1995. Recuperado em 20 de janeiro de 2021 de: <https://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-477547>.

Espinosa Menéndez, Nicolás (2010) Política de vida y muerte, etnografía de la violencia diaria en la Sierra de la Macarena. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 172 p.

Espinosa Menéndez, N., González, E. e Ramírez, E. (2012) Etnografía, territorio y conflicto armado. Metodología de una investigación sobre la construcción regional de los Llanos del Yarí (Caquetá, Colombia)", *El Ágora USB: Medellín-Colombia* V. 12, N 2, PP. 214- 547.

Faguet, Jean-Paul, Fabio Sánchez e Marta-Juanita Villaveces. 2020. "The perversion of public land distribution by landed elites: Power, inequality and development in Colombia". *World Development* 136: 105036. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.105036>

Fajardo, Darío. 2012. "Colômbia: duas décadas de movimentos agrários". *Cahiers des Amériques Latines* 71: 145-168. <https://doi.org/10.4000/cal.2690>

Gagnol, L. e Afane, A. (2010) When injustice is spatial. Pastoral nomadism and the territorial imperative in the Saara region of Niger (Nomadismo pastoral e o imperativo territorial na região Saara do Níger). *Journal justice spatiale|spatial justice*. Disponível em:< <https://www.jssj.org/>>

Garzón, Jennifer. 2017. "El intelectual "sentipensante": un análisis de la participación de los intelectuales en la creación de las Zonas de Reserva Campesina (1998-2003)".

Dissertação de mestrado em Estudos Culturais, Departamento de Línguas e Cultura, Universidad de los Andes, Bogotá.

Governo Nacional da Colômbia. 1967. Decreto 755 "Pelo qual se estabelece um registro de usuários de serviços públicos e se promove sua associação". Diario Oficial. Ano CIII. N. 32225. 20 de maio, p. 1.

Governo Nacional da Colômbia. 1961. Lei 135 "Sobre reforma social agrária". Diario oficial. Ano XCVIII. N. 30691. 20 de dezembro, p. 801.

González, Fernán E. e Aponte, Andrés F. 2021. Por que é tão difícil negociar com o ELN? Las consecuencias de un federalismo insurgente, 1964 - 2020. Bogotá: Centro de Pesquisa e Educação Popular (CINEP).

Gómez Picón, Rafael. 1938. El Sarare: inquietude y emoción. Bogotá: Editorial Marco A. Gómez.

Griffiths, John (1986). What is legal pluralism? Journal of legal pluralism, 24, 1-55 pp.

Guber, Rosana. 2014. Etnografía: método, campo e reflexividade. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.

Gutiérrez Lemus, Omar Jaime. 2010. "Arauca: espacio, conflicto e institucionalidad (Arauca: espaço, conflito e institucionalidade). Análisis Político 23 (69): 3-34.

Guzmán Campos, Germán, Orlando Fals Borda e Eduardo Umaña Luna. 1962. La violencia en Colombia. Volume 1. Bogotá: Carlos Valencia editores.

HUMAN RIGHTS WATCH (janeiro de 2020). Os guerrilheiros são a polícia. Disponível em: <https://www.hrw.org/es/report/2020/01/22/los-guerrilleros-son-la-policia/control-social-y-graves-abusos-por-parte-de-grupos>

ICANH. 2018. "Conceitualização do campesinato na Colômbia. Documento técnico para sua definição, caracterização e medição". Acessado em 26 de janeiro de 2021. https://www.icanh.gov.co/recursos_user/ICANH%20PORTAL/SUBDIRECCI%C3%93N%20CIENT%3%8DFICA/ANTROPOLOGIA/Conceptos/2020/Conceptualizacion_del_campesinado_en_Colombia.pdf

Jackson, Sherman A. Legal pluralism and the nation state: romantic medievalism or pragmatic modernity? Universidade de Michigan, 1-25 p.

Justice spatiale. justiça espacial (2009). Disponível em:<<https://www.jssj.org/qui-sommes-nous/>>

LeGrand, Catherine. 2016. Colonisation and peasant protest in Colombia (1850-1950) [Colonização e protesto camponês na Colômbia (1850-1950)]. Bogotá: Ediciones Uniandes: Universidad de los Andes, Cinep, Universidad Nacional de Colombia,

Lipiezt, A. (1983) El capital y su espacio, Siglo XXI: México.

Machado, Absalon. 2017. Multimodalidade e diversidade no campo colombiano: Contribuições para a paz territorial. Bogotá: CINEP.

Maher, David. 2018. "The fatal attraction of Civil War: Violence and the oil sector in Arauca". Em Civil War and Uncivil Development. Rethinking Political Violence. Salford: Palgrave Macmillan, Cham. https://doi-org.ezproxy.unal.edu.co/10.1007/978-3-319-66580-1_4

Ministro do Governo. 1919. Informe que el Ministro de Gobierno rinde al Congreso de 1919. Bogotá: Imprenta Nacional. <https://books.google.com.br/books?id=luRFAQAAMAAJ&pg=RA1-PA265&lpg=RA1-PA265&dq=telegraph+in+arauca&source=bl&ots=V0FAJUzjEm&sig=ACfU3U0idhnsRs aP7oW4qgclq-ZVAa0CJA&hl=pt-419&sa=X&ved=2ahUKEwixwKmdxbzuAhVSirkGHfxdA6c4ChDoATAEegQIBRAC#v=onepage&q=telegraph%20in%20arauca&f=false>

Medina Gallego, Carlos. 2015. E.L.N. Ejército de Libertação Nacional, notas para uma história de ideias políticas (1958-2007). Relatório de tese de doutorado, Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional de Colombia. <https://observatoriodelapazencolombia.files.wordpress.com/2012/11/medina-gallego-carlos-e-l-n-notas-para-una-historia-de-las-ideas-politicas-1958-2007.pdf>

Moncayo, Juan Eduardo. 2014. La configuración del territorio rural colombiano: el caso de la Región del Sarare en Arauca. Bogotá: tese de doutorado.

Moncayo, Juan Eduardo. 2017. Território como poder e potência. Histórias do sopé da Araucanía. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana.

Morales-Benítez, Otto. 1981. Derecho agrario y otros temas de la tierra. Bogotá: Universidad Externado de Colombia.

MOLANO, Alfredo (2001). La justicia guerrillera. In: Sousa Santos, Boaventura de; García Villegas, Mauricio. El caleidoscopio de las justicias en Colombia: Análisis socio-jurídico. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2 v, 331-388 p.

MONTENEGRO LANCHERO, H. C. (2016). Ampliações e rupturas do reconhecimento político do campesinato colombiano: uma análise à luz da Cúpula Agrária, Camponesa, Étnica e Popular (Cacep). Revista Colombiana De Antropología, 52(1), 169-195. Disponível em: <https://revistas.icanh.gov.co/index.php/rca/article/view/53>

ORGANIZACIONES SOCIALES CENTRO ORIENTE DE COLOMBIA. 2012. Plan de vida. Centro Oriental da Colômbia, 206 p.

Padilla Rodríguez, Julio Cesar, Gilberto Álvarez Uribe, Roberto Montoya Araújo, Pablo Chaparro Narváez e Sócrates Herrera Valencia. 2011. Epidemiologia e controle da malária na Colômbia. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz 106: 114-122. <https://doi.org/10.1590/S0074-02762011000900015>

Peñate, Andrés. 1991. "Arauca: política e petróleo em uma província colombiana". Dissertação de mestrado, Universidade de Oxford, Oxford.

Plazas Díaz, Leidý Carolina. 2017. O início da Frente Domingo Laín do ELN em Arauca, 1970-1978. Procesos Históricos 31: 4-16.

Rivera Salcedo, Hernán e Alida Chaparro Barrera. 2019. Sobre los procesos de enseñanza-aprendizaje en el legado de los cantos de trabajo del llano, patrimonio cultural inmaterial de la Orinoquia. Cultura, Lenguaje Y Representación 21: 135-158. <http://dx.doi.org/10.6035/clr.2019.21.8>

Robles Morchón, Gregorio (2002). Ley y Derecho vivo: método jurídico y sociología del derecho In: Eugen Ehrlich. Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 134 p.

Rojas Robles, María Del Rosario e seis outros. 2023. *Tras las huellas del Lipa : conflictos ambientales en las llanuras inundables de Arauca, Colombia*. Bogotá: Universidade Nacional da Colômbia. Instituto de Estudos Ambientais (IDEA). Observatório de Conflitos Ambientais (OCA), 192, páginas.

Rucinque, Héctor. 1972. "Colonization of the Sarare region of eastern Colombia" [Colonização da região de Sarare no leste da Colômbia]. Dissertação de mestrado, Universidade de Wisconsin, Madison.

Salcedo, Leonardo. 2015. *Propostas de paz territorial dos movimentos sociais: multiculturalismo, planejamento territorial e exemplos de paz territorial*. Bogotá: Friedrich-Ebert-Stiftung.

Sánchez, Gonzalo. 1977. *Las Ligas Campesinas en Colombia*. Bogotá: Editorial Tiempo Presente.

SEMANA (26 de setembro de 2019). *Duque nas Nações Unidas: evidência da aliança entre a Venezuela, o ELN e as dissidências*. Disponível em: <https://www.semana.com/nacion/articulo/las-pruebas-de-la-alianza-entre-venezuela-el-eln-y-las-disidencias/633469>>

Serverin, E (2000). *Sociologie du droit*. Paris, La Découverte. In: Dupret, Baudouin (2005). *What is plural in the law? A praxiological answer*, Égypte/Monde arabe [En ligne], Troisième série, Le shaykh et le procureur, mis en ligne le 08 juillet 2008, consulté le 30 avril 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/ema/1869>; DOI :10.4000/ema.1869.

Tocancipá, Falla. J. e Ramírez Castrillón, C. A. 2018. *Novas dinâmicas rurais em zonas de reserva camponesa na Colômbia*. *Perspectiva Geográfica*, 23(1), 31-52. doi: 10.19053/01233769.5796.

Uprimny, R. (2001). *Justiça comunitária em contextos violentos e antidemocráticos?* Em: Sousa Santos, Boaventura de; García Villegas, Mauricio. *El caleidoscopio de las justicias en Colombia: Análisis socio-jurídico*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2 v, p. 389-422.

Urdaneta Farero, Juan Sebastián (2018). *Bastard justice: a study on the administration of justice by the FARC-EP in south-eastern Colombia* [Justiça bastarda: um estudo sobre a administração da justiça pelas FARC-EP no sudeste da Colômbia]. Primeira edição. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Faculdade de Direito, Ciências Políticas e Sociais. Instituto Unidad de Investigaciones Jurídico-Sociales Gerardo Molino (UNUUS), p. 270.

Uribe Hurtado, Cristina. 1997. *Flora del llano: naturaleza de Caño Limón*. Bogotá: Cristina Uribe Editores.

Yie Garzón, Soraya Maite (2018): *Veja, os camponeses estão aqui! Etnografia da (re)emergência do campesinato como sujeito político nos Andes colombianos de Nariño*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, p. 378.